

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**TVR**

**N.º 371, DE 2021**

**(Do Poder Executivo)**

**MSC 344/2021**

**OF 643/2021**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.754, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Resende Costa, Estado de Minas Gerais.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 162, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Moradores da Boa Vista, no município de Olho D'Água das Flores - AL;
- 2 - Portaria nº 778, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Nova Glória (ACNG), no município de Nova Glória - GO;
- 3 - Portaria nº 1.004, de 10 de maio de 2016 - Associação Beneficente do Vale do Curu - ABVC, no município de Apuiarés - CE;
- 4 - Portaria nº 586, de 7 de junho de 2017 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Caxias do Sul, no município de Caxias do Sul - RS;
- 5 - Portaria nº 1.873, de 7 de junho de 2017 - Associação de Defesa e Educação do Meio Ambiente de Salto do Lontra - ADEMA, no município de Salto do Lontra - PR;
- 6 - Portaria nº 2.206, de 7 de junho de 2017 - ACOVERMA - Associação Comunitária Verdes Matas, no município de São Miguel do Guaporé - RO;
- 7 - Portaria nº 2.738, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Beneficente Mantiqueira - ASCOBEM, no município de Belo Horizonte - MG;
- 8 - Portaria nº 5.589, de 8 de novembro de 2018 - Associação Comunitária de Radiodifusão Para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim, no município de Manhumirim - MG;
- 9 - Portaria nº 6.625, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária Zumbi dos Palmares, no município de Itaberaba - BA;
- 10 - Portaria nº 6.627, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária Artística e Cultural de Ariranha, no município de Ariranha - SP;
- 11 - Portaria nº 6.635, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária A Voz de São Francisco de Itabapoana, no município de São Francisco de Itabapoana - RJ;
- 12 - Portaria nº 7.223, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária do Carmo, no município de Ituverava - SP;
- 13 - Portaria nº 4.092, de 21 de agosto de 2019 - Associação Cultural e Artística de Tapira, no município de Tapira - PR;
- 14 - Portaria nº 4.291, de 30 de agosto de 2019 - Clube de Mães e Idosos Maria Izabel de Medeiros, no município de Natal - RN;
- 15 - Portaria nº 4.293, de 30 de agosto de 2019 - Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I, no município de Guarabira - PB;

16 - Portaria nº 4.310, de 30 de agosto de 2019 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales, no município de São Francisco de Sales - MG;

17 - Portaria nº 4.705, de 17 de setembro de 2019 - Associação de Preservação Ambiental Entre Rios, no município de Ipameri - GO;

18 - Portaria nº 4.716, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Comunicação de Monte Carmelo, no município de Monte Carmelo - MG;

19 - Portaria nº 4.722, de 17 de setembro de 2019 - Associação de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Diamante D'Oeste, no município de Diamante D'Oeste - PR;

20 - Portaria nº 4.723, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Unidos Para Sempre, no município de Conceição do Araguaia - PA;

21 - Portaria nº 4.744, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira, no município de Altamira - PA;

22 - Portaria nº 4.748, de 17 de setembro de 2019 - Associação Para o Desenvolvimento Comunitário de Mamanguape, no município de Mamanguape - PB;

23 - Portaria nº 4.753, de 17 de setembro de 2019 - Associação Educativa e Cultural de Itabira MG, no município de Itabira - MG;

24 - Portaria nº 4.754, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa, no município de Resende Costa - MG;

25 - Portaria nº 4.755, de 17 de setembro de 2019 - Associação de Rádio Comunitária de Varjão de Minas, no município de Varjão de Minas - MG;

26 - Portaria nº 4.758, de 17 de setembro de 2019 - Associação Beneficente dos Moradores de Correguinho - ABEMOC, no município de Bela Cruz - CE;

27 - Portaria nº 4.759, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Missão, no município de Passos - MG;

28 - Portaria nº 4.863, de 19 de setembro de 2019 - Associação Rádio Comunitária de Itaituba - ARCI, no município de Itaituba - PA;

29 - Portaria nº 4.867, de 19 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Cultural Baependiana de Radiodifusão, no município de Baependi - MG; e

30 - Portaria nº 4.870, de 19 de setembro de 2019 - Organização Para Cidadania e Desenvolvimento de Umarizal Terezinha de Souza Fonseca, no município de Umarizal - RN.

Brasília, 16 de julho de 2021.

Brasília, 4 de Novembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.015342/2014-51, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa, inscrita no CNPJ nº 02.412.405/0001-62, explore pelo prazo de dez anos a partir de 16, de agosto, de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resende Costa, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5184/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 4.754/2019, de 17 de Setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 20/09/2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA Nº 4754/2019/SEI-MCTIC**  
**DE 16 DE SETEMBRO DE 2019**

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000433/1999 e nº 53900.015342/2014-51, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa, inscrita no CNPJ nº 02.412.405/0001-62, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resende Costa, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCOS CESAR PONTES**



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 17/09/2019, às 12:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4626937** e o código CRC **588049CD**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 643/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 162, 778 e 1.004, 2016; 586, 1.873, 2.206 e 2.738, de 2017; 5.589, 6.625, 6.627, 6.635 e 7.223, de 2018; 4.092, 4.291, 4.293, 4.310, 4.705, 4.716, 4.722, 4.723, 4.744, 4.748, 4.753, 4.754, 4.755, 4.758, 4.759, 4.863, 4.867 e 4.870, de 2019.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI  
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral  
da Presidência da República

---

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.057028/2013-16

SEI nº 2731319

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 42555/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.015342/2014-51.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 05/11/2019, às 17:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4811184** e o código CRC **C7E28E56**.

## INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
<b>Nº Processo:</b>	53900.015342/2014-51
<b>Interessado:</b>	Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa
<b>Setor:</b>	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
<b>CNPJ:</b>	02.412.405/0001-62
<b>Serviço:</b>	Radiodifusão Comunitária
<b>UF:</b>	MG
<b>Localidade:</b>	Resende Costa
<b>Tipo:</b>	Renovação - Rádio Comunitária
<b>Número do Tipo:</b>	427

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local

434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa
435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Analista**, em 26/09/2019, às 09:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4670731** e o código CRC **5F8B24C0**.

**Referência:** Processo nº 53900.015342/2014-51

SEI nº 4670731

## ANEXO 12

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa (ACRADATEC-RC), inscrita no CNPJ sob o nº 02.412.405/0001-62, com sede na Praça Nossa Senhora de Fátima, 154 – Centro na cidade de Resende Costa, Estado de Minas Gerais, CEP 36.340-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada pela licença para funcionamento de estação de radiodifusão comunitária nº 000122/2014-MG, licenciada em 13/09/2004, após cumprimento de todas as exigências legais, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Resende Costa, 16 de agosto de 2014.



(assinatura do representante legal da entidade)

Nome do representante da entidade: Cláudio Luís Resende

Cargo: Diretor-Presidente

CPF: 504.245.216-87





Resende Costa, em 16 de agosto de 2014.

Ofício s/n

Assunto: Renovação de outorga ( solicitação)

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações

Com nossa cordial visita, vimos encaminhar borderô de documentos para viabilizar a renovação da outorga de nossa emissora, requerendo o seu recebimento e efetivo procedimento visando atender disposições legais.

Nesta oportunidade, solicitamos também vistoria, caso necessário, da Anatel para fins de instrução do processo de renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, esclarecemos ainda que os Diretores residem na área de abrangência do sinal da emissora e que não participam de outras entidades detentoras de qualquer tipo de outorgas de serviços de radiodifusão, inclusive comunitária e/ou serviços de distribuições de sinais de televisão por assinatura, além de que a associação não mantém vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência e outros comandos de qualquer entidade, mediante qualquer tipo de vínculos de natureza diversas.

Sem mais para o momento e prontos para quaisquer outros esclarecimentos, agradecemos e somos

Cordialmente,



---

Cláudio Luís Resende  
Diretor- Presidente

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Brasília - DF

### **DECLARAÇÃO**

Declaro que a emissora Rádio Inconfidentes FM, frequência 87,9, encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação nº 000122/2044-MG.

Resende Costa, 16 de agosto de 2014.



Cláudio Luis Resende  
Diretor-Presidente



## DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação de outorga para execução de serviço de radiodifusão comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita nos diplomas legais pertinentes para efetivação da referida outorga, está sendo apresentado no original ou em cópias autenticadas e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011.

Resende Costa, 16 de agosto de 2014.



Cláudio Luís Resende  
Diretor-Presidente

Endereço para correspondência: Rádio Inconfidentes FM – Praça Nossa Senhora de Fátima, 154 – Centro – Resende Costa/MG – CEP 36.340-000 – telefones: 32 3354 2194 – Email: [radioinconfidentesfm@yahoo.com.br](mailto:radioinconfidentesfm@yahoo.com.br) e [Casanova@mgconecta.com.br](mailto:Casanova@mgconecta.com.br)

## RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ACRADATEC-RC

De acordo com as disposições estabelecidas pelo Ministério das Comunicações e de acordo com as normas estatutárias, o presente conselho vem apresentar seu relatório anual sobre o trabalho desenvolvido pela ACRADATEC-RC – Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa. Dentro das avaliações do Conselho verifica-se que a ACRADATEC-RC tem cumprido seu papel. Tem proporcionado ao município informação, entretenimento, promoção cultural além de ser um espaço de debate e envolvimento social.

Entende-se que a Associação se tornou um veículo de informação indispensável para Resende Costa, diminuindo as distâncias e promovendo conhecimento. Tem uma programação bem variada e atende à todos os seguimentos sem distinção.

Para maior transparência segue anexo a este documento grade de programação apresentada pela Rádio Inconfidentes FM (ACRADATEC-RC) de segunda a sexta-feira, bem como seus respectivos horários.

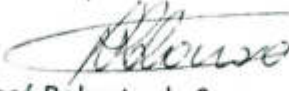
Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Resende Costa, 28 de Dezembro de 2010.



**TABELIAO**  
Camila Aparecida da Silva  
Escrivente

  
Domingos Sávio Pinto Júnior

  
José Roberto de Souza

  
Luís Cláudio dos Reis

  
Jorge das Dores Santos

  
Paulo Sérgio de Resende





ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA - ACRADATEC/RG E APROVAÇÃO E POSSE DOS MEMBROS INDICADOS PARA O CONSELHO COMUNITÁRIO.

AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE, NESTA CIDADE DE RESENDE COSTA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, APÓS AMPLAMENTE CONVOCAR POR EDITAL E ATRAVÉS DA RÁDIO INCONFIDENTES FM REUNIRAM-SE OS SÓCIOS NA SEDE DA ACRADATEC/RG ÀS 19 HORAS, EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO, E ÀS 19H30 EM SEGUNDA E ÚLTIMA CONVOCAÇÃO, PARA A



ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO  
 COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO,  
 EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA/MG -  
 ACRADATEC/RC PARA O PERÍODO DE 04/03/2013 A  
 04/03/2017, BEM COMO PARA APROVAÇÃO E POSSE  
 DOS MEMBROS DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA  
 ASSOCIAÇÃO PARA O MESMO PERÍODO. INICIALMENTE,  
 O SENHOR ANTÔNIO CARLOS RAMOS, MEMBRO DA  
 COMISSÃO ORGANIZADORA DA ELEIÇÃO, FOI CONVIDADO  
 PELO SENHOR CLÁUDIO LUIS RESENDE, ATUAL PRESIDENTE  
 DA ACRADATEC/RC, PARA DAR ANDAMENTO AOS TRABALHOS  
 DA ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA. O SENHOR ANTÔNIO  
 CARLOS RAMOS DEU INÍCIO À REUNIÃO LENDO O  
 EDITAL DE COLUOCAÇÃO E CONVOCANDO OS MEMBROS  
 DAS CHAPAS INSCRITAS. A ÚNICA CHAPA APRESENTADA  
 FOI A COMPOSTA PELOS SENHORES CLÁUDIO LUIS  
 RESENDE (PRESIDENTE), FÁBIO ADRIANO RESENDE DAHER  
 (VICE-PRESIDENTE), EUSTAQUIO PELUZI CHAVES (TESOUREIRO),  
 DOMINGOS SÁVIO PINTO (VICE-TESOUREIRO), ÉRICA  
 DELIANE DE ANDRADE (SECRETÁRIA), AFONSO CAMILO  
 MAGALHÃES (VICE-SECRETÁRIO), ANDRÉ EUSTAQUIO MELO  
 OLIVEIRA (DIRETOR COMUNITÁRIO) E CAMILO SOUSA VALE  
 (VICE-DIRETOR COMUNITÁRIO). NA REFERIDA CHAPA FORAM  
 INDICADOS COMO INTEGRANTES DO CONSELHO COMUNITÁRIO  
 OS SEGUINTES QUADROS: O SR. JOSE GOMES FILHO  
 REPRESENTANDO A ARCOSTA - ASSOCIAÇÃO DOS  
 PRODUTORES RURAIS DE RESENDE COSTA, O CMDRS  
 CONSELHO MUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO RURAL  
 SUSTENTÁVEL E O STRC - SINDICATO RURAL DOS  
 TRABALHADORES DE RESENDE COSTA, O SR. JOSE  
 CLÁUDIO DOS REIS REPRESENTANDO A ASSETURC  
 ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL E TURÍSTICA DE RESENDE  
 COSTA, O SR. JORGE DAS DORES DOS SANTOS



REPRESENTANTE DO CONSEJO - CONSELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE RESENDE COSTA O SR. MARCO TULLIO DE RESENDE REPRESENTANDO A ARPA - ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS PISCICULTORES E AQUICULTORES E O SR. FRANCISCO ANTÔNIO DE RESENDE REPRESENTANDO O ECC - ENCONTRO DOS CASAIS COM CRISTO. EM PROSSEGUIMENTO AOS, O SENHOR ANTÔNIO CARLOS RAMOS INICIOU O PROCESSO DE VOTAÇÃO. DE ACORDO COM O ESTATUTO FOI ELEITA, POR ACLAMAÇÃO, A CHAPA PRESIDIDA PELO SENHOR CLÁUDIO LUIS RESENDE, BEM COMO APROVADOS OS NOMES INDICADOS PARA O CONSELHO COMUNITÁRIO. EM SEGUIDA, FORAM EMPOSSADOS OS MEMBROS ELEITOS DA DIRETORIA EXECUTIVA E OS MEMBROS INDICADOS PARA O CONSELHO COMUNITÁRIO DANDO-SE INÍCIO AO NOVO MANDATO. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, FOI ENCERRADA A ASSEMBLEIA E EU, ÉRICA DELIANE DE ANDRADE, SECRETÁRIA AD-HOC, LAUREI A PRESENTE ATA QUE SERÁ LIDA E, SE APROVADA, ASSINADA PELOS MEMBROS DA DIRETORIA.

*Cláudio Luis Resende, Marco Tullio de Resende, Francisco Antônio de Resende, Adenir de Resende, Antônio Carlos Ramos, Érica Deliane de Andrade*  
 Camilo de Souza Vale, Érica Deliane de Andrade

**CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS**  
 RESENDE COSTA - MG

Certifico que a 1ª via deste documento foi registrado hoje as fls. 230e do livro A-5 sob o nº 1049 Registro de Pessoas Jurídicas. O referido é verdade, do que dou fé.

Resende Costa, 02 de Abri de 2013

*Adenir Fábio Lara Chaves*  
**Adenir Fábio Lara Chaves**



**CAMARÁ DE RESENDE COSTA - MG**  
 ADENIR FÁBIO LARA CHAVES  
 Emprego: Secretário R\$ 84,34  
 Custos: Flóres R\$ 29,37  
 Total Cobrado: R\$ 113,71

**20313102/0001-74**

Registro de Títulos e Documentos  
 Pessoa Jurídica



ACRDATEC/RC  
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG

---

# **"ACRDATEC-RC"**

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO

PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO,

EDUCACIONAL E CULTURAL DE

RESENDE COSTA

MG

## **ESTATUTO**

---

ESTATUTO



ACRADATEC/RC  
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG

---

PREÂMBULO

**ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS, CONSOLIDAÇÃO E FORMATAÇÃO DO  
ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O  
DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURA DE RESENDE COSTA/MG**

Em conformidade com as decisões das assembleias gerais extraordinárias, realizadas nos dias 07 de março de 2008 e 04 de março de 2009, devidamente instrumentalizadas por meio de atas e realizadas na forma da lei, onde foram deliberadas várias alterações e considerando as alterações anteriores no estatuto original, devidamente averbadas e as solicitações do Ministério da Comunicações para reformar o estatuto de forma substancial, bem como a necessidade de adequação jurídica aos moldes da lei federal nº 10.406/02 e 9.612/98, o presente estatuto foi todo reformulado e sistematizado passando a vigorar a partir desta data, consoante as disposições aqui apresentadas.

Devido a natureza das alterações e quantidade de dispositivos alterados e incrementados, tornou-se inviável manter a formatação original do estatuto, motivando nova formatação, sem perder a essência dos dispositivos originais e fundamentados em decisões das assembleias realizadas com a finalidade de promover essas mudanças. Isto posto, o estatuto da ACRADATEC-RC, a partir desta data, passa a ter a redação seguinte.

Resende costa, 12 de março de 2009.

  
\_\_\_\_\_  
Cláudio Luis Resende -Presidente

\_\_\_\_\_  
ESTATUTO



*Camila Aparecida da Silva*  
Escrivente



## CAPÍTULO I

### CONSTITUIÇÃO, SEDE, FORO, JURISDIÇÃO, OBJETIVOS E OBJETOS

Art. 1º - A Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural da Cidade de Resende Costa/MG - ACRADATEC-RC, denominada por título fantasia "RÁDIO INCONFIDENTES FM", fundada em 02/06/2003, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica distinta de seus associados, sem vínculo patrimonial e responsabilidades diversas, voltada para a defesa da democratização da comunicação e da informação, constituída por uma sociedade civil de radiodifusão comunitária e de difusão cultural de organizações populares de apoio às ações solidárias, cooperativas e de sociedades não religiosas e não partidárias dedicada a serviço comunitário de caráter não comercial, inspirando-se nos princípios da solidariedade social, da livre iniciativa, do direito de propriedade e da economia de mercado, regendo-se por este estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Único - Para os fins deste Estatuto e em todos os documentos a serem utilizados pela associação no desenvolvimento de suas atividades, será facultado usar o nome de fantasia Rádio Inconfidentes FM ou Inconfidentes FM.

Artigo 2º - A Associação terá jurisdição, sede e foro em Resende Costa, Estado de Minas Gerais, à Praça Nossa Senhora de Fátima, s/n, com podendo também ter dependências e representações em outros locais e/ou cidades, com prazo indeterminado de duração.

Parágrafo Único- Na eventual impossibilidade de se conferir o nome de fantasia previsto neste estatuto, face à duplicidade de nomenclatura a associação fará nova denominação, de ofício, cuja outorga de retificação fica, neste ato, conferida ao Presidente, que diligenciará junto ao Órgão de Registro.

Artigo 3º - Os objetivos e atribuições básicas da "ACRADATEC-RC" são:

- a) Pleitear e adotar medidas cabíveis aos interesses da Associação ou de quaisquer outras entidades congêneres, bem como no interesse coletivo ou individual de seus associados;
- b) Tornar-se defensora e cooperadora ativa de tudo quanto possa concorrer para a prosperidade de seus associados;
- c) Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- d) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- e) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- f) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- g) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível;
- h) Executar serviços de radiodifusão;
- i) Celebrar e firmar contratos diversos.

Artigo 4º - Na realização de suas atividades a associação, em sua programação, atenderá aos seguintes princípios:

*MSC*

**ESTATUTO**



*Camila Aparecida da Silva*  
Escrevente



**ACRADATEC/RC**  
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**  
**ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG**



- a) Preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

Artigo 5º - São objetos sociais:

- a) Representar a radiodifusão comunitária da cidade de Resende Costa/MG, defendendo seus interesses e os objetos de desenvolvimento e consolidação da atividade em condições de participação democrática e popular de comunicação;
- b) Representar as organizações populares e cooperativas, independente de outorga específica junto aos órgãos públicos responsáveis pelo setor de telecomunicações, atuando ainda junto aos Poderes Legislativo e Judiciário;
- c) Criar, implantar e administrar um sistema de integração de emissora de radiodifusão e/ou outros meios de comunicação comunitários em Resende Costa, MG, buscando o aperfeiçoamento qualitativo da produção jornalística e cultural e redução de custos de produção e transmissão e agilidade nas mobilizações de interesse civil, emergencial, podendo, para tanto, em nome de seus representantes, assinar convênios, firmar contratos e realizar todos os entendimentos necessários;
- d) Criar, estabelecer e consolidar serviços que possibilitem a plena realização dos objetos da radiodifusão e/ou outros meios de comunicação comunitários;
- e) Promover encontros, eventos e seminários de interesse dos meios de comunicação comunitários;

## **CAPÍTULO II**

### **INSCRIÇÃO, DEMISSÃO, EXCLUSÃO, DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS**

Artigo 6º - A diretoria poderá conferir título benemérito a pessoas ou entidades que venham efetivamente contribuir para o desenvolvimento da radiodifusão comunitária, sem que obtenham o direito de associado.

Parágrafo Único - Poderão fazer parte da "ACRADATEC-RC" os habitantes de Resende Costa, além de cidadãos que direta ou indiretamente visam o desenvolvimento da cidade, além de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, por meio de representantes legais, com direito a voto e voz nas deliberações da associação, podendo ser subdivididos em sócios contribuintes e beneméritos.

Artigo 7º - O cidadão pretendente à admissão como associado, deverá procurar um membro da diretoria ou a secretaria da emissora para a formalização de seu pedido.

Parágrafo Único - A inscrição do associado deverá ser consignada em ata de reunião ou assembléia, devendo ser lavrado em livro próprio de inscrição de associado, para fins de observar o lapso temporal de, no mínimo, um ano de filiação para o associado ter direito a votar e a ser votado.

Artigo 8º - Constituem direitos dos associados:



*Camila Aparecida da Silva*  
Escrevente

ACRDATEC/RC  
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG



- a) Participar das reuniões da Associação;
- b) Submeter à Diretoria o exame de assuntos de seu interesse;
- c) Participar, votar e ser votado, presente ou devidamente representado por meio de procuração nas assembleias e reuniões, desde que esteja em dia com suas obrigações estatutárias, em especial, o artigo 7º, parágrafo único;
- d) Consultar a alguma entidade ou associação, caso a emissora seja filiada;
- e) Ter conhecimento das deliberações e demais atividades da emissora.

Artigo 9º - Constituem deveres dos associados:

- a) Contribuir e colaborar, efetivamente, dentro do seu âmbito e limite de atividade para a consecução dos objetivos e finalidades da associação;
- b) Prestar as informações solicitadas por quem de direito, comparecer às reuniões e eventos, exercer cargos, missões e tarefas para as quais for designado, acatar as resoluções das assembleias e da diretoria, bem como cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;
- c) Contribuir com eventuais mensalidades, previamente estabelecidas, votadas em assembleia;
- d) Cumprir, rigorosamente, as normas estabelecidas pela legislação pertinente, especialmente, a que institui o serviço de radiodifusão comunitária e dá outras providências;

Artigo 10º - A demissão do associado dar-se-á a pedido do mesmo, não podendo ser negada. A exclusão dar-se-á por morte física, incapacidade civil ou não atendimento aos requisitos exigidos para a admissão ou permanência na associação.

Artigo 11º - Serão admitidos sócios beneméritos, contudo estes não terão direito a voto ou mandato, podendo, entretanto, participar, opinar, sugerir e debater nas assembleias e nos temas da "ordem do dia".

Artigo 12º - Poderá ser eliminado do quadro associativo quem, por decisão da Assembleia Geral:

- a) Infringir os dispositivos deste estatuto;
- b) Regularmente dissolver-se.

Artigo 13º - A aplicação das penalidades aludidas no artigo anterior será precedida de audiência da parte interessada, que poderá produzir defesa por escrito, dentro do prazo de 10(dez) dias da data da cientificação.

### CAPÍTULO III

#### ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Artigo 14º - A "ACRDATEC" compreende os seguintes órgãos institucionais:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Comunitário.

### CAPÍTULO IV

#### ASSEMBLEIA GERAL

#### ESTATUTO



Camila Aparecida da Silva  
Escrevente



**ACRDATEC/RC**  
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**  
**ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG**



Artigo 15º - A assembleia geral é órgão soberano da associação e reunirá, ordinariamente, uma vez por ano, e extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste estatuto.

Parágrafo Primeiro - antes do início das reuniões será colhida a presença dos associados, devendo os mesmos assinarem o livro para tal fim;

Parágrafo Segundo - os trabalhos serão abertos pelo presidente da associação, devendo o mesmo presidir os trabalhos, expondo as metas e motivos da reunião, salvo motivo de força maior e aprovado pela assembleia;

Parágrafo Terceiro - o presidente da assembleia, além do seu voto de sócio, deverá sempre votar nos casos de empate;

Parágrafo Quarto - as votações nas assembleias poderão dar-se de forma simbólica, nominal, secreta ou por aclamação;

Parágrafo Quinto - lavrar-se-á uma ata sobre os trabalhos tratados nas reuniões, à qual será elaborada pelo secretário, ao final, assinada pelos componentes da mesa e pelos demais presentes ou pelo secretário e presidente se assim determinar a assembleia;

Parágrafo Sexto - A Assembleia Geral se reunirá, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente, pela Diretoria, pela maioria dos membros do Conselho comunitário ou por, no mínimo, 1/5 dos associados, sendo a convocação feita com antecedência mínima de 8 (oito) dias;

Parágrafo Sétimo - A Assembleia Geral ordinária será convocada pelo presidente;

Parágrafo Oitavo - As deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo um voto para cada associado, podendo ser representado por meio de procuração, exceto nos casos de alteração estatutária ou destituição de membros da diretoria onde se exigirá o quorum qualificado de 2/3 dos membros presentes;

Parágrafo Nono - A assembleia geral não terá início sem a maioria absoluta de seus membros, caso em que o presidente declarará de ofício, uma segunda convocação, aguardando por mais uma hora a presença dos demais membros e, findo o prazo, declarará abertos os trabalhos da assembleia geral, qualquer que seja o número de presentes, dando-se cumprimento à pauta do dia.

Artigo 16º - São atribuições da assembleia geral:

- a) Examinar, aprovar ou reprovar as contas da Diretoria e o balanço social;
- b) Velar pelo reto cumprimento dos fins da associação, sugerindo e votando medidas reparadoras, se for o caso, às quais serão aprovadas mediante voto de maioria simples dos membros presentes;
- c) Eleger, por voto, os cargos vagos na diretoria, em virtude de eventuais afastamentos, sendo candidatos natos todos os membros presentes na assembleia, se de outra forma não dispuser o edital de convocação para este fim;
- d) Deliberar demais assuntos previstos na "ordem do dia", prevalecendo o voto da maioria simples dos membros presentes;
- e) Definir a ação estratégica da "ACRDATEC-RC", através da aprovação de planos e programas de trabalho;

**ESTATUTO**

MSK

*Am*



*Camila Aparecida da Silva*  
Escritora

**ACRDATEC/RC**  
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**  
**ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG**



- f) Tomar e julgar as contas de cada exercício financeiro, apresentado pela Diretoria, com parecer do Contador da entidade;
- g) Eleger e empossar a Diretoria e se, for o caso, os membros do Conselho Comunitário;
- h) Impor penalidades às eventuais entidades filiadas, à Diretoria e ao Conselho Comunitário;
- i) Reformar este Estatuto;
- j) Dissolver a "ACRDATEC-RC", com obediência ao estabelecido neste Estatuto;
- k) Resolver os casos omissos ou não previstos;

**CAPÍTULO V**

**DIRETORIA, CONSELHO COMUNITÁRIO E PROCESSO ELEITORAL**

Artigo 17º - A Diretoria, órgão executivo e de comando, eleitos pelo voto direto e secreto dentre seus associados presentes em pleno gozo de seus direitos e deveres na Assembleia Geral, de acordo com disposições do artigo 8º, letra c, com mandato de duração de 4(quatro) anos, podendo ser reeleitos, sendo composta pelos seguintes cargos:

- a) Presidente;
- b) Vice-presidente;
- c) Diretor Comunitário;
- d) Vice-Diretor Comunitário;
- e) Secretário;
- f) Vice-Secretário;
- g) Tesoureiro;
- h) Vice-Tesoureiro.

Parágrafo Único - A Diretoria, sempre que necessário, solicitará o assessoramento das entidades e órgãos públicos que atuam no setor, além de outros profissionais para auxiliá-la em assuntos de seus interesses.

Artigo 18º - O Presidente constituirá uma comissão eleitoral para coordenar os trabalhos da eleição e posse da Diretoria e do Conselho Comunitário, devendo observar os critérios estabelecidos neste estatuto.

Parágrafo Primeiro - A comissão divulgará os critérios de inscrição das chapas, no mínimo, com 15 dias de antecedência ao término do mandato, devendo a chapa ou as chapas concorrentes apresentar-se completas e encaminhadas à Diretoria em até 5 dias antes do término do mandato.

Parágrafo Segundo - A eleição da Diretoria dar-se-á por votação direta, secreta ou por aclamação no caso de haver uma única chapa concorrente.

Parágrafo Terceiro - A convocação será feita pela Diretoria, observando as normas estatutárias.

Parágrafo Quarto - Terão direito a votar e serem votados os associados que estiverem gozando dos seus direitos e deveres na "ACRDATEC-RC".

Parágrafo Quinto - Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver a maioria simples dos votos.

**ESTATUTO**



MSE

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*  
Camila Aparecida da Silva  
Escritora



06  
C

**ACRADATEC/RC**  
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**  
**ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG**

Artigo 19º - O Conselho Comunitário será composto de cinco membros efetivos, podendo ter membros suplentes com número igual ou inferior aos efetivos, representantes dos segmentos sociais existentes na comunidade e entidades como associações de classe, beneméritas, poderes públicos, religiosas, de moradores, dentre outras, atendendo aos princípios elencados no artigo 4º deste estatuto.

Parágrafo Único: O Conselho Comunitário será empossado pela Diretoria ou por meio da Assembleia, sendo seus membros indicados pelas entidades representadas, lavrando termo de posse no livro de atas, com mandato coincidente com a Diretoria, podendo ser reeleito.

Artigo 20º - Compete ao Presidente:

- a) Representar a associação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- b) Constituir procurador para a defesa dos interesses da associação;
- c) Cumprir e fazer cumprir os estatutos e as demais deliberações da diretoria e da Assembleia Geral;
- d) Presidir as reuniões da diretoria e da assembleia geral, bem como efetuar as necessárias convocações;
- e) Firmar contratos trabalhistas e de qualquer outra natureza, observando-se as necessidades e possibilidades da associação;
- f) Assinar os balanços anuais da associação e submetê-lo à apreciação da diretoria e da assembleia geral, na forma deste estatuto;
- g) Administrar a associação, juntamente com os demais Diretores;
- h) Abrir e movimentar contas bancárias, assinar juntamente com o tesoureiro cheques ou documentos que envolvam responsabilidades financeiras da "ACRADATEC-RC";
- i) Organizar o processo eleitoral e promover a eleição, na forma deste estatuto.
- j) Delegar poderes a membros da diretoria;
- k) Deliberar sobre os atos de administração patrimonial e de pessoal;
- l) Constituir comissões para a execução das atividades;
- m) Encaminhar deliberação à Assembleia Geral;
- n) Homologar as inscrições de novos associados, juntamente com a Diretoria;
- o) Resolver e deliberar sobre os casos omissos.

Artigo 21º - Compete ao Vice-Presidente:

- a) Substituir o Presidente durante seus afastamentos, faltas ou impedimentos;
- b) Substituir o Presidente, em definitivo, em caso de renúncia ou quaisquer outros motivos;
- c) Por delegação do Presidente, cumprir missões especiais e outras tarefas peculiares ao cargo de Presidente;
- d) Representar o Presidente sempre que solicitado por este.

Artigo 22º - Compete ao Diretor Comunitário:

- a) Sempre que solicitado, sendo viável e não contrário a lei, atender às entidades de classe, religiosas ou não, bem como associações diversas da comunidade, abrindo a eles espaços na emissora, desde que haja o necessário apoio cultural para custeio, na forma que dispuser as normas internas acerca de custos gerais;
- b) Dirigir e organizar, juntamente com a Diretoria, a programação geral da emissora;
- c) Acompanhar os trabalhos dos locutores e suas reivindicações;
- d) Zelar pela igualdade de direitos às entidades referidas no inciso a, deste artigo;

**ESTATUTO**

M&P



*Camila Aparecida da Silva*  
Escrevente



**ACRDATEC/RC**  
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**  
**ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG**



**Parágrafo Único:** Os eventuais abusos ou a ocorrência de ofensas, danos morais, difamação, calúnia ou injúria, porventura veiculados na emissora, será de inteira responsabilidade do ofensor, devendo o detentor do espaço a ser ocupado, previamente, assinar um termo de advertência e responsabilidade.

**Artigo 23º - Compete ao Secretário:**

- a) Assessorar o Presidente durante as reuniões;
- b) Redigir atas e outros documentos;
- c) Manter em dia e atualizados o registro dos associados da "ACRDATEC-RC";
- d) Receber e expedir correspondências, encaminhando-as ao destinatário;
- e) Divulgar, por qualquer meio idôneo, a emissora;
- f) Receber críticas e sugestões diversas;
- g) Cumprir e fazer cumprir o estatuto e outros regulamentos;
- h) Fazer o relatório anual da Diretoria e do Conselho Comunitário;
- i) Outras atribuições, a critério do Presidente, respeitado o previsto neste estatuto.

**Artigo 24º - Compete ao Tesoureiro:**

- a) Zelar pelo patrimônio da associação, catalogando os bens;
- b) Promover, com auxílio de profissional, a escrituração contábil da associação;
- c) Cuidar da escrituração geral e financeira, promovendo os necessários balanços;
- d) Responder por todas as atividades relativas a finanças da associação;
- e) Conservar organizada e em dia as escritas contábeis e zelar pelos livros e documentos de contabilidade, procurando fazer os registros com honestidade, clareza, capricho e precisão;
- f) Preparar prestação de contas e apresentar em assembleias gerais;
- g) Cumprir e fazer cumprir o estatuto;
- h) Dispor, em conjunto com o Presidente, sobre arrecadações e despesas da associação, assinar cheques e outros documentos financeiros.

**Artigo 25º - Compete ao Vice-Diretor Comunitário, Vice-Secretário e Vice-Tesoureiro:**

- a) Substituir os membros correspondentes da Diretoria em seus afastamentos, faltas ou impedimentos;
- b) Substituir os membros correspondentes da Diretoria, em definitivo, em caso de renúncia ou quaisquer outros motivos;
- c) Na medida do possível, os membros exercerão os trabalhos compartilhados e em parceria com os membros efetivos da Diretoria.

**Parágrafo Único -** Em caso de não haver pessoas para substituir cargos vagos na Diretoria, eventuais cargos vagos poderão ser ocupados por membros da Diretoria que estejam na suplência de outros cargos, desde que tenham o perfil correspondente e seja aprovado pela Diretoria. Caso não seja possível a substituição, o Presidente poderá convocar eleições para preenchimento dos cargos vagos.

**Artigo 26º - Compete ao Conselho Comunitário:**

- a) Acompanhar a programação da emissora e apresentar sugestões;
- b) Encaminhar relatório anual ao Ministério das Comunicações, sempre no aniversário da outorga, relatório resumido contendo a grade de programação, bem como sua avaliação, considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei e outros requisitos que achar necessário;

**ESTATUTO**



MSC

Camila Aparecida  
Escritor

**ACRDATEC/RC**  
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**  
**ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG**



- c) Planejar o seu trabalho mediante reuniões e outros critérios para melhor avaliar os trabalhos da emissora.

**CAPÍTULO VI**

**PATRIMÔNIO, RECEITAS E DESPESAS**

Artigo 27º - O Patrimônio da "ACRDATEC-RC" será constituído de:

- a) Subvenções ou auxílios de entidades Públicas ou Privadas;
- b) Imóveis, benfeitorias, materiais e/ou equipamentos que vier a possuir;
- c) Renda de eventos promovidos pela "ACRDATEC-RC";
- d) Doações, legados e rendas extraordinários não previstos nos itens anteriores.

Parágrafo Primeiro - O patrimônio da "ACRDATEC-RC" não poderá ser aplicado em fins diferentes das finalidades e objetivos da associação previstos neste estatuto.

Parágrafo Segundo - Em caso de dissolução da "ACRDATEC-RC", o que poderá ocorrer por decisão da maioria absoluta em assembleia, seu patrimônio só poderá ser destinado à outra instituição congênere, legalmente constituída, após apuração de eventuais débitos e pendências.

Artigo 28º - A receita da associação será composta de:

- a) Arrecadação de contribuições ordinárias e especiais dos associados inclusive dos beneméritos;
- b) Doações ou receitas provenientes de terceiros;
- c) Receitas provenientes à prestações de serviços a terceiros, nos termos da legislação federal que "instituiu o serviço de radiodifusão comunitária";
- d) Contribuições de sócios beneméritos;
- e) Convênios e contratos com outras instituições e órgãos públicos;
- f) Outros meios idôneos não defesos em lei.

**CAPÍTULO VII**

**DAS SANÇÕES E MEDIDAS DISCIPLINARES**

Artigo 29º - Quaisquer infrações ao estatuto ou à legislação pertinente, acarretarão ao associado, dependendo do grau de culpa verificado pela diretoria:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária;
- c) Expulsão.

Parágrafo Primeiro - Em quaisquer das hipóteses previstas nos incisos anteriores, será garantido ao associado o amplo direito de defesa e do contraditório, e da decisão, poderá recorrer com efeito suspensivo, para a assembleia geral, à qual será convocada, extraordinariamente, para deliberar,

Parágrafo Segundo - Sem prejuízo das disposições dos artigos 12º e 13º deste estatuto, o Presidente poderá constituir comissão disciplinar para analisar aspectos disciplinares e de penalidades.

**ESTATUTO**



*Camila Aparecida da Silva*  
Escrevente





**CAPÍTULO VIII**

**DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Artigo 30º - A Diretoria reunir-se-á mensalmente em dia e hora estabelecidos pelo Presidente, podendo reunir-se, extraordinariamente, havendo necessidade;

Artigo 31º - As responsabilidades em geral, reger-se-ão mediante leis específicas, pertinentes à espécie;

Artigo 32º - Não se confunde, em hipótese alguma, a pessoa física e natural do associado ou membro da diretoria com a associação;

Artigo 33º - Os membros da Diretoria e do Conselho Comunitário não serão remunerados, sendo vedados receber bonificações ou vantagens diversas e, expressamente, mediante anuência deste estatuto, desistem e renunciam a quaisquer direitos trabalhistas ou civis, sendo seu trabalho inteiramente filantrópico e social, fazendo jus, entretanto, ao reembolso de despesas efetuadas em proveito da associação;

Artigo 34º - A contabilidade da associação obedecerá às disposições e princípios contábeis e legais, com escrituração regular, sendo o ano contábil coincidente com o calendário civil.

Artigo 35º - A "ACRDATEC-RC" não distribuirá dividendos de espécie alguma, nem qualquer parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas a título de lucro ou participação de seu resultado aos associados.

Artigo 36º - O mandato da atual Diretoria e do Conselho Comunitário tem termo final no prazo de 4 anos, a contar da data da assembléia geral de 04/03/09.

Artigo 37º - Os casos omissos serão dirimidos pela diretoria e, eventuais modificações estatutárias, pela assembléia geral, na forma deste estatuto.

Artigo 38º - O presente Estatuto entra em vigor nesta data, revogadas as alterações anteriores do estatuto original, e demais disposições em contrário.

RESENDE COSTA, ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE.

Cláudio Luís Resende – CPF 504.245.216-87  
Presidente

HSE 0431/MC 69586  
ESTATUTO



Camila Aparecida da Silva  
Escriturante





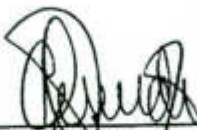
TERMO MODIFICATIVO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE  
RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL  
DE RESENDE COSTA-MG

Conforme decisão em assembléia geral extraordinária, realizada na data de 30 de abril de 2012, na sede da emissora, constante na ata lavrada e devidamente assinada e registrada em cartório de registro de pessoa jurídicas, às fls. 265, do livro A-4, sob o número 988, em 07/05/2012, visando adequação estatutária, o artigo 22, alínea a passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 22 - .....

- a) Atender entidades de classe, religiosas ou não, associações e conselhos comunitários, abrindo espaços na emissora para divulgação dos seus trabalhos e projetos;

Resende Costa, em 03 de setembro de 2013.



Cláudio Luís Resende - Diretor Presidente

Vistos: Marcio de Sousa Resende - OAB/MG 69586



AVERBAÇÃO

A PRESENTE AVERBAÇÃO RECEBEU NOVO NÚMERO DE REGISTRO, APONTADO SOB O Nº 2.402 DO PROTOCOLO, REGISTRADO SOB O Nº 1.079, LIVRO A-5, fls 060Vº DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS, POR NÃO CONTER ESPAÇO SUFICIENTE PARA AVERBAÇÃO AO REGISTRO INICIAL.

RESENDE COSTA, 12 DE SETEMBRO DE 2013

  
ADENOR FÁBIO LARA CHAVES





## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
**02.412.405/0001-62**  
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA  
**06/03/1998**

NOME EMPRESARIAL  
**ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO PARA DESENVOLVIMENTO ARTISTICO EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG**

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
**ACRADATEC-RC**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
**94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
**94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte**  
**94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
**399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA**

LOGRADOURO  
**PC NOSSA SENHORA DE FATIMA**

NÚMERO  
**S/N** COMPLEMENTO

CEP  
**36.340-000** BAIRRO/DISTRITO  
**CENTRO**

MUNICÍPIO  
**RESENDE COSTA**

UF  
**MG**

SITUAÇÃO CADASTRAL  
**ATIVA**

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
**03/11/2005**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **29/08/2014** às **08:34:48** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ACRABATEC-RC  
(ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO,  
CULTURAL E EDUCACIONAL DE RESENDE COSTA)

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, reuniram-se em assembleia geral os membros da Diretoria Executiva da RÁDIO INCONFIDENTES FM e demais associados, na sede da emissora, às 19:45 em primeira convocação e às 19:30 horas em segunda e última convocação, em atendimento às determinações do edital de convocação, datado de 18/03/2014, para prestação de contas e assuntos de interesse coletivo. Após os trabalhos foram discutidos os demonstrativos contábeis e o balanço analítico de 01/01/13 até 31/12/13, tendo apresentado o resultado financeiro de receitas no montante de R\$ 57.958,00 e despesas no montante de R\$ 58.097,64, tendo apurado o déficit no exercício de R\$ 138,76. Quanto ao ativo da emissora este está no patamar de R\$ 40.904,80 e passivo de R\$ 41.123,56, sendo que o livro caixa apresenta saldo positivo, tendo sido aprovadas as contas do exercício financeiro de 2013. Foram discutidos outros assuntos e deliberados as questões inerentes à programação e de caráter administrativo. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e eu, ERICA DELIANE DE ANDRADE, secretária da emissora, levi a presente ata que foi lida e, se aprovada, assinada pelos presentes.

Assinaturas: Fátima Regina Pinheiro Chaves, José Batista dos Santos, João Vitor  
Henrique, Lúcia S. S. JORGE  
HELIO HENRIQUE S. S. JORGE  
José Jansen / Helena Paula de Souza / [Assinatura]



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**

Nº: 000122/2004-MG

**LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

FLS: 001/001

NOME/RAZÃO SOCIAL <b>ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO P/ DESENV. ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULT. DE RESENDE COSTA-MG-</b>		Nº DA ENTIDADE <b>50012581976</b>	
ACRADATEC-RC - CNPJ: 02.412.405/0001-62			
Nº DA ESTAÇÃO <b>682736279</b>	SERVIÇO <b>Radiodifusão Comunitária</b>	NAT. SERV. <b>*****</b>	LATITUDE <b>20S651700</b>
		LONGITUDE <b>44W141100</b>	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO <b>RUA GONCALVES PINTO; 35 C.</b>		DISTRITO <b>*****</b>	
BAIRRO <b>CENTRO</b>		MUNICÍPIO <b>RESENDE COSTA</b>	
		UF <b>MG</b>	

CIDADE DA OUTORGA : **Resende Costa/MG**  
NOME FANTASIA : **\*\*\*\*\***  
FREQÜÊNCIA : **87,9 MHz**  
HORÁRIO FUNCIONAMENTO : **06:00 a 24:00 - Dom. a Sáb.**  
INDICATIVO DA ESTAÇÃO : **ZYT451**  
ESTÚDIO  
ENDEREÇO : **RUA GONCALVES PINTO; 35 C. CENTRO**  
MUNICÍPIO : **Resende Costa**  
TRANSMISSOR PRINCIPAL : **Asad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda**  
CÓDIGO : **005698XXX0528**  
TRANSMISSOR AUXILIAR : **\*\*\*\*\***  
CÓDIGO : **\*\*\*\*\***  
ANTENA  
FABRICANTE : **IDEAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ANTENAS LTDA**  
GANHO : **\*\*\*\*\* dBd**  
DESCRIÇÃO : **PLANO TERRA**  
COTA BASE DA TORRE : **\*\*\*\*\* m**

Número Processo : **537100004331999**  
CANAL : **200**  
RAIO DA AREA DE SERVICO : **1.00 KM**  
PERP MAXIMA : **\*\*\*\*\* W**  
LOCALIDADE : **\*\*\*\*\***  
UF : **MG**  
MODELO : **SP5025**  
POTÊNCIA : **25,000 W**  
MODELO : **\*\*\*\*\***  
POTÊNCIA : **\*\*\*\*\* W**  
MODELO : **PTB 5/8**  
POLARIZAÇÃO : **Vertical**  
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO : **18.0 m**



**A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM PREJUÍZO À PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RADIODIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.**

IMPRESSA EM 01/03/2007

OBSERVAÇÕES <b>02.412.405/0001-62</b>	Licenciada Em	VÁLIDA ATÉ
	<b>13/09/2004</b>	<b>16/08/2014</b>

*Helle Costa*  
**Helle Costa**  
Ministro das Comunicações



AR

P/

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS E SERVIÇOS  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

Bloco R - ANEXO B - SALA 300-D

BRASÍLIA - DF

70.044-900





Destinatário:

ACRADA TEC-EC

PRAÇA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 154

CENTRO

REGEN DE COSTA-MIL

36.340-000

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

### TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53900.015342/2014-51**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 31 de outubro de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 31/10/2014, às 13:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0215092** e o código CRC **90D8EE68**.

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação  
Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 20774/2016/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53900.015342/2014-51**

Assunto: **Não renovação de outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Resende Costa/MG**, por meio da Portaria nº 1736, publicada no DOU de 10/09/2002, e Decreto Legislativo nº 459, publicado no DOU de 16/08/2004.

**ANÁLISE**

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 16/08/2014, de forma que o pedido de renovação deveria ter sido apresentado entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento da autorização, conforme estabelecido no art. 131, Parágrafo 4º da Norma nº 1/2015. Ocorre que a entidade protocolou sua solicitação em 04/09/2014, ou seja, intempestivamente.

**CONCLUSÃO**

3. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pela **não renovação** da outorga da entidade. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 19/08/2016, às 14:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 22/08/2016, às 15:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunic. Eletrônica, Substituto**, em 23/08/2016, às 11:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 29/08/2016, às 10:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1298942** e o código CRC **3694EBFB**.

## MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2016.

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.015342/2014-51 e nº 53900.015342/2014-51, resolve:

Art. 1º Declarar a extinção da autorização outorgada à **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG**, por meio da Portaria nº 1736, publicada no Diário Oficial da União em 10 de Setembro de 2002, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resende Costa/MG, em razão da apresentação intempestiva do pedido de renovação da referida outorga.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6535/6196

---

**PARECER n. 00822/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53900.015342/2014-51**

**INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA DESENVOLVIMENTO  
ARTÍSTICO EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG**

**ASSUNTO: NÃO RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

- I – Renovação de autorização para explorar Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Resende Costa, Estado de Minas Gerais.
- II – Intempestividade do pedido de renovação apresentado pela entidade.
- III – Pela extinção da outorga, haja vista o não cumprimento dos preceitos normativos pela interessada.
- IV – Encaminhamento dos autos ao Gabinete do Exmo. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Senhor Consultor Jurídico Substituto,

1. A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio da Nota Técnica nº 20774/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1298942), submete à apreciação desta Consultoria Jurídica processo de renovação da outorga para a Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico Educacional e Cultural de Resende Costa - MG, para prestação de serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Resende Costa, Estado de Minas Gerais.

### **I – DO RELATÓRIO**

2. A entidade acima qualificada recebeu a outorga do serviço de radiodifusão comunitária - RadCom por meio da Portaria nº 1736, publicada no Diário Oficial da União de 10.09.2002, tendo sido o referido ato aprovado pelo Decreto Legislativo nº 459, publicado no Diário Oficial da União de 16.08.2004, segundo a Nota Técnica nº 20774/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1298942).

3. A entidade apresentou seu requerimento em 04.09.2014 (doc. nº 0126405), colacionando, na oportunidade, a documentação julgada necessária para que se procedesse à análise de seu pleito.

4. Após a análise dos autos e de sua instrução, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica elaborou a referida Nota Técnica nº 20774/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1298942) sugerindo a extinção da outorga diante da intempestividade do requerimento apresentado pela entidade, submetendo os autos para decisão do Exmo. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com prévia oitiva desta Consultoria Jurídica.

5. É o sucinto relatório.

## II – DA FUNDAMENTAÇÃO

6. Segundo a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, em seu art. 6º, parágrafo único, a outorga do serviço *in casu* tem validade por dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências; veja-se:

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.

7. Também no âmbito infralegal, o Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, estipula o seguinte:

Art. 36 A autorização para execução do RadCom **poderá ser renovada** por um outro período de três anos[1], **desde que a autorizada apresente solicitação neste sentido com antecedência de três a um mês do seu termo final e que cumpra as exigências estabelecidas para tanto pelo Ministério das Comunicações**[2]. (grifo nosso)

8. A outorga concedida à entidade foi deferida pelo ato do Ministério consubstanciado na Portaria nº 1736 e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 459, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2004, nos termos do art. 223, §3º, da Constituição Federal[3]. Logo, o prazo de validade de 10 (dez) anos concedido à entidade para executar o serviço de RadCom expirou em 16 de agosto de 2014.

9. Com efeito, verifica-se que a entidade deveria ter apresentado o pedido de renovação até 16 de julho de 2014. Porém, conforme relatado na primeira parte desta peça, constatou-se a inércia da entidade, que deixou transcorrer o prazo necessário para pleitear a renovação, tendo encaminhado o requerimento apenas em 04 de setembro de 2014, após o término da validade da outorga, caracterizando sua flagrante intempestividade. Assim, em que pese a entidade ter apresentado o pedido devidamente instruído, o requerimento não merece ser apreciado.

10. Dessa forma, tendo em vista a intempestividade do pedido apresentado pela entidade, pode-se concluir pela extinção da outorga, visto que restaram cumpridos seus efeitos.

11. Por derradeiro, cumpre salientar que, caso a entidade não tenha interrompido o serviço, há que se concluir que a execução após o dia 16.08.2014 deverá ser considerada ilegal, nos termos do art. 21, IV, da Lei nº 9.612, de 1998[4], e do art. 40, XXI, do Decreto nº 2.615, de 1998[5], estando sujeita às penalidades da lei.

12. Nesse sentido, recomenda-se seja promovida fiscalização no local a fim de se apurar a possível ocorrência de execução clandestina do serviço.

13. Impende consignar a regularidade da minuta de portaria anexada à Nota Técnica nº 20774/2016/SEI-MCTIC (doc. nº 1298942), sendo necessário apenas incluir a data a partir da qual deverá ser declarada extinta a outorga, alterando-se a redação para constar da seguinte forma: “(...) Art. 1º Declarar **que encontra-se extinta desde o dia 17.08.2014 a** autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA - MG, por meio da Portaria nº (...)”.

## III – CONCLUSÃO

14. Em face do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, considerando a intempestividade do requerimento de renovação da outorga apresentado pela Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico Educacional e Cultural de Resende Costa - MG, outorgada para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Resende Costa, Estado de Minas Gerais, em consonância com a sugestão da Secretaria, opina que seja declarada a extinção da outorga, com a consequente publicação de portaria, em virtude do cumprimento dos seus efeitos.

À consideração superior.



Brasília, 30 de setembro de 2016.

**JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA**

Assistente Jurídico da União

Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária

---

[1] O prazo de renovação é também de dez anos, em conformidade com a alteração do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, acima colacionado.

[2] Atual Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.

[3] Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

(...)

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

[4] Art. 21. Constituem infrações - operação das emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária:

(...)

IV - infringir qualquer dispositivo desta Lei ou da correspondente regulamentação;

[5] Art. 40. São puníveis com multa as seguintes infrações na operação das emissoras do RadCom:

(...)

XXI - não obediência ao tempo de funcionamento da estação comunicado ao Ministério das Comunicações;

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900015342201451 e da chave de acesso 759d4fe0

---

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 11221294 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 30-09-2016 10:29. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES

---

**DESPACHO n. 02254/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53900.015342/2014-51**

**INTERESSADOS:** Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico Educacional e Cultural de Resende Costa-MG

**ASSUNTO:** Não renovação de outorga

1. Aprovo o **Parecer nº 00822/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra do Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária, Julio Cesar Ferreira Pereira.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

**VICTOR XIMENES NOGUEIRA**

Advogado da União  
Consultor Jurídico Substituto

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900015342201451 e da chave de acesso 759d4fe0

---

Documento assinado eletronicamente por VICTOR XIMENES NOGUEIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 11694505 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VICTOR XIMENES NOGUEIRA. Data e Hora: 03-10-2016 11:27. Número de Série: 8989594703127723889. Emissor: AC CAIXA PF v2.

---



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO COM.DE RD.P/DESENV.ART, EDUC.E CULT. DE RESENDE  
**CNPJ:** 02.412.405/0001-62

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:06:21 do dia 20/07/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 19/08/2017.

Certidão expedida gratuitamente.



**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**

## Identificação do Processo

Número: 53900.015342/2014 Localidade / UF: RESENDE COSTA/MG  
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO PARA DESENVOLVIMENTO ARTISTICO  
Aviso: 10 Publicação: 09/04/2001 Prazo: 30 Canal: 200

## Processo

1. A Entidade é uma: Associação

### 2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Cláudio Luís Resende	504.245.216-87	Diretor Geral	15/03/2013 15/03/2017	
Érica Deliane de Andrade	090.160.126-80	Diretor Cultural	15/03/2013 15/03/2017	
André Eustáquio Melo de Oliveira	044.998.226-29	Diretor Comunitário	15/03/2013 15/03/2017	
Afonso Camilo Magalhães	010.715.548-67	Diretor de Comunicações	15/03/2013 15/03/2017	
Eustáquio Peluzi Chaves	876.161.736-91	Diretor de Operações	15/03/2013 15/03/2017	
Domingos Sávio Pinto	119.488.506-30	Diretor de Patrimônio	15/03/2013 15/03/2017	
Camilo de Souza Vale	281.564.476-20	Vice-Diretor de Planejamento	15/03/2013 15/03/2017	
Fábio Adriano Resende Daher	680.491.886-04	Diretor Administrativo	15/03/2013 15/03/2017	

### 3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Processo nº 53900.015342/2014-51

Localidade: Resende Costa/MG

Entidade: Associação Comunitária de Radiodifusão Para Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 01

1.1) Data de postagem / Protocolo no SEI: 04/09/2014

1.2) Tempestividade: ( ) Sim (X) Não.

2) Estatuto Social: fl. 11

2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 3, h

2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: AUSENTE

2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 6, § único

2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 8, c

2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 17

2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 20-25

2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 17 ? não determinou a recondução, por no máximo, uma vez.

2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 19 e art. 26

3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 06 - Vencida

Data: 15/03/2013 (mandato de 04 anos)

Presidente: Cláudio Luís Resende

Vice-Presidente: Fábio Adriano Resende Daher  
1º Secretário: Érica Deliane de Andrade  
2º Secretário: Afonso Camilo Magalhães  
1º Tesoureiro: Eustáquio Peluzi Chaves  
2º Tesoureiro: Domingos Sávio Pinto  
Diretor Comunitário: André Eustáquio Melo Oliveira  
Vice Diretor Comunitário: Camilo Sousa Vale

4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: AUSENTE

5) CNPJ: fl. 22

6) Certidão Negativa da Anatel: fl. 01 (2063503)

7) Declaração de conformidade: fl. 03

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fl. 05 (Não está de acordo com o art. 116)

9) Endereço: OK

10) Portaria:

11) Decreto:

12) Composição do Conselho Comunitário: fl. 06 ? em desacordo com o art. 114

**\*\*\*PENDÊNCIAS:**

Estatuto Social: Não está previsto o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física e jurídica; Não determinou a recondução da diretoria por, no máximo, uma vez.

Ata de Eleição: A Ata de Eleição da diretoria está vencida desde 15/03/2017.

Ausência dos documentos que comprovam a maioria/nacionalidade dos dirigentes.

O Relatório apresentado não está de acordo com o art. 116 da Portaria.

A composição do conselho comunitário não corresponde ao previsto no art. 114.

Vínculo: A ausência dos documentos dos dirigentes dificultou a pesquisa de vínculo.

**\*\*\*CONCLUSÕES:**

Será elaborada Nota Técnica para solução das pendências indicadas.

---

Luciana Pimentel Chaves

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## **NOTA TÉCNICA Nº 16607/2017/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53900.015342/2014-51.**

Assunto: **Constatação de pendências.**

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. **A Associação Comunitária de Radiodifusão Para Desenvolvimento Artístico, Educacional E Cultural de Resende Costa**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Resende Costa**, estado de **Minas Gerais**, apresentou requerimento de renovação da autorização (0126405), em 04/09/2014, e o prazo final para o encaminhamento dos documentos expirava em 16/07/2014. No entanto, o pedido de renovação da outorga será considerado tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

### **ANÁLISE**

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de <b>indeferimento</b> .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
			Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância ao art. 40 da Portaria, conforme segue especificado:  a. Não está previsto o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, em desacordo com o art. 40, II da Portaria.  b . Não está expressamente previsto que a diretoria será reconduzida por, no máximo, uma vez, conforme art. 40, V, "b" da Portaria.
	Art. 131, inciso II, c/c	Estatuto social adequado à	Em razão disso, é necessário



Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.	INCISO II, C/C art. 40	Portaria nº 4334, de 2015.	<p>que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria, e apresentado consolidado, com todas as alterações.</p> <p><b>Observação 1:</b> a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.</p> <p><b>Observação 2:</b> as alterações estatutárias deverão ser averbadas no registro inicial do Estatuto, no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas.</p>
	Art. 131, inciso III	Ata de eleição.	<p>A Ata de eleição da diretoria encaminhada está <u>vencida desde 15/03/2017</u>. Assim, para prosseguimento do Processo, é necessário que a Radiodifusora encaminhe a Ata correspondente à diretoria em exercício.</p> <p><b>Observação:</b> o registro deve ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
			<p>O Conselho Comunitário não é composto por representantes de entidades legalmente instituídas, conforme previsão do art. 114 da Portaria.</p> <p>Além disso, o relatório encaminhado não obedece ao disposto no art. 116 da Portaria.</p> <p>Assim, para prosseguimento do Processo, a Entidade deve regularizar o Conselho Comunitário e encaminhar novo relatório sobre a grade de programação - assinado por todos os conselheiros - e no qual estejam relacionadas as entidades representadas por</p>

	Art. 131, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p>cada um deles.</p> <p><b>Observação 1:</b> poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p><b>Observação 2:</b> <u>os dirigentes da entidade interessada bem como representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</u></p> <p><b>Observação 3:</b> o relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), <u>com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.</u></p>
	Art. 42	CPF de todos os dirigentes.	A Entidade deverá encaminhar cópia do CPF dos membros da Diretoria.
Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998	Art. 6º, parágrafo único c/c art. 9º, § 2º, incisos III e IV	Comprovante de maioria/nacionalidade.	<p>A Entidade deverá enviar documento que demonstre que <b>todos</b> os Diretores eleitos são brasileiros natos ou brasileiros naturalizados há mais de 10 anos, bem como que são maiores de 18 anos.</p> <p><b>Observação:</b> serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p>
Portaria nº 4334, de 2015	Art. 131, inciso IV		<p><b>Não</b> serão aceitos como comprovantes de maioria/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de</p>

3. Quanto à eleição da diretoria, cabe ressaltar o seguinte:

3.1 É de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 25, § 2º da Portaria nº 4334, de 2015). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade. Além disso, após o dia 21/09/2016 (prazo definido no art. 137, parágrafo único da Portaria), **a vinculação é tida como vício de caráter insanável. Ou seja, verificado o vínculo, o pedido de renovação será indeferido.**

3.2. Outro aspecto que deve ser esclarecido: a **análise de vínculo é feita de forma objetiva**. Em outras palavras, basta que se verifique que o(s) membro(s) da Diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica, sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o vínculo, independentemente de se afirmar que o membro com vínculo nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.

3.3. Assim, para evitar a aplicação de penalidades e até a perda da outorga do serviço, a Entidade deve estar atenta e, ao realizar eleições da Diretoria, verificar que seus futuros dirigentes não tenha vínculo e nem os constitua durante todo o período do mandato.

3.4. Por fim, havendo a eleição de novos dirigentes, devem ser encaminhados:

I. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento). Ressalta-se que não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF); e

II. CPF de todos os dirigentes.

4. O estatuto social deve conter expressamente as disposições do artigo 40 da Portaria nº 4334/2015:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou



jurídica;

III – garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV – garantia às pessoas físicas associadas do direito de votar e ser votado para os cargos de direção;

V – especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução.

Parágrafo único. O estatuto social não será considerado irregular, na forma do inciso I do caput, se da leitura do seu conjunto for possível depreender que a entidade tem a finalidade de prestar o Serviço de Radiodifusão.

## 5. A composição do Conselho Comunitário deve obedecer as disposições dos artigos 113 e seguintes da Portaria 4334/2015:

Art. 113. O Conselho Comunitário é órgão autônomo de fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998.

Art. 114. A entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades legalmente constituídas.

§ 1º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§ 2º As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Comunitário, não poderão ser associados da entidade autorizada nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade.

§ 3º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho.

Art. 115. Compete ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

I – fiscalizar a programação da emissora;

II – solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;

III – fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;

IV – realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;

V – receber reclamações, denúncias e elogios; e

VI – submeter ao Ministério das Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

Art. 116. Sempre que solicitado pelo Ministério das Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório circunstanciado, elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a descrição e a avaliação a respeito da grade de programação, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

## CONCLUSÃO

6. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

7. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30

(trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

8. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

9. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista**, em 21/07/2017, às 16:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/07/2017, às 11:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2063705** e o código CRC **B84570C9**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.015342/2014-51

SEI nº 2063705



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 32645/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor

**CLÁUDIO LUÍS RESENDE**

Representante Legal da Associação Comunitária de Radiodifusão Para  
Desenvolvimento Artístico, Educacional E Cultural de Resende Costa

Praça Nossa Senhora de Fátima, 154 - Centro

36.340-000 / Resende Costa - MG

CNPJ nº 02.412.405/0001-62

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.015342/2014-51.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 16607/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/07/2017, às 11:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2064075** e o código CRC **FCC4454D**.





**Data de Envio:**

27/07/2017 16:20:53

**De:**

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

**Para:**

SDS@MGCONECTA.COM.BR  
casanova@mgconecta.com.br  
peluzi@terra.com.br

**Assunto:**

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: @processo@

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor confirmar recebimento.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente  
via Peticionamento Eletrônico.  
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_2063705.html  
Requerimento\_0126405\_53900.015342\_2014\_51.pdf  
Oficio\_2064075.html

01250.055812/2017-60

ACRADATEC/RC

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG

# "ACRADATEC-RC"

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO

PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO,

EDUCACIONAL E CULTURAL DE

RESENDE COSTA

MG

## ESTATUTO

MG/PROTOCOLO

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 08/09/17 às 14:00 horas

Assinatura: Ailton Silva

ESTATUTO



ACRDATEC/RC  
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG

---

PREÂMBULO

**ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS, CONSOLIDAÇÃO E FORMATAÇÃO DO  
ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O  
DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURA DE RESENDE COSTA/MG**

Em conformidade com as decisões das assembleias gerais extraordinárias, realizadas nos dias 07 de março de 2008 e 04 de março de 2009, devidamente instrumentalizadas por meio de atas e realizadas na forma da lei, onde foram deliberadas várias alterações e considerando as alterações anteriores no estatuto original, devidamente averbadas e as solicitações do Ministério da Comunicações para reformar o estatuto de forma substancial, bem como a necessidade de adequação jurídica aos moldes da lei federal nº 10.406/02 e 9.612/98, o presente estatuto foi todo reformulado e sistematizado passando a vigorar a partir desta data, consoante as disposições aqui apresentadas.

Devido a natureza das alterações e quantidade de dispositivos alterados e incrementados, tornou-se inviável manter a formatação original do estatuto, motivando nova formatação, sem perder a essência dos dispositivos originais e fundamentados em decisões das assembleias realizadas com a finalidade de promover essas mudanças. Isto posto, o estatuto da ACRDATEC-RC, a partir desta data, passa a ter a redação seguinte.

Resende costa, 12 de março de 2009.



Cláudio Luis Resende -Presidente



**ACRDATEC/RC**  
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**  
**ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG**



**CAPÍTULO I**

**CONSTITUIÇÃO, SEDE, FORO, JURISDIÇÃO, OBJETIVOS E OBJETOS**

**Art. 1º - A Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural da Cidade de Resende Costa/MG - ACRDATEC-RC**, denominada por título fantasia "RÁDIO INCONFIDENTES FM", fundada em 02/06/2003, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica distinta de seus associados, sem vínculo patrimonial e responsabilidades diversas, voltada para a defesa da democratização da comunicação e da informação, constituída por uma sociedade civil de radiodifusão comunitária e de difusão cultural de organizações populares de apoio às ações solidárias, cooperativas e de sociedades não religiosas e não partidárias dedicada a serviço comunitário de caráter não comercial, inspirando-se nos princípios da solidariedade social, da livre iniciativa, do direito de propriedade e da economia de mercado, regendo-se por este estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

**Parágrafo Único -** Para os fins deste Estatuto e em todos os documentos a serem utilizados pela associação no desenvolvimento de suas atividades, será facultado usar o nome de fantasia Rádio Inconfidentes FM ou Inconfidentes FM.

**Artigo 2º -** A Associação terá jurisdição, sede e foro em Resende Costa, Estado de Minas Gerais, à Praça Nossa Senhora de Fátima, s/n, com podendo também ter dependências e representações em outros locais e/ou cidades, com prazo indeterminado de duração.

**Parágrafo Único-** Na eventual impossibilidade de se conferir o nome de fantasia previsto neste estatuto, face à duplicidade de nomenclatura a associação fará nova denominação, de ofício, cuja outorga de retificação fica, neste ato, conferida ao Presidente, que diligenciará junto ao Órgão de Registro.

**Artigo 3º -** Os objetivos e atribuições básicas da "ACRDATEC-RC" são:

- a) Pleitear e adotar medidas cabíveis aos interesses da Associação ou de quaisquer outras entidades congêneres, bem como no interesse coletivo ou individual de seus associados;
- b) Tornar-se defensora e cooperadora ativa de tudo quanto possa concorrer para a prosperidade de seus associados;
- c) Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- d) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- e) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- f) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- g) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível;
- h) Executar serviços de radiodifusão;
- i) Celebrar e firmar contratos diversos.

**Artigo 4º -** Na realização de suas atividades a associação, em sua programação, atenderá aos seguintes princípios:



**ACRADATEC/RC**  
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**  
**ARTISTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG**



- a) Preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

Artigo 5º - São objetos sociais:

- a) Representar a radiodifusão comunitária da cidade de Resende Costa/MG, defendendo seus interesses e os objetos de desenvolvimento e consolidação da atividade em condições de participação democrática e popular de comunicação;
- b) Representar as organizações populares e cooperativas, independente de outorga específica junto aos órgãos públicos responsáveis pelo setor de telecomunicações, atuando ainda junto aos Poderes Legislativo e Judiciário;
- c) Criar, implantar e administrar um sistema de integração de emissora de radiodifusão e/ou outros meios de comunicação comunitários em Resende Costa, MG, buscando o aperfeiçoamento qualitativo da produção jornalística e cultural e redução de custos de produção e transmissão e agilidade nas mobilizações de interesse civil, emergencial, podendo, para tanto, em nome de seus representantes, assinar convênios, firmar contratos e realizar todos os entendimentos necessários;
- d) Criar, estabelecer e consolidar serviços que possibilitem a plena realização dos objetos da radiodifusão e/ou outros meios de comunicação comunitários;
- e) Promover encontros, eventos e seminários de interesse dos meios de comunicação comunitários;

## **CAPITULO II**

### **INSCRIÇÃO, DEMISSÃO, EXCLUSÃO, DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS**

Artigo 6º - A diretoria poderá conferir título benemérito a pessoas ou entidades que venham efetivamente contribuir para o desenvolvimento da radiodifusão comunitária, sem que obtenham o direito de associado.

Parágrafo Único - Poderão fazer parte da "ACRADATEC-RC" os habitantes de Resende Costa, além de cidadãos que direta ou indiretamente visam o desenvolvimento da cidade, além de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, por meio de representantes legais, com direito a voto e voz nas deliberações da associação, podendo ser subdivididos em sócios contribuintes e beneméritos.

Artigo 7º - O cidadão pretendente à admissão como associado, deverá procurar um membro da diretoria ou a secretaria da emissora para a formalização de seu pedido.

~~Parágrafo Único - A inserção do associado deverá ser consignada em ata de reunião ou assembleia, devendo ser lavrado em livro próprio de inscrição de associado, para fins de observar o lapso temporal de, no mínimo, um ano de filiação para o associado ter direito a votar e a ser votado.~~

Artigo 8º - Constituem direitos dos associados:

## **ESTATUTO**

480



**ACRADATEC/RC**  
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**  
**ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG**



- a) Participar das reuniões da Associação;
- b) Submeter à Diretoria o exame de assuntos de seu interesse;
- c) Participar, votar e ser votado, presente ou devidamente representado por meio de procuração nas assembleias e reuniões, desde que esteja em dia com suas obrigações estatutárias, em especial, o artigo 7º, parágrafo único;
- d) Consultar a alguma entidade ou associação, caso a emissora seja filiada;
- e) Ter conhecimento das deliberações e demais atividades da emissora.

Artigo 9º - Constituem deveres dos associados:

- a) Contribuir e colaborar, efetivamente, dentro do seu âmbito e limite de atividade para a consecução dos objetivos e finalidades da associação;
- b) Prestar as informações solicitadas por quem de direito, comparecer às reuniões e eventos, exercer cargos, missões e tarefas para as quais for designado, acatar as resoluções das assembleias e da diretoria, bem como cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;
- c) Contribuir com eventuais mensalidades, previamente estabelecidas, votadas em assembleia;
- d) Cumprir, rigorosamente, as normas estabelecidas pela legislação pertinente, especialmente, a que institui o serviço de radiodifusão comunitária e dá outras providências;

Artigo 10º - A demissão do associado dar-se-á a pedido do mesmo, não podendo ser negada. A exclusão dar-se-á por morte física, incapacidade civil ou não atendimento aos requisitos exigidos para a admissão ou permanência na associação.

Artigo 11º - Serão admitidos sócios beneméritos, contudo estes não terão direito a voto ou mandato, podendo, entretanto, participar, opinar, sugerir e debater nas assembleias e nos temas da "ordem do dia".

Artigo 12º - Poderá ser eliminado do quadro associativo quem, por decisão da Assembleia Geral:

- a) Infringir os dispositivos deste estatuto;
- b) Regularmente dissolver-se.

Artigo 13º - A aplicação das penalidades aludidas no artigo anterior será precedida de audiência da parte interessada, que poderá produzir defesa por escrito, dentro do prazo de 10(dez) dias da data da cientificação.

### CAPÍTULO III

#### ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Artigo 14º - A "ACRADATEC" compreende os seguintes órgãos institucionais:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Comunitário.

### CAPÍTULO IV

#### ASSEMBLEIA GERAL

#### ESTATUTO



**ACRDATEC/RC**  
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**  
**ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG**



Artigo 15º - A assembléia geral é órgão soberano da associação e reunirá, ordinariamente, uma vez por ano, e extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste estatuto.

Parágrafo Primeiro - antes do início das reuniões será colhida a presença dos associados, devendo os mesmos assinarem o livro para tal fim;

Parágrafo Segundo - os trabalhos serão abertos pelo presidente da associação, devendo o mesmo presidir os trabalhos, expondo as metas e motivos da reunião, salvo motivo de força maior e aprovado pela assembléia;

Parágrafo Terceiro - o presidente da assembléia, além do seu voto de sócio, deverá sempre votar nos casos de empate;

Parágrafo Quarto - as votações nas assembléias poderão dar-se de forma simbólica, nominal, secreta ou por aclamação;

Parágrafo Quinto - lavrar-se-á uma ata sobre os trabalhos tratados nas reuniões, à qual será elaborada pelo secretário, ao final, assinada pelos componentes da mesa e pelos demais presentes ou pelo secretário e presidente se assim determinar a assembléia;

Parágrafo Sexto - A Assembléia Geral se reunirá, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente, pela Diretoria, pela maioria dos membros do Conselho comunitário ou por, no mínimo, 1/5 dos associados, sendo a convocação feita com antecedência mínima de 8 (oito) dias;

Parágrafo Sétimo - A Assembléia Geral ordinária será convocada pelo presidente;

Parágrafo Oitavo - As deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo um voto para cada associado, podendo ser representado por meio de procuração, exceto nos casos de alteração estatutária ou destituição de membros da diretoria onde se exigirá o quorum qualificado de 2/3 dos membros presentes;

Parágrafo Nono - A assembléia geral não terá início sem a maioria absoluta de seus membros, caso em que o presidente declarará de ofício, uma segunda convocação, aguardando por mais uma hora a presença dos demais membros e, findo o prazo, declarará abertos os trabalhos da assembléia geral, qualquer que seja o número de presentes, dando-se cumprimento à pauta do dia.

Artigo 16º - São atribuições da assembleia geral:

- a) Examinar, aprovar ou reprovar as contas da Diretoria e o balanço social;
- b) Velar pelo reto cumprimento dos fins da associação, sugerindo e votando medidas reparadoras, se for o caso, às quais serão aprovadas mediante voto de maioria simples dos membros presentes;
- c) Eleger, por voto, os cargos vagos na diretoria, em virtude de eventuais afastamentos, sendo candidatos natos todos os membros presentes na assembléia, se de outra forma não dispuser o edital de convocação para este fim;
- d) Deliberar demais assuntos previstos na "ordem do dia", prevalecendo o voto da maioria simples dos membros presentes;
- e) Definir a ação estratégica da "ACRDATEC-RC", através da aprovação de planos e programas de trabalho;



**ACRDATEC/RC**  
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**  
**ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG**



- f) Tomar e julgar as contas de cada exercício financeiro, apresentado pela Diretoria, com parecer do Contador da entidade;
- g) Eleger e empossar a Diretoria e se, for o caso, os membros do Conselho Comunitário;
- h) Impor penalidades às eventuais entidades filiadas, à Diretoria e ao Conselho Comunitário;
- i) Reformar este Estatuto;
- j) Dissolver a "ACRDATEC-RC", com obediência ao estabelecido neste Estatuto;
- k) Resolver os casos omissos ou não previstos;

**CAPÍTULO V**

**DIRETORIA, CONSELHO COMUNITÁRIO E PROCESSO ELEITORAL**

Artigo 17º - A Diretoria, órgão executivo e de comando, eleitos pelo voto direto e secreto dentre seus associados presentes em pleno gozo de seus direitos e deveres na Assembléia Geral, de acordo com disposições do artigo 8º, letra c, com mandato de duração de 4(quatro) anos, podendo ser reeleitos, sendo composta pelos seguintes cargos:

- a) Presidente;
- b) Vice-presidente;
- c) Diretor Comunitário;
- d) Vice-Diretor Comunitário;
- e) Secretário;
- f) Vice-Secretário;
- g) Tesoureiro;
- h) Vice-Tesoureiro.

Parágrafo Único - A Diretoria, sempre que necessário, solicitará o assessoramento das entidades e órgãos públicos que atuam no setor, além de outros profissionais para auxiliá-la em assuntos de seus interesses.

Artigo 18º - O Presidente constituirá uma comissão eleitoral para coordenar os trabalhos da eleição e posse da Diretoria e do Conselho Comunitário, devendo observar os critérios estabelecidos neste estatuto.

Parágrafo Primeiro - A comissão divulgará os critérios de inscrição das chapas, no mínimo, com 15 dias de antecedência ao término do mandato, devendo a chapa ou as chapas concorrentes apresentar-se completas e encaminhadas à Diretoria em até 5 dias antes do término do mandato.

Parágrafo Segundo - A eleição da Diretoria dar-se-á por votação direta, secreta ou por aclamação no caso de haver uma única chapa concorrente.

Parágrafo Terceiro - A convocação será feita pela Diretoria, observando as normas estatutárias.

Parágrafo Quarto - Terão direito a votar e serem votados os associados que estiverem gozando dos seus direitos e deveres na "ACRDATEC-RC".

Parágrafo Quinto - Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver a maioria simples dos votos.

**ESTATUTO**

MSE



30  
06  
C

**ACRDATEC/RC**  
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**  
**ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG**

Artigo 19º - O Conselho Comunitário será composto de cinco membros efetivos, podendo ter membros suplentes com número igual ou inferior aos efetivos, representantes dos segmentos sociais existentes na comunidade e entidades como associações de classe, beneméritas, poderes públicos, religiosas, de moradores, dentre outras, atendendo aos princípios elencados no artigo 4º deste estatuto.

Parágrafo Único: O Conselho Comunitário será empossado pela Diretoria ou por meio da Assembléia, sendo seus membros indicados pelas entidades representadas, lavrando termo de posse no livro de atas, com mandato coincidente com a Diretoria, podendo ser reeleito.

Artigo 20º - Compete ao Presidente:

- a) Representar a associação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- b) Constituir procurador para a defesa dos interesses da associação;
- c) Cumprir e fazer cumprir os estatutos e as demais deliberações da diretoria e da Assembléia Geral;
- d) Presidir as reuniões da diretoria e da assembléia geral, bem como efetuar as necessárias convocações;
- e) Firmar contratos trabalhistas e de qualquer outra natureza, observando-se as necessidades e possibilidades da associação;
- f) Assinar os balanços anuais da associação e submetê-lo à apreciação da diretoria e da assembléia geral, na forma deste estatuto;
- g) Administrar a associação, juntamente com os demais Diretores;
- h) Abrir e movimentar contas bancárias, assinar juntamente com o tesoureiro cheques ou documentos que envolvam responsabilidades financeiras da "ACRDATEC-RC";
- i) Organizar o processo eleitoral e promover a eleição, na forma deste estatuto.
- j) Delegar poderes a membros da diretoria;
- k) Deliberar sobre os atos de administração patrimonial e de pessoal;
- l) Constituir comissões para a execução das atividades;
- m) Encaminhar deliberação à Assembléia Geral;
- n) Homologar as inscrições de novos associado, juntamente com a Diretoria;
- o) Resolver e deliberar sobre os casos omissos.

Artigo 21º - Compete ao Vice-Presidente:

- a) Substituir o Presidente durante seus afastamentos, faltas ou impedimentos;
- b) Substituir o Presidente, em definitivo, em caso de renúncia ou quaisquer outros motivos;
- c) Por delegação do Presidente, cumprir missões especiais e outras tarefas peculiares ao cargo de Presidente;
- d) Representar o Presidente sempre que solicitado por este.

Artigo 22º - Compete ao Diretor Comunitário:

- a) Sempre que solicitado, sendo viável e não contrário a lei, atender às entidades de classe, religiosas ou não, bem como associações diversas da comunidade, abrindo a eles espaços na emissora, desde que haja o necessário apoio cultural para custeio, na forma que dispuser as normas internas acerca de custos gerais;
- b) Dirigir e organizar, juntamente com a Diretoria, a programação geral da emissora;
- c) Acompanhar os trabalhos dos locutores e suas reivindicações;
- d) Zelar pela igualdade de direitos às entidades referidas no inciso a, deste artigo;



07  
C

**ACRDATEC/RC**  
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**  
**ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG**

Parágrafo Único: Os eventuais abusos ou a ocorrência de ofensas, danos morais, difamação, calúnia ou injúria, porventura veiculados na emissora, será de inteira responsabilidade do ofensor, devendo o detentor do espaço a ser ocupado, previamente, assinar um termo de advertência e responsabilidade.

**Artigo 23º - Compete ao Secretário:**

- a) Assessorar o Presidente durante as reuniões;
- b) Redigir atas e outros documentos;
- c) Manter em dia e atualizados o registro dos associados da "ACRDATEC-RC";
- d) Receber e expedir correspondências, encaminhando-as ao destinatário;
- e) Divulgar, por qualquer meio idôneo, a emissora;
- f) Receber críticas e sugestões diversas;
- g) Cumprir e fazer cumprir o estatuto e outros regulamentos;
- h) Fazer o relatório anual da Diretoria e do Conselho Comunitário;
- i) Outras atribuições, a critério do Presidente, respeitado o previsto neste estatuto.

**Artigo 24º - Compete ao Tesoureiro:**

- a) Zelar pelo patrimônio da associação, catalogando os bens;
- b) Promover, com auxílio de profissional, a escrituração contábil da associação;
- c) Cuidar da escrituração geral e financeira, promovendo os necessários balanços;
- d) Responder por todas as atividades relativas a finanças da associação;
- e) Conservar organizada e em dia as escritas contábeis e zelar pelos livros e documentos de contabilidade, procurando fazer os registros com honestidade, clareza, capricho e precisão;
- f) Preparar prestação de contas e apresentar em assembléias gerais;
- g) Cumprir e fazer cumprir o estatuto;
- h) Dispor, em conjunto com o Presidente, sobre arrecadações e despesas da associação, assinar cheques e outros documentos financeiros.

**Artigo 25º - Compete ao Vice-Diretor Comunitário, Vice-Secretário e Vice-Tesoureiro:**

- a) Substituir os membros correspondentes da Diretoria em seus afastamentos, faltas ou impedimentos;
- b) Substituir os membros correspondentes da Diretoria, em definitivo, em caso de renúncia ou quaisquer outros motivos;
- c) Na medida do possível, os membros exercerão os trabalhos compartilhados e em parceria com os membros efetivos da Diretoria.

Parágrafo Único – Em caso de não haver pessoas para substituir cargos vagos na Diretoria, eventuais cargos vagos poderão ser ocupados por membros da Diretoria que estejam na suplência de outros cargos, desde que tenham o perfil correspondente e seja aprovado pela Diretoria. Caso não seja possível a substituição, o Presidente poderá convocar eleições para preenchimento dos cargos vagos.

**Artigo 26º - Compete ao Conselho Comunitário:**

- a) Acompanhar a programação da emissora e apresentar sugestões;
- b) Encaminhar relatório anual ao Ministério das Comunicações, sempre no aniversário da outorga, relatório resumido contendo a grade de programação, bem como sua avaliação, considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei e outros requisitos que achar necessário;



C3  
E

**ACRDATEC/RC**  
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**  
**ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG**

- c) Planejar o seu trabalho mediante reuniões e outros critérios para melhor avaliar os trabalhos da emissora.

**CAPÍTULO VI**

**PATRIMÔNIO, RECEITAS E DESPESAS**

Artigo 27º - O Patrimônio da "ACRDATEC-RC" será constituído de:

- a) Subvenções ou auxílios de entidades Públicas ou Privadas;
- b) Imóveis, benfeitorias, materiais e/ou equipamentos que vier a possuir;
- c) Renda de eventos promovidos pela "ACRDATEC-RC";
- d) Doações, legados e rendas extraordinários não previstos nos itens anteriores.

Parágrafo Primeiro - O patrimônio da "ACRDATEC-RC" não poderá ser aplicado em fins diferentes das finalidades e objetivos da associação previstos neste estatuto.

Parágrafo Segundo - Em caso de dissolução da "ACRDATEC-RC", o que poderá ocorrer por decisão da maioria absoluta em assembléia, seu patrimônio só poderá ser destinado à outra instituição congênere, legalmente constituída, após apuração de eventuais débitos e pendências.

Artigo 28º - A receita da associação será composta de:

- a) Arrecadação de contribuições ordinárias e especiais dos associados inclusive dos beneméritos;
- b) Doações ou receitas provenientes de terceiros;
- c) Receitas provenientes à prestações de serviços a terceiros, nos termos da legislação federal que "instituiu o serviço de radiodifusão comunitária";
- d) Contribuições de sócios beneméritos;
- e) Convênios e contratos com outras instituições e órgãos públicos;
- f) Outros meios idôneos não defesos em lei.

**CAPÍTULO VII**

**DAS SANÇÕES E MEDIDAS DISCIPLINARES**

Artigo 29º - Quaisquer infrações ao estatuto ou à legislação pertinente, acarretarão ao associado, dependendo do grau de culpa verificado pela diretoria:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária;
- c) Expulsão.

Parágrafo Primeiro - Em quaisquer das hipóteses previstas nos incisos anteriores, será garantido ao associado o amplo direito de defesa e do contraditório, e da decisão, poderá recorrer com efeito suspensivo, para a assembléia geral, à qual será convocada, extraordinariamente, para deliberar;

Parágrafo Segundo - Sem prejuízo das disposições dos artigos 12º e 13º deste estatuto, o Presidente poderá constituir comissão disciplinar para analisar aspectos disciplinares e de penalidades.





## CAPÍTULO VIII

### DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 30º - A Diretoria reunir-se-á mensalmente em dia e hora estabelecidos pelo Presidente, podendo reunir-se, extraordinariamente, havendo necessidade;

Artigo 31º - As responsabilidades em geral, reger-se-ão mediante leis específicas, pertinentes à espécie;

Artigo 32º - Não se confunde, em hipótese alguma, a pessoa física e natural do associado ou membro da diretoria com a associação;

Artigo 33º - Os membros da Diretoria e do Conselho Comunitário não serão remunerados, sendo vedados receber bonificações ou vantagens diversas e, expressamente, mediante anuência deste estatuto, desistem e renunciam a quaisquer direitos trabalhistas ou civis, sendo seu trabalho inteiramente filantrópico e social, fazendo jus, entretanto, ao reembolso de despesas efetuadas em proveito da associação;

Artigo 34º - A contabilidade da associação obedecerá às disposições e princípios contábeis e legais, com escrituração regular, sendo o ano contábil coincidente com o calendário civil.

Artigo 35º - A "ACRDATEC-RC" não distribuirá dividendos de espécie alguma, nem qualquer parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas a título de lucro ou participação de seu resultado aos associados.

Artigo 36º - O mandato da atual Diretoria e do Conselho Comunitário tem termo final no prazo de 4 anos, a contar da data da assembléia geral de 04/03/09.

Artigo 37º - Os casos omissos serão dirimidos pela diretoria e, eventuais modificações estatutárias, pela assembléia geral, na forma deste estatuto.

Artigo 38º - O presente Estatuto entra em vigor nesta data, revogadas as alterações anteriores do estatuto original, e demais disposições em contrário.

RESENDE COSTA, ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE.

Cláudio Luís Resende - CPF 504.245.216-87  
Presidente

USE CAB/MC 69586

ESTATUTO

**CERTIFICADO DE REGISTRO CIVIL DE PERSONAS NATURALES**  
**GOBIERNO DE COSTA RICA - MGC**

Certifico que el/la señor(a) Adriana Patricia Lora Lora  
 con cédula de identidad N° 055618  
 A-4, nació el día 17 de Mayo de 1973  
 Personero legalizado, en el Registro Civil de la  
 do que don/da 23 de Mayo de 2009  
Adriana Patricia Lora Lora  
 ATRIBUCION PARA LA MATERIA

[20313102/000175]  
 Registro Civil de la  
 MGC  
 Registro Civil de la  
 MGC

CONSEJO DE PERSONAS NATURALES MGC  
 29/19  
 9/18  
 38337





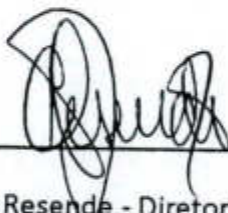
TERMO MODIFICATIVO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE  
RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL  
DE RESENDE COSTA-MG

Conforme decisão em assembléia geral extraordinária, realizada na data de 30 de abril de 2012, na sede da emissora, constante na ata lavrada e devidamente assinada e registrada em cartório de registro de pessoa jurídicas, às fls. 265, do livro A-4, sob o número 988, em 07/05/2012, visando adequação estatutária, o artigo 22, alínea a passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 22 - .....

- a) Atender entidades de classe, religiosas ou não, associações e conselhos comunitários, abrindo espaços na emissora para divulgação dos seus trabalhos e projetos;

Resende Costa, em 03 de setembro de 2013.



Cláudio Luís Resende - Diretor Presidente

Vistos: Marcio de Sousa Resende - OAB/MG 69586

20313102/0001-74

Registro de Títulos e Documentos •  
Pessoa Jurídica

Rua José Coelho, 22

CENTRO - CEP 36340-000

RESENDE COSTA - MG



AVERBAÇÃO

A PRESENTE AVERBAÇÃO RECEBEU NOVO NÚMERO DE REGISTRO, APONTADO SOB O Nº 2.402 DO PROTOCOLO, REGISTRADO SOB O Nº 1.079, LIVRO A-5, fls 060Vº DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS, POR NÃO CONTER ESPAÇO SUFICIENTE PARA AVERBAÇÃO AO REGISTRO INICIAL.

RESENDE COSTA, 12 DE SETEMBRO DE 2013



ADENOR FÁBIO LARA CHAVES



SEGUNDO TERMO MODIFICATIVO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE  
RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE  
RESENDE COSTA-MG


Conforme decisão em assembleia geral extraordinária, realizada na data de 04 de agosto de 2017, na sede da emissora, visando adequação estatutária, o parágrafo único do artigo 7º e o caput do artigo 17º, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art.7º -.....

Parágrafo único – A inscrição do associado, seja pessoa física ou jurídica, será gratuita e deverá ser consignada em ata de reunião ou assembleia, devendo ser lavrado em livro próprio de inscrição de associado, para fins de observar o lapso temporal, de no mínimo, um ano de filiação para o associado ter direito a votar e ser votado.

Art.17º - A Diretoria, órgão executivo e de comando, eleitos pelo voto direto e secreto dentre seus associados presentes em pleno gozo de seus direitos e deveres na Assembleia Geral, de acordo com disposições do artigo 8º, letra c, com mandato de duração de 4(quatro) anos, podendo ser reeleitos e reconduzida, no máximo, uma vez.

Resende Costa, em 07 de agosto de 2017.


  
Cláudio Luís Resende – Diretor Presidente

Vistos: Márcio de Sousa Resende – OAB/MG 69586

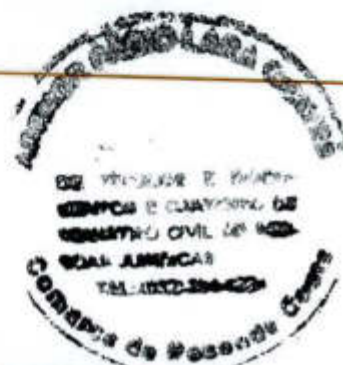
AVERBAÇÃO

A PRESENTE AVERBAÇÃO RECEBEU NOVO NÚMERO DE REGISTRO, APONTADO SOB O Nº 2798 DO PROTOCOLO, REGISTRADO SOB O Nº 1298, LIVRO B-50, fls 252v DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS, POR NÃO CONTER ESPAÇO SUFICIENTE PARA AVERBAÇÃO AO REGISTRO INICIAL.

RESENDE COSTA, 29 DE AGOSTO DE 2017

  
ADENOR FÁBIO LARA CHAVES

12213102/0001-7



PODER JUDICIÁRIO - TJMG / CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas  
Jurídicas De Resende Costa

SELO ELETRÔNICO Nº BNU31604

COD. SEG.: 1083880110745095

Qtde de Atos: 2

Recompe: R\$ 5,77

Emol: R\$ 102,06    TFJ: R\$ 34,55    TOTAL: R\$ 136,61

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>





RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ACRADATEC-RC, ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG

De acordo com as disposições estabelecidas pelo Ministério das Comunicações e de acordo com as normas estatutárias, o presente conselho vem apresentar seu relatório circunstanciado sobre o trabalho desenvolvido pela ACRADATEC-RC - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG. Dentro das avaliações do Conselho verifica-se que a ACRADATEC-RC tem cumprido seu papel. Tem proporcionado ao município informação, entretenimento, promoção cultural além de ser um espaço de debate e envolvimento social.

Entende-se que a Associação se tornou um veículo de informação indispensável para Resende Costa, diminuindo as distâncias e promovendo conhecimento. Tem uma programação bem variada e atende à todos os seguimentos sem distinção.

Para maior transparência segue a grade de programação apresentada pela Rádio Inconfidentes FM (ACRADATEC-RC) de domingo a segunda- feira, bem como seus respectivos horários.

**Domingo:**

6h às 9h – **Lá vem a banda:** programa musical, apresentado por Jorge da Sebastiana. Repertório baseados em grandes clássicos de canções militares, Infantaria e afins.

9h às 11h – **Bom dia Cidade:** programa humorístico, apresentado por Toninho Ribeiro. Piadas e causos de classificação livre nas manhãs de domingo.

11h às 12h30 – **Samba e Pagode:** programa musical, apresentado por Hélio Henrique. Clássicos e sucessos atuais do samba e pagode são destaques durante a programação.

12h30 às 15h – **Sempre Sucesso:** programa robotizado mesclando sons atuais e músicas do passado.

15h às 18h – **Especial Sertanejo:** programa robotizado com músicas sertanejas.

18h às 20h – **Domingo Sucesso:** as mais tocadas na semana programadas no encerramento da programação de domingo.

**Segunda –feira:**

5h às 8h- **Cantinho Sertanejo:** programa musical apresentado pelo locutor Chiquinho. Além do conteúdo musical, informações de utilidade pública como: Perdas de objetos, notas de falecimento e avisos de interesse da comunidade são destaques durante o programa.



8h às 9h30 – **Manhã da gente**: programa musical apresentado pelo jornalista Cássio Almeida. Possui grade musical variada com destaque para o quadro *Boletim Informativo 1ª edição* às 8h30, que informa o ouvinte através de notícias de diferentes segmentos, abrangendo os cenários mundial, nacional e local.

9h30 às 10h – **Giro Esportivo**: programa jornalístico apresentado pelo jornalista Cássio Almeida e Vanuza Resende, estudante de Comunicação Social – Jornalismo. Com ênfase no futebol mineiro, os locutores comentam o futebol das equipes Atlético Mineiro e Cruzeiro Esporte Clube, analisam os placares dos campeonatos de futebol e falam dos resultados das competições de esportes, como vôlei, Fórmula 1, MMA e outros. Todas as competições locais são registradas no programa, como: Campeonatos de futsal, Corrida Rústica, Campeonatos de vôlei e outros.

10h às 11h – Transmissão do Programa Experiência de Deus com o Padre Reginaldo Manzotti.

11h às 12h30 – **Bons Tempos**: programa musical apresentado por Tião Lima. Com repertório dos anos 70, 80 e início dos anos 90, Tião Lima se tornou um comunicador que resgata histórias de Resende Costa no quadro *Causos do Tião*.

12h30 às 14h – Comando 87: programa musical apresentado por Menguely. Sucessos atuais são os destaques de sua programação. Interatividade com os ouvintes são feitos principalmente nos quadros, *tradução de clássicos internacionais* e o quadro humorístico *Acontece cada uma*, fatos verídicos que são diferentes do habitual.

14h às 15h30 – **Musical das Lajes**: programa musical com blocos definidos, apresentado por Vanuza Resende. Os primeiros trinta minutos, Música Popular Brasileira; O segundo bloco, repertório de ritmos variados; E a última meia hora com sons do Pop Rock. Além da definição de ritmos menos pautados nas emissoras populares, o programa possui o quadro *É bom saber* com informações locais de interesse da população, como, por exemplo, os assuntos a serem pautados na Reunião da Câmara dos vereadores, palestras promovidas pela área de saúde, educação, esporte do município entre outros.

15h30 às 17h – **Comunicação 87**: programa musical apresentado por Camilo Vale. Além da variedade do repertório musical, a utilidade pública e informações sobre a cidade são temas abordados durante o programa. Camilo Vale é o responsável pelo quadro *Boletim Informativo 2ª edição*, com assuntos de destaque do dia no país, no estado e na cidade.

17h às 19h – **Coração Sertanejo**: programa musical apresentado por Leonel. Interatividade com participação dos ouvintes e recados de utilidade pública são os destaques do programa que recebe a audiência de várias comunidades do Município.

19h às 20h – Transmissão do Programa Voz do Brasil.

20h às 23h – **Ritmos da Noite**: programa musical apresentado por Neném Ramos. Durante o programa, o locutor intercala músicas com o noticiário abrangendo situações do cotidiano internacional e nacional.

Terça-feira:





5h às 8h- **Cantinho Sertanejo:** programa musical apresentado pelo locutor Chiquinho. Além do conteúdo musical, informações de utilidade pública como: Perdas de objetos, notas de falecimento e avisos de interesse da comunidade são destaques durante o programa.

8h às 9h30 – **Manhã da gente:** programa musical apresentado pelo jornalista Cássio Almeida. Possui grade musical variada com destaque para o quadro *Boletim Informativo 1º edição* às 8h30, que informa o ouvinte através de notícias de diferentes segmentos, abrangendo os cenários mundial, nacional e local.

10h às 11h – Transmissão do Programa Experiência de Deus com o Padre Reginaldo Manzotti.

11h às 12h30 – **Bons Tempos:** programa musical apresentado por Tião Lima. Com repertório dos anos 70, 80 e início dos anos 90, Tião Lima se tornou um comunicador que resgata histórias de Resende Costa no quadro *Causos do Tião*.

12h30 às 14h – Comando 87: programa musical apresentado por Menguelly. Sucessos atuais são os destaques de sua programação. Interatividade com os ouvintes são feitos principalmente nos quadros, *tradução de clássicos internacionais* e o quadro humorístico *Acontece cada uma*, fatos verídicos que são diferentes do habitual.

14h às 15h30 – **Musical das Lajes:** programa musical com blocos definidos, apresentado por Vanuza Resende. Os primeiros trinta minutos, Música Popular Brasileira; O segundo bloco, repertório de ritmos variados; E a última meia hora com sons do Pop Rock. Além da definição de ritmos menos pautados nas emissoras populares, o programa possui o quadro *É bom saber* com informações locais de interesse da população, como, por exemplo, os assuntos a serem pautados na Reunião da Câmara dos vereadores, palestras promovidas pela área de saúde, educação, esporte do município entre outros.

15h30 às 17h – **Comunicação 87:** programa musical apresentado por Camilo Vale. Além da variedade do repertório musical, a utilidade pública e informações sobre a cidade são temas abordados durante o programa. Camilo Vale é o responsável pelo quadro *Boletim Informativo 2º edição*, com assuntos de destaque do dia no país, no estado e na cidade.

17h às 19h – **Coração Sertanejo:** programa musical apresentado por Leonel. Interatividade com participação dos ouvintes e recados de utilidade pública são os destaques do programa que recebe a audiência de várias comunidades do Município.

19h às 20h – Transmissão do Programa Voz do Brasil.

20h às 23h – **Ritmos da Noite:** programa musical apresentado por Neném Ramos. Durante o programa, o locutor intercala músicas com o noticiário abrangendo situações do cotidiano internacional e nacional.

#### **Quarta-feira:**

5h às 8h- **Cantinho Sertanejo:** programa musical apresentado pelo locutor Chiquinho. Além do conteúdo musical, informações de utilidade pública como: Perdas de objetos, notas de falecimento e avisos de interesse da comunidade são destaques durante o programa.



7h às 8h – **Viver com saúde:** programa com enfoque no tema SAÚDE apresentado por Antônio Carlos e Ivanilde. Com base em depoimentos de especialistas, os apresentadores conduzem o programa dando dicas e receitas para uma vida saudável. Estimulam uma vida social e mental através de métodos simples para um dia a dia saudável.

8h às 9h30 – **Manhã da gente:** programa musical apresentado pelo jornalista Cássio Almeida. Possui grade musical variada com destaque para o quadro *Boletim Informativo 1º edição* às 8h30, que informa o ouvinte através de notícias de diferentes segmentos, abrangendo os cenários mundial, nacional e local.

10h às 11h – Transmissão do Programa Experiência de Deus com o Padre Reginaldo Manzotti.

11h às 12h30 – **Bons Tempos:** programa musical apresentado por Tião Lima. Com repertório dos anos 70, 80 e início dos anos 90, Tião Lima se tornou um comunicador que resgata histórias de Resende Costa no quadro *Causos do Tião*.

12h30 às 14h – Comando 87: programa musical apresentado por Menguely. Sucessos atuais são os destaques de sua programação. Interatividade com os ouvintes são feitos principalmente nos quadros, *tradução de clássicos internacionais* e o quadro humorístico *Acontece cada uma*, fatos verídicos que são diferentes do habitual.

14h às 15h30 – **Musical das Lajes:** programa musical com blocos definidos, apresentado por Vanuza Resende. Os primeiros trinta minutos, Música Popular Brasileira; O segundo bloco, repertório de ritmos variados; E a última meia hora com sons do Pop Rock. Além da definição de ritmos menos pautados nas emissoras populares, o programa possui o quadro *É bom saber* com informações locais de interesse da população, como, por exemplo, os assuntos a serem pautados na Reunião da Câmara dos vereadores, palestras promovidas pela área de saúde, educação, esporte do município entre outros.

15h30 às 17h – **Comunicação 87:** programa musical apresentado por Camilo Vale. Além da variedade do repertório musical, a utilidade pública e informações sobre a cidade são temas abordados durante o programa. Camilo Vale é o responsável pelo quadro *Boletim Informativo 2º edição*, com assuntos de destaque do dia no país, no estado e na cidade.

17h às 19h – **Coração Sertanejo:** programa musical apresentado por Leonel. Interatividade com participação dos ouvintes e recados de utilidade pública são os destaques do programa que recebe a audiência de várias comunidades do Município.

19h às 20h – Transmissão do Programa Voz do Brasil.

20h às 23h – **Ritmos da Noite:** programa musical apresentado por Neném Ramos. Durante o programa, o locutor intercala músicas com o noticiário abrangendo situações do cotidiano internacional e nacional.

#### **Quinta-feira:**

5h às 8h- **Cantinho Sertanejo:** programa musical apresentado pelo locutor Chiquinho. Além do conteúdo musical, informações de utilidade pública como: Perdas de objetos,



notas de falecimento e avisos de interesse da comunidade são destaques durante o programa.

8h às 9h30 – **Manhã da gente**: programa musical apresentado pelo jornalista Cássio Almeida. Possui grade musical variada com destaque para o quadro *Boletim Informativo 1º edição* às 8h30, que informa o ouvinte através de notícias de diferentes segmentos, abrangendo os cenários mundial, nacional e local.

9h30 às 10h – **Giro Esportivo**: programa jornalístico apresentado pelo jornalista Cássio Almeida e Vanuza Resende, estudante de Comunicação Social – Jornalismo. Com ênfase no futebol mineiro, os locutores comentam o futebol das equipes Atlético Mineiro e Cruzeiro Esporte Clube, analisam os placares dos campeonatos de futebol e falam dos resultados das competições de esportes, como vôlei, Fórmula 1, MMA e outros. Todas as competições locais são registradas no programa, como: Campeonatos de futsal, Corrida Rústica, Campeonatos de vôlei e outros.

10h às 11h – Transmissão do Programa Experiência de Deus com o Padre Reginaldo Manzotti.

11h às 12h30 – **Bons Tempos**: programa musical apresentado por Tião Lima. Com repertório dos anos 70, 80 e início dos anos 90, Tião Lima se tornou um comunicador que resgata histórias de Resende Costa no quadro *Causos do Tião*.

12h30 às 14h – Comando 87: programa musical apresentado por Menguelly. Sucessos atuais são os destaques de sua programação. Interatividade com os ouvintes são feitos principalmente nos quadros, *tradução de clássicos internacionais* e o quadro humorístico *Acontece cada uma*, fatos verídicos que são diferentes do habitual.

14h às 15h30 – **Musical das Lajes**: programa musical com blocos definidos, apresentado por Vanuza Resende. Os primeiros trinta minutos, Música Popular Brasileira; O segundo bloco, repertório de ritmos variados; E a última meia hora com sons do Pop Rock. Além da definição de ritmos menos pautados nas emissoras populares, o programa possui o quadro *É bom saber* com informações locais de interesse da população, como, por exemplo, os assuntos a serem pautados na Reunião da Câmara dos vereadores, palestras promovidas pela área de saúde, educação, esporte do município entre outros.

15h30 às 17h – **Comunicação 87**: programa musical apresentado por Camilo Vale. Além da variedade do repertório musical, a utilidade pública e informações sobre a cidade são temas abordados durante o programa. Camilo Vale é o responsável pelo quadro *Boletim Informativo 2º edição*, com assuntos de destaque do dia no país, no estado e na cidade.

17h às 19h – **Coração Sertanejo**: programa musical apresentado por Leonel. Interatividade com participação dos ouvintes e recados de utilidade pública são os destaques do programa que recebe a audiência de várias comunidades do Município.

19h às 20h – Transmissão do Programa Voz do Brasil.

20h às 23h – **Ritmos da Noite**: programa musical apresentado por Neném Ramos. Durante o programa, o locutor intercala músicas com o noticiário abrangendo situações do cotidiano internacional e nacional.

19h às 20h – Transmissão do Programa Voz do Brasil.



20h às 23h – **Ritmos da Noite**: programa musical apresentado por Neném Ramos. Durante o programa, o locutor intercala músicas com o noticiário abrangendo situações do cotidiano internacional e nacional.

**Sexta –feira:**

5h às 8h- **Cantinho Sertanejo**: programa musical apresentado pelo locutor Chiquinho. Além do conteúdo musical, informações de utilidade pública como: Perdas de objetos, notas de falecimento e avisos de interesse da comunidade são destaques durante o programa.

8h às 8h30 – **Manhã da gente**: programa musical apresentado pelo jornalista Cássio Almeida. Possui grade musical variada.

8h30 às 9h – **Informe 87**: programa jornalístico apresentado pelo jornalista Cássio Almeida e Vanuza Resende, estudante de Comunicação Social – Jornalismo. Quatro editorias são apresentadas e comentadas: Política, Economia, Esporte e Local. Destaques semanais são prioridades no programa.

9h às 10h – **Em dia com a saúde, programa de entrevista**: Semanalmente, Vanuza Resende recebe profissionais de saúde de diferentes áreas para um bate papo com informações e alertas para o ouvinte se manter saudável. A pauta do dia é divulgada previamente durante a programação e os ouvintes podem participar, enviando perguntas sobre o tema da semana. Sempre que possível, as dúvidas são esclarecidas pelo profissional entrevistado.

10h às 11h – Transmissão do Programa Experiência de Deus com o Padre Reginaldo Manzotti.

11h às 12h30 – **Bons Tempos**: programa musical apresentado por Tião Lima. Com repertório dos anos 70, 80 e início dos anos 90, Tião Lima se tornou um comunicador que resgata histórias de Resende Costa no quadro *Causos do Tião*.

12h30 às 14h – Comando 87: programa musical apresentado por Menguelly. Sucessos atuais são os destaques de sua programação. Interatividade com os ouvintes são feitos principalmente nos quadros, *tradução de clássicos internacionais* e o quadro humorístico *Acontece cada uma*, fatos verídicos que são diferentes do habitual.

14h às 15h30 – **Musical das Lajes**: programa musical com blocos definidos, apresentado por Vanuza Resende. Os primeiros trinta minutos, Música Popular Brasileira; O segundo bloco, repertório de ritmos variados; E a última meia hora com sons do Pop Rock. Além da definição de ritmos menos pautados nas emissoras populares, o programa possui o quadro *É bom saber* com informações locais de interesse da população, como, por exemplo, os assuntos a serem pautados na Reunião da Câmara dos vereadores, palestras promovidas pela área de saúde, educação, esporte do município entre outros.

15h30 às 17h – **Comunicação 87**: programa musical apresentado por Camilo Vale. Além da variedade do repertório musical, a utilidade pública e informações sobre a cidade são temas abordados durante o programa. Camilo Vale é o responsável pelo quadro Boletim Informativo 2º edição, com assuntos de destaque do dia no país, no estado e na cidade.



17h às 19h – **Coração Sertanejo:** programa musical apresentado por Leonel. Interatividade com participação dos ouvintes e recados de utilidade pública são os destaques do programa que recebe a audiência de várias comunidades do Município.

19h às 20h – Transmissão do Programa Voz do Brasil.

20h às 23h – **Ritmos da Noite:** programa musical apresentado por Neném Ramos. Durante o programa, o locutor intercala músicas com o noticiário abrangendo situações do cotidiano internacional e nacional.

#### **Sábado:**

7h às 8h – **Viola Caipira:** programa musical apresentado pelos violeiros Heitor e Quinzinho. Resgate da música caipira cantada e tocada ao vivo nas manhãs de sábado.

8h às 9h – **Sábado Alegre:** programa musical apresentado pela dupla Lourenço e Leonel. Grande parte das músicas do repertório do programa é indicada pelos ouvintes, que participam ativamente da programação.

9h às 10h – **Novos Sons, programa musical:** Neném Ramos recebe, ao vivo, diversos cantores locais e regionais para apresentação. Trata-se de um incentivo aos cantores de carreira solo, duplas ou bandas que estão ingressando no mercado para apresentarem o seu trabalho.

10h às 11h - Transmissão do Programa Experiência de Deus com o Padre Reginaldo Manzotti.

11h às 12h30 – **Encontro com o rei:** programa musical apresentado pela Jornalista Emanuelle Ribeiro. Clássicos de Roberto Carlos, duetos e Roberto Carlos em outras vozes fazem parte da programação que engloba também curiosidades e informações sobre o cantor da Jovem Guarda. A jornalista transmite informações locais com curtas sobre eventos e acontecimentos da cidade, além do quadro de comentários sobre fatos nacionais e regionais do jornalista Vinícius Borges.

12h30 às 14h30 – Horário programado com clássicos de samba e pagode.

14h30 às 17h30 – **Sábado Sucesso:** programa musical apresentado por Batista Maia. De clássicos do MPB, Rock nacional e internacional a sucessos atuais, o programa conta com a participação dos ouvintes e serviços de utilidade pública.

17h30 às 19h – **Saudade Jovem:** programa robotizado com clássicos dos anos 60 aos anos 90. Programador: Camilo Vale.

19h às 20h – Transmissão da Santa Missa

20h às 23h – **Drop's:** programa musical apresentado por Ediney Nascimento. Mistura de ritmos e estilos para o último programa do sábado, com participações e indicações musicais.



NOTA: A Rádio Inconfidentes transmite as reuniões da Câmara Municipal, realizadas nos dias 2,12 e 22 de cada mês, iniciando às 17:00 horas até as 19 horas.

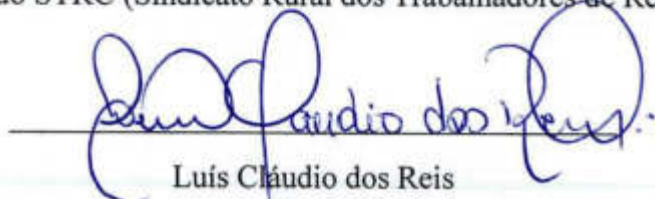
Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Resende Costa, 07 de julho de 2017.



José Gouveia Filho

Representante do STRC (Sindicato Rural dos Trabalhadores de Resende Costa)



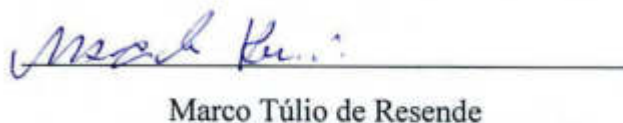
Luís Cláudio dos Reis

Representante do MFC (Movimento Familiar Cristão)



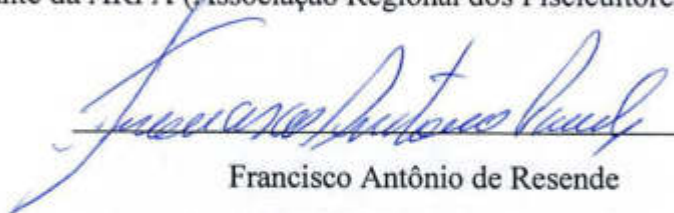
Edésio Lara de Melo

Representante da AMIRCO (Associação dos Amigos e Cultura de Resende Costa)



Marco Túlio de Resende

Representante da ARPA (Associação Regional dos Piscicultores e Aquicultores)



Francisco Antônio de Resende

Representante do ECC (Encontro de Casais com Cristo)



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-2.629.286 DATA DE EXPEDIÇÃO 13/09/2010

NOME  
CLAUDIO LUIS RESENDE

FILIAÇÃO  
AFONSO DE RESENDE  
CLEUSA RESENDE

NATURALIDADE  
RESENDE COSTA-MG DATA DE NASCIMENTO 5/12/1964

DOC ORIGEM CAS. LV-17-B FL-54

RESENDE COSTA-MG

CPF 504245216-87

LEITICIA ALESS MACHADO ROGÉDO  
ASSINATURA DO DIRETOR

PII-1367 2.VIA

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS PII 1367-6

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTERIO DAS CIDADES DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO	
NOME <b>AFONSO CAMILO DE MAGALHAES</b>	
	DOC IDENTIDADE / ORG EMISSOR DE <b>MI308758</b> <b>SSP</b> <b>MG</b>
	CPF <b>010.715.548-67</b> DATA NASCIMENTO <b>05/12/1957</b>
	FILIAÇÃO <b>JOAQUIM MENDONÇA MAGALHAES</b> <b>ADOLFINA RESENDE MAGALHAES</b>
REMESSÃO      ACC      CATEG <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
Nº REGISTRO <b>02690585919</b>	VALIDADE <b>17/01/2018</b> 1ª HABILITAÇÃO <b>12/04/1985</b>
OBSERVAÇÕES <div style="border: 1px solid black; height: 60px; width: 100%;"></div>	
ASSINATURA DO PORTADOR 	
LOCAL <b>SÃO JOÃO DEL REI, MG</b>	DATA EMISSÃO <b>21/01/2013</b>
Assinatura do Emissor  <b>49301111867</b> <b>MG42492223</b>	
<b>DETRAN - MG (MINAS GERAIS)</b>	

VALIDA EM TODO  
 O TERRITÓRIO NACIONAL  
**697758894**

PROIBIDO PLASTIFICAR  
**697758894**



**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **AFONSO CAMILO DE MAGALHAES**

Inscrição: **140767360132** Zona: 232 Seção: 6

Município: 50830 - RESENDE COSTA UF: MG

Data de Nascimento: 05/12/1957 Domiciliado desde: 06/12/2001

Filiação: ADOLFINA RESENDE MAGALHAES

JOAQUIM MENDONCA MAGALHAES

Certidão emitida às 16:15 de 25/08/2017

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

<http://www.tse.jus.br>, por meio do código **BQB/.CØZN.JZHA.OIDM**

\* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).





**CARTEIRA DE IDENTIDADE DE CONTABILISTA**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MG

CATEGORIA: **TECNICO** N° DO REGISTRO: **MG-045205/0-6**

NOME: **DONINGOS SAVIO PINTO**

FILIAÇÃO: **GERALDO MAGELA DE ASSIS**  
**MARIA DA CONCEICAO DE LOUNDES**

NASCIMENTO: **11/06/53** NACIONALIDADE: **BRASILEIRA** NATURALIDADE: **RESENDE COSTA-MG**

EXEDIÇÃO: **05/06/97**

  
PRESIDENTE DO CRC

**VALIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL**

TÍTULO: **TECNICO EM CONTABILIDADE**

TÍTULO EXPEDIDO POR (OU DECL. DE PROVISORIEDADE): **ESCOLA TIPIGRAFICA/SAO JOAO DEL REI**

DIPLOMAÇÃO: **20/12/86**

CPF: **119.488.506-30**

ASSINATURA DO CONTABILISTA

 **POLEMAN DIRECTO**

Essa carteira tem fe pública como documento de identidade nos termos do artigo 18 do D.L. 9.295 de 27/05/46 e artigo 1° da Lei 5.205 de 07/05/75.



VALIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

TÍTULO  
**TECNICO EM CONTABILIDADE**

TÍTULO EXPEDIDO POR (OU DECL. DE PROVISIONADO)  
**ESCOLA TIRADENTES/SÃO JOÃO DEL REI**

CPF  
**119.488.506-30**

DIPLOMAÇÃO  
**20/12/86**

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade nos termos do artigo 18 do D.L. 9.295 de 27/05/46 e artigo 1º da Lei 6.206 de 07/05/75.

ASSINATURA DO CONTABILISTA

POLEGAR DIREITO



EXPEDIA EM 09.12.91

OBSERVAÇÃO



PO. F. 443/91/ETIO

CPF Nº

194410616/20

1016607/SSEM3  
REGISTRO CIVIL



*Adenor Resende Lara Coelho*  
ASSINATURA DO TITULAR DO CARTÃO



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

SEÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CARTÃO DE IDENTIDADE DE ADVOGADO

Instituído pela Art. 82, § 3º da Lei 4.215, de 27/04/63

Nome ADENOR AMADEU RESENDE COELHO

Filho Adenor de Assis

Coelho/Olga Resende Lara Coelho

Nacionalidade Brasileira Data de Nascimento 10.08.52

Carteiro Nº 31.117 Inscrição Nº 31.117

*Marco Afonso de Souza*  
(1) Presidente da Seção

Marco Afonso de Souza

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
 ERICA DELIANE DE ANDRADE

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR DE  
 MG15200960 SSP MG

CN  
 090.160.126-80

DATA NASCIMENTO  
 29/01/1986

FORMAÇÃO  
 JOAQUIM LOURENÇO DE ANDRADE  
 TÂNIA DE FÁTIMA SILVA DE ANDRADE

PERMISSÃO  
 ACC  
 CAT. 1  
 B

Nº REGISTRO  
 04700392478

VALIDADE  
 12/11/2018

1ª HABILITAÇÃO  
 16/07/2009

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
 SÃO JOÃO DEL REI, MG

DATA EMISSÃO  
 13/11/2013

ASSINATURA DO EMISSOR

33344846691  
 MG441864180

DETRAN-MG (MINAS GERAIS)

INTENDENTE NACIONAL DE TRÂNSITO

VÁLIDA EM TODO  
 O TERRITÓRIO NACIONAL  
 878638925

PROIBIDO PLASTIFICAR  
 878638925





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **ERICA DELIANE DE ANDRADE**

Inscrição: **169228350256** Zona: 232 Seção: 7

Município: 50830 - RESENDE COSTA UF: MG

Data de Nascimento: 29/01/1986 Domiciliada desde: 25/04/2013

Filiação: **TANIA DE FATIMA SILVA DE ANDRADE**

**JOAQUIM LOURENCO DE ANDRADE**

Certidão emitida às 16:12 de 25/08/2017

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

<http://www.tse.jus.br>, por meio do código **FCLØ.SV6C.H1LB.U6BW**

\* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
SERIAL MG-11.947.184 DATA DE  
EXPEDICÃO 10/08/1998

NOME  
ANDRE EUSTAQUIO MELO DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO  
GERALDO MAIA DE OLIVEIRA  
ANA REGINA MELO DE OLIVEIRA

NATURALIDADE RESENDE COSTA-MG DATA DE NASCIMENTO 9/7/1980

DOC ORIGIN NAsc. LV-30.A FL-286

CPR RESENDE COSTA-MG 044998226-29

BELO HORIZONTE MG  
P11-2190

Assinatura: *Mário Augusto Pereira* .VIA

LEI Nº 116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS P11 2190 3

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

DOADOR NÃO PRESUMIDO

Assinatura: *André Eustáquio Melo de Oliveira*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAL

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Camilo de Sousa Vale

CTC

NASCIMENTO  
31.12.56

INSCRIÇÃO NO CNP  
891 564 476 20

CONTRIBUINTE  
CAMILO DE SOUSA VALE

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL





ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA - ACRA DATECIRC E APROVAÇÃO E POSSE DOS MEMBROS INDICADOS PARA O CONSELHO COMUNITÁRIO.

A OS QUARTOZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE, NESTA CIDADE DE RESENDE COSTA, DO ESTADO DE MINAS GERAIS, DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, APÓS AMPLAMENTE CONVOCADOS POR EDITAL E ATRAVÉS DA RÁDIO INCONFIDENTES FM, REUNIRAM-SE OS SÓCIOS NA SEDE DA ACRA DATECIRC, ÀS 18 HORAS, EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO, E ÀS 20 HORAS, EM SEGUNDA E ÚLTIMA CONVOCAÇÃO, PARA A ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA / MG - ACRA DATECIRC PARA O PERÍODO DE 15/03/2017 A 15/03/2021, BEM COMO PARA APROVAÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO PARA O MESMO PERÍODO. INICIALMENTE, A SENHORA VANUZA APARECIDA RESENDE, MEMBRO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA ELEIÇÃO, FOI CONVOCADA PELO SENHOR CLÁUDIO LUÍS RESENDE, ATUAL PRESIDENTE DA ACRA DATECIRC, PARA DAR ANDAMENTO AOS TRABALHOS DA ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA. A SENHORA VANUZA APARECIDA RESENDE DEU INÍCIO À REUNIÃO LENDO O EDITAL DE CONVOCAÇÃO E CONVOCANDO OS MEMBROS DAS CHAPAS INSCRITAS. A ÚNICA CHAPA APRESENTADA FOI A COMPOSTA PELOS SENHORES CLÁUDIO LUÍS RESENDE (PRESIDENTE), A FONSECA CAMILO MA GALHÃES (VICE-PRESIDENTE), EUSTÁQUIO PELUZZI CHAVES (TESOU-



REIRO), DOMINGOS SÁVZO PRNTO (VICE-TESOUREIRO),  
ADE NOR AMADEU RESENDE COELHO (SECRETÁRIO),  
ERICA DELZANE DE ANDRADE (VICE-SECRETARIA),  
ANDRÉ EUSTÁQUIO MELO DE OLIVEIRA (DIRETOR  
COMUNITÁRIO), CAMILO DE SOUSA VALE (VICE-  
DIRETOR COMUNITÁRIO). NA REFERIDA CHAPA  
FORAM INDICADOS COMO INTEGRANTES DO COM  
COMUNITÁRIO OS SEGUINTEZ CIDADÃOS: O SR.  
JOSÉ GOUVEIA FILHO REPRESENTANDO O STRC -  
SINDICATO RURAL DOS TRABALHADORES DE RESENDA  
COSTA, O SR. LUÍS CLÁUDIO DOS REIS REPRESENTANDO  
O MEC - MOVIMENTO FAMILIAR CRISTÃO, O SR. MARL  
TÚLIO DE RESENDE REPRESENTANDO A ARPA - ASSOCI  
ÇÃO REGIONAL DOS PISCICULTORES E AQUICULTORES,  
FRANCISCO ANTÔNIO DE RESENDE REPRESENTANDO O  
ECC - ENCONTRO DE CASAS COM CRISTO E O SR.  
EDÉSZO DE LARA MELO REPRESENTANDO A AMARC  
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CULTURA DE RESENDA  
COSTA. EM PROSSEGUIMENTO A SENHORA VANUZA  
APARECIDA RESENDE INICIU O PROCESSO  
DE VOTAÇÃO. DE ACORDO COM O ESTATUTO FOI  
ELEITA POR ACLAMAÇÃO, A CHAPA PRESIDIDA  
PELO SENHOR CLÁUDIO LUÍS RESENDE, BEM  
COMO APROVADOS OS NOMES INDICADOS PARA  
O CONSELHO COMUNITÁRIO. EM SEGUIDA, FORAM  
EMPOSSADOS OS MEMBROS ELEITOS DA DIRETORIA  
EXECUTIVA E OS MEMBROS INDICADOS PARA O CON  
SELHO COMUNITÁRIO DANDO-SE INÍCIO AO NO  
MANDATO. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, FOI  
ENCERRADA A ASSEMBLEIA E EU VANUZA APA  
RE CIDA RESENDE, SECRETÁRIA AD-HOC, LAURE  
A PRESENTE ATA QUE SERÁ LIDA E SE APR  
ASSIGNADA DE FIM







ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DA  
ACRADATAEC - RC ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA  
DE RÁDIO DIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE  
COSTA

AOS QUATROS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO  
DE DOZE MIL E DEZESSETE, NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO,  
ATENDENDO DISPOSIÇÕES AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
PARA FINS DE ADEQUAÇÃO NO ESTATUTO, ESTIVERAM  
REUNIDOS OS ASSOCIADOS DA ACRADATAEC-RC ÀS  
19 HORAS EM SEGUNDA E ÚLTIMA CHAMADA. O  
PRESIDENTE CLÁUDIO LUÍS RESENDE ABRIU  
OS TRABALHOS COM A LETTURA DO EDITAL, CUTO  
OBJETO É A ADEQUAÇÃO ESTATUTÁRIA PARA  
ATENDER SOLICITAÇÕES E ADEQUAR À LEGISLAÇÃO  
PERTINENTE. FORAM LIDOS OS DOCUMENTOS REFERENTES  
ÀS MUDANÇAS, BEM COMO OS ARTIGOS DO ESTATUTO  
A SEREM MODIFICADOS. APÓS DISCUSSÃO, FOI  
COLOCADO EM VOTAÇÃO AS MUDANÇAS PROPOSTAS,  
SENDO APROVADAS POR UNANIMIDADE DOS ASSOCIADOS  
PRESENTES, FICANDO DELIBERADO AS SEGUINTE  
ALTERAÇÕES E ACRÉSCIMOS NO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO:  
A) SERÁ ACRESCIDO UM PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 7º,  
ASSIM DISCRIMINADO: PARÁGRAFO ÚNICO: O INGRESSO  
DO ASSOCIADO, SEJA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA,  
SERÁ GRATUITO. B) O ARTIGO 17º, CAPUT, SERÁ  
ADAPTADO PARA QUE SEJA ACRESCENTADO APÓS  
A EXPRESSÃO REELEITOS, O SEGUINTE PERÍODO:  
PODENDO SER RECONDUZIDO, NO MÁXIMO, UMA VEZ.  
APÓS A APROVAÇÃO DAS MUDANÇAS PROPOSTAS,  
HOVE ALGUNS ESCLARECIMENTOS, POR PARTE  
DA DIRETORIA, SOBRE ALGUNS ASSUNTOS GERAIS.  
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DARÁ O ENCAMINHAMENTO  
NECESSÁRIO PARA REGISTRO DAS ALTERAÇÕES



ESTATUTÁRIAS JUNTO AO CARTÓRIO COMPETENTE.  
NADA MAIS HAVENDO ATRATAR, O PRESIDENTE  
ENCERROU A ASSEMBLEIA E EU VANUZA APARECIDA  
RESENDE, SECRETÁRIA AD HOC, LAUREZ A PRESENTE  
ATA QUE APÓS LIDA E APROVADA, SERÁ ASSINADA  
PELOS PRESENTES

Vanuza Aparecida Resende  
Chiquinho Reis Resende  
Ediney trevis do Nascimento  
André Estrogênio Melo de Oliveira  
Chaves da Silva Maria da Graça  
Carvalho de Souza Vale  
Mônica Alves do Carmo  
João Batista de Jesus Matos  
Sebastião de Souza Lourenço  
Amaro da Silva

PODER JUDICIÁRIO - TJMG / CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA  
Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas  
Jurídicas De Resende Costa

SELO ELETRÔNICO Nº BNU31601

COD. SEG.: 1755227409419030

Qtde de Atos: 3

Recompe: R\$ 6,09

Emol: R\$ 107,80

TFJ: R\$ 36,35

TOTAL: R\$ 144,15

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



APRESENTADO HOJE PARA REGISTRO E  
APONTADO SOB O Nº 2797  
PROTOCOLO REGISTRADO SOB O Nº 1297 DO LIVRO  
A-5, FLS 251 DO REGISTRO DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS, COMARCA E  
CIDADE DE RESENDE COSTA.  
RESENDE COSTA, 10 DE AGOSTO DE 2017.

Adenor Fábio Laro Chaves  
ADENOR FÁBIO LARACHAVES







MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES  
E COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE RADIO DIFUSÃO  
DEPARTAMENTO DE RADIO DIFUSÃO EDUCATIVA,  
COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO  
COORDENAÇÃO - GERAL DE RADIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, 3º ANDAR.

CEP: 70044-900 BRASÍLIA - DF FONE: (61) 2027-6281



REMETENTE: ACRADATEC-RC  
PRAÇA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA,  
RESENDE COSTA - MG. CEP: 36340-000





JUSTIÇA ELEITORAL  
CERTIDÃO

CERTIFICO que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **ADENOR AMADEU RESENDE COELHO** (Título Eleitoral: 008137590256), (CPF: 194.410.616-20) é **MEMBRO DE DIRETÓRIO** (exercício: 09/05/2015 a 19/04/2017) do órgão partidário, abaixo descrito:

Partido Político:	<b>45 - PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA</b>
Órgão Partidário:	<b>Órgão definitivo</b>
Abrangência:	<b>RESENDE COSTA - MG - Municipal</b>
Vigência:	<b>Início: 09/05/2015 Final: 19/04/2017</b>
Código de Validação:	<b>hp/zMoYweyy/MxCejDq0veXEvb4=</b>
Certidão emitida em:	<b>18/01/2018 11:08:12</b>

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**

## Identificação do Processo

Número: 53900.015342/2014 Localidade / UF: RESENDE COSTA/MG  
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO PARA DESENVOLVIMENTO ARTISTICO  
Aviso: 10 Publicação: 09/04/2001 Prazo: 30 Canal: 200

### Processo

1. A Entidade é uma: Associação

#### 2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Érica Deliane de Andrade	090.160.126-80	Diretor Cultural	15/03/2013 15/03/2017	
André Eustáquio Melo de Oliveira	044.998.226-29	Diretor Comunitário	15/03/2013 15/03/2017	
Cláudio Luís Resende	504.245.216-87	Diretor Geral	15/03/2013 15/03/2017	
Afonso Camilo Magalhães	010.715.548-67	Diretor de Comunicações	15/03/2013 15/03/2017	
Domingos Sávio Pinto	119.488.506-30	Diretor de Patrimônio	15/03/2013 15/03/2017	
Eustáquio Peluzi Chaves	876.161.736-91	Diretor de Operações	15/03/2013 15/03/2017	
Fábio Adriano Resende Daher	680.491.886-04	Diretor Administrativo	15/03/2013 15/03/2017	
Camilo de Souza Vale	281.564.476-20	Vice-Diretor de Planejamento	15/03/2013 15/03/2017	

#### 3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Processo nº 53900.015342/2014-51

Localidade: Resende Costa/MG

Entidade: Associação Comunitária de Radiodifusão Para Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 01

1.1) Data de postagem / Protocolo no SEI: 04/09/2014

1.2) Tempestividade: Abrangida pela Lei 13.424/2017 (art. 6-B, §6º).

2) Estatuto Social: fl. 03 a 12 (2201215) ? Alterações fls. 39

2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 3, h

2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 7, §ú

2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 6, § único

2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 8, c

2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 17

2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 20-25

2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 17 ? alteração fls. 39

2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 19 e art. 26

3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 36 (2201215) ? registrada

Mandato de 14/03/2017 a 14/03/2021 (mandato de 04 anos)

Presidente: Cláudio Luís Resende



Vice-Presidente: Afonso Camilo Magalhães - CNH  
1º Secretário: Adenor Amadeu Resende Coelho  
2º Secretário: Érica Deliane de Andrade - CNH  
1º Tesoureiro: Eustáquio Peluzi Chaves  
2º Tesoureiro: Domingos Sávio Pinto  
Diretor Comunitário: André Eustáquio Melo Oliveira  
Vice Diretor Comunitário: Camilo Sousa Vale

- 4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 24 a 35 (2201215)
- 5) CNPJ: fl. 22
- 6) Certidão Negativa da Anatel: fl. 01 (2063503)
- 7) Declaração de conformidade: fl. 03
- 8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fl. 16 a 23 (2201215)
- 9) Endereço: OK

**\*\*\*PENDÊNCIAS:**

Vínculo: Após pesquisa ao sítio do TSE, verificou-se que o Sr. Adenor Amadeu Resende Coelho foi membro de diretório do PSDB, no período de 09/05/2015 a 19/04/2017, conforme certidão 2584426, o que configura vínculo político de acordo com o art. 25, §2º, I, b da Portaria.

**\*\*\*CONCLUSÕES:**

Oportunamente, a entidade será notificada para prestar os devidos esclarecimentos.

---

Luciana Pimentel Chaves

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## DESPACHO

Protocolo nº: **53900.015342/2014-51.**

Entidade: **Associação Comunitária de Radiodifusão Para Desenvolvimento Artístico, Educacional E Cultural de Resende Costa.**

Assunto: **Retomada da análise processual.**

1. Em atenção ao art. 6º, inciso III da Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 9/4/2018, que alterou a Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, opino pela retomada da análise processual a fim de se verificar a viabilidade do deferimento da renovação da outorga.

2. Encaminhem-se os autos para análise.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista**, em 07/06/2018, às 15:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3042510** e o código CRC **0EC0F778**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.015342/2014-51

SEI nº 3042510



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

### Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.412.405/0001-62</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>06/03/1998</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO PARA DESENVOLVIMENTO ARTISTICO EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ACRADATEC-RC</b>			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>PC NOSSA SENHORA DE FATIMA</b>		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO
CEP <b>36.340-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>RESENDE COSTA</b>	UF <b>MG</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>SDS@MGCONNECTA.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(32) 3354-2194</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **07/06/2018** às **14:12:45** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



## **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO COM.DE RD.P/DESENV.ART, EDUC.E CULT. DE RESENDE

**CNPJ:** 02.412.405/0001-62

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:55:08 do dia 07/06/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/07/2018.

Certidão expedida gratuitamente.



Imprimir

Voltar

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 02412405/0001-62  
**Razão Social:** ASSOC COMUNIT DE RAD P DES ART ED CULT DE RES COSTA  
**Nome Fantasia:** AGRADATEC RC  
**Endereço:** PC NOSSA SENHORA DE FATIMA SN / CENTRO / RESENDE COSTA /  
MG / 36340-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 06/06/2018 a 05/07/2018

**Certificação Número:** 2018060603340195470142

Informação obtida em 07/06/2018, às 14:57:05.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO PARA DESENVOLVIMENTO ARTISTICO EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG**  
**CNPJ: 02.412.405/0001-62**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

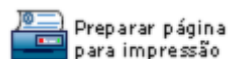
Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 14:58:22 do dia 07/06/2018 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 04/12/2018.

Código de controle da certidão: **3B83.685A.F33D.2037**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO PARA DESENVOLVIMENTO ARTISTICO EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.412.405/0001-62

Certidão nº: 151469327/2018

Expedição: 07/06/2018, às 14:58:41

Validade: 03/12/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO PARA DESENVOLVIMENTO ARTISTICO EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.412.405/0001-62**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Processo nº 53900.015342/2014-51

Localidade: Resende Costa/MG

Entidade: Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 01 (0126405)

1.1) Data de postagem / Protocolo no SEI: 04/09/2014

1.2) Tempestividade: Abrangida pela Lei 13.424/2017 (art. 6-B, §6º).

2) Declaração de conformidade: fl. 03 (0126405)

3) Estatuto Social: fl. 03 a 12 (2201215) – Alterações fls. 39 – registrado.

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 3, h;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 7, §único;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 6, §único;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 8, c;

e) Órgão administrativo e cargos: art. 17;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 20 a 25;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 17 (4 anos) – alteração fl. 39;

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 19 e 26;

3.2) Adequação ao Código Civil:

#### ASSOCIAÇÃO

a) Denominação: art. 1;

b) Fins: art. 3; 5;

c) Sede: art. 2;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 6, §único; 7; 10;

e) Direitos dos associados: art. 8;

f) Deveres dos associados: art. 9;

g) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 27; 28;

h) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 15;

i) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: art. 15, §8º; 27, §2º;

j) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: **ausente;**

k) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: **ausente;**

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 15, §8º; 16

m) Critérios de eleição dos administradores: art. 18;

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 15, §6º;

o) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: art. 27, §2º - **ausência das condições de extinção;**

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 36 (2201215) – registrada

Mandato de 14/03/2017 a 14/03/2021 (mandato de 04 anos)

Presidente: Cláudio Luís Resende – 504.245.216-87; 05/12/1964

Vice-Presidente: Afonso Camilo de Magalhães – 010.715.548-67; 05/12/1957 **CNH**



1º Secretário: **Adenor Amadeu Resende Coelho** – 194.410.616-20; 10/8/1952  
2º Secretário: Érica Deliane de Andrade – 090.160.126-80; 29/1/1986 **CNH**  
1º Tesoureiro: Eustáquio Peluzi Chaves – 876.161.736-91; 10/5/1972  
2º Tesoureiro: Domingos Sávio Pinto – 119.488.506-30; 11/6/1953  
Diretor Comunitário: André Eustáquio Melo de Oliveira – 044.998.226-29; 09/7/1980  
Vice-Diretor Comunitário: Camilo de Sousa Vale – 281.564.476-20; 31/12/1956

5) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 24 a 35 (2201215) – **o documento apresentado pelo Vice-Presidente e 2ª Secretária não cumpre exigência.**

6) CNPJ: Evento 3042521 – Ativa.

7) Certidão Negativa da Anatel: Evento 3042533 – Positiva c/ efeito de Negativa.

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 16 a 23 (2201215)

9) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): Certidão FGTS 3042547 – Regular.

10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: Certidão RFB 3042634 – Negativa.

11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: Certidão TST 3042681 – Negativa.

12) Certidões Justiça Federal: Após consulta ao sítio do TRF da 1ª Região e da respectiva Seção/Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes, não foram constatadas irregularidades.

#### \*\*\*PENDÊNCIAS:

07/06/2018 - Após análise da documentação encaminhada, verificou-se que o Sr. Adenor Amadeu Resende Coelho foi membro de diretório do PSDB, no período de 09/05/2015 a 19/04/2017, conforme certidão 2584426, o que configura vínculo político. No entanto, haja vista o término do mandato, o vínculo indicado foi desfeito.

Por essa razão, tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso III da Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 9/4/2018, que alterou a Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, será retomada a análise do processo a fim de se verificar a viabilidade do deferimento da renovação da outorga.

Dito isso, a entidade será notificada a cumprir o disposto a seguir:

- a) **Estatuto Social:** Adequação ao Código Civil – Não está prevista a Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas; Não consta cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa; Não constam as Condições de extinção da entidade;
- b) Encaminhar novo Requerimento de acordo com o anexo 5 da Portaria;
- c) Encaminhar documentos que comprovam a nacionalidade/maioridade do Vice-Presidente e 2ª Secretária;

\*\*\*CONCLUSÕES:

Será elaborada Nota Técnica para solução das pendências indicadas.

MEMBRO	CPF	ELEITOR	NASCIMENTO
Cláudio Luís Resende	504.245.216-87	0587.1406.0256	05/12/1964
Vice-Presidente: Afonso Camilo de Magalhães	010.715.548-67	1407.6736.0132	05/12/1957
1º Secretário: Adenor Amadeu Resende Coelho	194.410.616-20	0081.3759.0256	10/08/1952
2º Secretário: Érica Deliane de Andrade	090.160.126-80	1692.2835.0256	29/01/1986
1º Tesoureiro: Eustáquio Peluzi Chaves	876.161.736-91	0921.1734.0213	10/05/1972
2º Tesoureiro: Domingos Sávio Pinto	119.488.506-30	0587.1164.0230	11/06/1953
Diretor Comunitário: André Eustáquio Melo de Oliveira	044.998.226-29	1200.7303.0205	09/07/1980
Vice Diretor Comunitário: Camilo de Sousa Vale	281.564.476-20	0106.6258.0281	31/12/1956

MEMBRO	FILIADO PARTIDO	PARTICIPA DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO	VÍNCULOS	POSSUI PARENTES DIRETORIA
Cláudio Luís Resende				
Afonso Camilo Magalhães				
Adenor Amadeu Resende Coelho				
Érica Delzane de Andrade				
Eustáquio Peluzi Chaves				
Domingos Sávio Pinto				
André Eustáquio Melo Oliveira				
Camilo Sousa Vale				

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 13212/2018/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53900.015342/2014-51.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. EXIGÊNCIA 2 (DOIS).**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. **A Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional E Cultural de Resende Costa**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Resende Costa**, estado de **Minas Gerais**, apresentou resposta à exigência, em atendimento à Nota Técnica nº 16607/2017/SEI-MCTIC.

**ANÁLISE**

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de <b>indeferimento</b> .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	O Requerimento de renovação deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) e deve ser assinado por <b>todos</b> os dirigentes.
			Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância às disposições do Código Civil, a saber:  <b>Art. 54 do CC:</b> Não está(ão) previsto(s):  - a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas.  <b>Art. 57 do CC:</b> Não consta cláusula prevendo que a



<p>Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.</p>	<p>Art. 130, § 1º, inciso II c/c art. 40</p>	<p>Estatuto social adequado ao Código Civil.</p>	<p>exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.</p> <p><b>Art. 61:</b> Não estão previstas as condições de extinção da entidade.</p> <p>Assim, para prosseguimento, a Associação deve regularizar o estatuto social de forma a adequá-lo às disposições do Código Civil.</p> <p><b>Observação:</b> O estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no <b>Livro A</b> do Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
	<p>Art. 130, § 1º, inciso IV</p>	<p>Comprovante de maioria/nacionalidade.</p>	<p>A Entidade deverá enviar documento que demonstre a maioria e a nacionalidade do(s) seguinte(s) diretor(es):</p> <p>1 - Afonso Camilo de Magalhães.</p> <p>2 - Érica Deliane de Andrade.</p> <p><b>Observação:</b> serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p> <p><b>NÃO</b> serão aceitos como comprovantes de maioria/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).</p>

3. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

## CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

5. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. **Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.**

6. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista**, em 07/06/2018, às 16:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/06/2018, às 09:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3043617** e o código CRC **982A92BE**.

## Minutas e Anexos





**ANEXO 5**  
**MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico ( <i>e-mail</i> ):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	° (N/S)	'	"
		Longitude:	° W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que **a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

**ATENÇÃO:**

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.





## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Ministério das Comunicações, Esplanada do Ministérios, Bloco R  
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa  
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 22717/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

CLÁUDIO LUÍS RESENDE

Representante Legal da Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional E Cultural de Resende Costa (CNPJ nº 02.412.405/0001-62)

Praça Nossa Senhora de Fátima, 154 - Centro  
36.340-000 / Resende Costa - MG

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.015342/2014-51.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 13212/2018/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.
3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).
4. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.
5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html).

6. Por fim, esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/06/2018, às 09:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3043620** e o código CRC **7AAD4D83**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 22717/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.015342/2014-51 - Nº SEI: 3043620

**Data de Envio:**

18/06/2018 09:50:32

**De:**

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

**Para:**

SDS@MGCONECTA.COM.BR  
casanova@mgconecta.com.br  
peluzi@terra.com.br

**Assunto:**

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 53900.015342/2014-51

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_3043617.html  
Anexo\_3043619\_Anexo\_5\_NOVO.pdf  
Oficio\_3043620.html



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O  
DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE  
RESENDE COSTA/MG – ACRADATEC/RC  
CNPJ: 02.412.405/0001-62**

Ofício S/N

Resende Costa, 03 de julho de 2018.

A Sua Senhoria a Senhora  
Inalda Celina Madio  
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.015342/2014-51**


Senhora Coordenadora,

Venho, por meio deste, com a nossa cordial visita, encaminhar a documentação referente à Nota Técnica acima referenciada. Em relação aos itens relacionados à adequação do estatuto perante o Código Civil, temos a esclarecer que as mesmas já foram realizadas e atermadas em cartório e incorporadas ao estatuto, atendendo nota técnica anterior a essa, em agosto de 2017.

Vale esclarecer ainda, que as solicitações da nota técnica já estão atendidas em artigos e disposições dispersas pelo estatuto, especialmente, em relação à prestação de contas, onde prescreve que compete à Assembleia Geral deliberar a respeito. Temos registrado todas as atas anuais das assembleia gerais que deliberaram sobre a prestação de contas. Todas as demais solicitações estão sendo atendidas no referido estatuto da entidade, mesmo não tendo um capítulo ou seção destinados a cada item que foi solicitado.

Oportunamente, reitera a renovação da outorga pleiteada, consolidando ainda mais a nossa rádio comunitária, já presente há quinze anos, no cenário da população de nossa cidade.

Atenciosamente,

  
\_\_\_\_\_  
Cláudio Luís Resende  
Presidente

## ANEXO 5

## MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	ACRDATEC-RC				
Nome Fantasia:	RÁDIO INCONFIDENTES FM	CNPJ:	02.412.405/0001-62		
Endereço de Se de:	PRAÇA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 154 – CENTRO				
Município:	RESENDE COSTA	UF:	MG	CEP:	36.340-000
Nome do representante legal:	CLÁUDIO LUÍS RESENDE				
Endereço eletrônico (e-mail):	radioinconfidentes@yahoo.com.br				

Endereço de Correspondência:	PRAÇA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 154 – CENTRO				
Município:	RESENDE COSTA	UF:	MG	CEP:	36.340-000

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	PRAÇA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 154- CENTRO				
Município:	RESENDE COSTA	UF:	MG	CEP:	36.340-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	20º S 55' 20,59"		
		Longitude:	44º W 14' 18,03"		

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

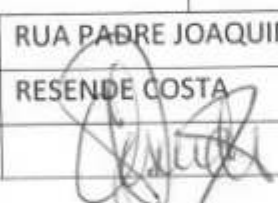
- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

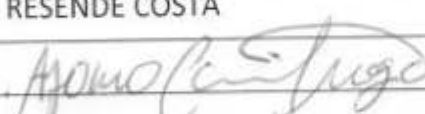
- todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

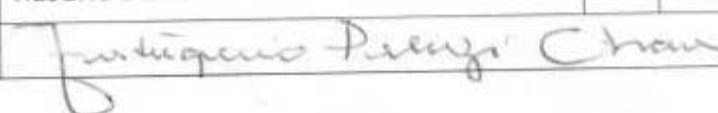
- todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

- a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.


Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

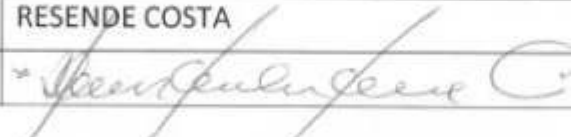
Nome do dirigente:	CLÁUDIO LUÍS RESENDE				
Cargo:	PRESIDENTE			Tit. Eleitor:	0587140602/56
RG:	MG-2.269.286	Órgão Emissor	SSP/MG	CPF:	504.245.216-87
Endereço:	RUA PADRE JOAQUIM CARLOS, 264 - CENTRO				
Município:	RESENDE COSTA	UF:	MG	CEP:	36.340-000
Assinatura:					

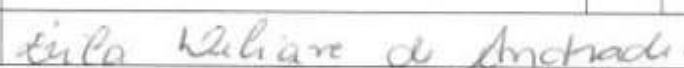
Nome do dirigente:	AFONSO CAMILO MAGALHÃES				
Cargo:	VICE-PRESIDENTE			Tit. Eleitor:	1407673601/32
RG:	M-1.308758	Órgão Emissor	SSP/MG	CPF:	010.715.548-67
Endereço:	AVENIDA ALFREDO PENIDO, 1400 – SÍTIO SÃO JOSÉ				
Município:	RESENDE COSTA	UF:	MG	CEP:	36.340-000
Assinatura:					


Nome do dirigente:	EUSTÁQUIO PELUZI CHAVES				
Cargo:	TESOUREIRO			Tit. Eleitor:	0921173402/13
RG:	MG-6.070.741	Órgão Emissor	SSP/MG	CPF:	876.161.736-91
Endereço:	RUA DR. ABEILARD, 124 – CENTRO				
Município:	RESENDE COSTA	UF:	MG	CEP:	36.340-000
Assinatura:					

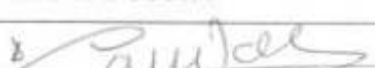


Nome do dirigente:	DOMINGOS SÁVIO PINTO				
Cargo:	VICE- TESOUREIRO			Tit. Eleitor:	0587116402/30
RG:	CRC MG 45205	Órgão Emissor	SSP/MG	CPF:	119.488.506-30
Endereço:	PRAÇA CÔNEGO CARDOSO, 81 - CENTRO				
Município:	RESENDE COSTA	UF:	MG	CEP:	36.340-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	ADENOR AMADEU RESENDE COELHO				
Cargo:	SECRETÁRIO			Tit. Eleitor:	0081375902/56
RG:	OAB-MG 31117	Órgão Emissor	SSP/MG	CPF:	194.410.616-20
Endereço:	RUA DR. JOSÉ DE ALENCAR TEIXEIRA, 67 - CENTRO				
Município:	RESENDE COSTA	UF:	MG	CEP:	36.340-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	ERICA DELIANE DE ANDRADE				
Cargo:	VICE-SECRETÁRIA			Tit. Eleitor:	1692283502/56
RG:	MG-15.200.960	Órgão Emissor	SSP/MG	CPF:	090.160.126-80
Endereço:	RUA DAS FIGUEIRAS, 73 - TIJUCO				
Município:	RESENDE COSTA	UF:	MG	CEP:	36.340-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	ANDRÉ EUSTÁQUIO MELO OLIVEIRA				
Cargo:	DIRETOR COMUNITÁRIO			Tit. Eleitor:	1200730302/05
RG:	MG-11.947.184	Órgão Emissor	SSP/MG	CPF:	044.998.226-29
Endereço:	RUA ASSIS RESENDE, 91 - CENTRO				
Município:	RESENDE COSTA	UF:	MG	CEP:	36.340-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	CAMILO DE SOUSA VALE				
Cargo:	VICE-DIRETOR COMUNITÁRIO			Tit. Eleitor:	0106625802/81
RG:	M1-572.339	Órgão Emissor	SSP/MG	CPF:	281.564.476-20
Endereço:	RUA ASSIS RESENDE, 157 - CENTRO				
Município:	RESENDE COSTA	UF:	MG	CEP:	36.340-000
Assinatura:					

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO NACIONAL 13/09/2010

RG-2.628.286 DATA DE EMISSÃO

CLAUDIO LUIS RESENDE

AFONSO DE RESENDE

GLEISA RESENDE

RESENDE COSTA-MG

CAS. LV-17-B EL-54

RESENDE COSTA-MG

OF 504245216-B7

LEICIA ALESSANDRO RIBEIRO

ASSISTENTE SOCIAL

PII-1367

DATA DE NASCIMENTO 5/12/1964

2 VIA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PII 1367/6

POLEGAR DIREITO

CARTERA DE IDENTIDADE

ASSISTENTE SOCIAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

Nome: AFRANSO CAMILO DE MAGALHÃES

RG: 11.308.756 SSP MG

CPF: 010.715.548-67 DATA NASCIMENTO: 05/12/1957

LOCAL: JOAQUIM MENDONÇA MAGALHÃES ADOLFINA REBEDE MAGALHÃES



RG: 02690586919 DATA: 22/01/2023 12/04/1985

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1629783477



Assinatura

LOCAL: SMO JOAO DEL REI, MG DATA: 26/01/2018

Nome: Augusto Manoel A. Junior  
CPF: 78547784829  
ASSINATURA DO DETRAN/MG

MINAS GERAIS

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1629783477





## JUSTIÇA ELEITORAL

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

#### Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **AFONSO CAMILO DE MAGALHAES**

Inscrição: **140767360132** Zona: 232 Seção: 6

Município: 50830 - RESENDE COSTA UF: MG

Data de Nascimento: 05/12/1957 Domiciliado desde: 06/12/2001

Filiação: ADOLFINA RESENDE MAGALHAES

JOAQUIM MENDONCA MAGALHAES

Certidão emitida às 14:04 de 01/07/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **XKAZ.IS6B.DZBK.W86K**

**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
 SEÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**CARTÃO DE IDENTIDADE DE ADVOGADO**  
 Instituído pela Lei nº 89, de 14.4.2015, de 27/04/03

Nome: **ADENOR AMADEU REGENDE COELHO**  
 Adenor de Assis  
 Coelho/Olga Resende Lara Coelho  
 Nacionalidade: **Brasileira** Data de Nascimento: **10.08.52**  
 Carteira nº: **31.117** Inscrição nº: **31.117**  
 (Assinatura do Advogado)

Marcos Afonso de Souza



1016607/SSPMG  
 REGISTRO CIVIL

194410616/20

CPF nº

POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR DO CARTÃO

*Adenor Amadeu Regende Coelho*

OBSERVAÇÃO

EXPELIDA EM

09.12.91

# TRABALHADOR

Este é o cartão de identificação do trabalhador e Previdência Social - CTPS - documento obrigatório para o exercício de qualquer atividade remunerada em estabelecimento de trabalho.

Este documento é emitido pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, órgão responsável pelo registro e controle das atividades profissionais e previdenciárias. O trabalhador deve apresentar este documento em todo e qualquer estabelecimento de trabalho.

O documento é emitido em nome do trabalhador e deve ser apresentado em todo e qualquer estabelecimento de trabalho.

Pelo presente documento, o trabalhador declara que é titular de todos os direitos previdenciários e trabalhistas.

Este documento é emitido em nome do trabalhador e deve ser apresentado em todo e qualquer estabelecimento de trabalho.

Este documento é emitido em nome do trabalhador e deve ser apresentado em todo e qualquer estabelecimento de trabalho.

MINISTÉRIO DO TRABALHO  
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTeira DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP  
203.80885.80-2

8715639 001-0 MG

Lila Delane de Azevedo





NOME: ERICA DELIANE DE ANDRADE		28.01.1996	
LUGAR DE NASCIMENTO: RESENDE COSTA - MG		28.01.1996	
FILIAÇÃO: JOAQUIM LOURENÇO DE ANDRADE TANIA DE FATIMA SILVA DE ANDRADE		28.01.1996	
DOO. APRESENTADO: RG 15200980 SSP MG		28.01.1996	
ESTADO CIVIL: SOLTEIRO		28.01.1996	
LUGAR DE NASCIMENTO: RESENDE COSTA - MG		28.01.1996	
RG: 15200980		28.01.1996	
TELEFONE: 189228360256		28.01.1996	
LOCAL DA EMISSÃO: PREF. ENTRE RIOS DE MINAS		28.01.1996	
DATA DA EMISSÃO: 23/08/2006		28.01.1996	
ASSINATURA: <i>Carla L. de Oliveira</i>		28.01.1996	
BRASILEIRO		QUALIFICAÇÃO CIVIL	
ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE		28.01.1996	



VALIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

TÍTULO: **TECNICO EM CONTABILIDADE**

CPF: **119.488-506-30**

TÍTULO EXPEDIDO POR (DEI DECL. DE PROVISIONADO): **ESCOLA TIRADENTES/SÃO JOÃO DEL REI**

DIPLOMAÇÃO: **20/12/88**

Este carteira tem fe pública como documento de identidade nos termos do artigo 18 do D.L. 9.295 de 27/05/46 e artigo 1º da Lei 6.206 de 07/05/75.

ASSINATURA DO CONTABILISTA

POLGAR DIREITO

CARTEIRA DE IDENTIDADE DE CONTABILISTA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MG

CATEGORIA: **TECNICO**

Nº DO REGISTRO: **MG-045205/0-8**

NOME: **DOMINGOS SAVIO PINTO**

FILIAÇÃO: **GERALDO MAGELA DE ASSIS  
MARIA DA CONCEIÇÃO DE LÓBREG**

NASCIMENTO: **11/06/53**

NACIONALIDADE: **BRASILEIRA**

NATURALIDADE: **RESERVA COSTA-MG**

EXPEDIÇÃO: **05/06/97**



PRESIDENTE DO CRC



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-11.947.184 DATA DE EMISSÃO 10/08/1998

COMET ANDRE EUSTAQUIO MELO DE OLIVEIRA

FACILITADOR GERALDO MAIA DE OLIVEIRA  
ANA REGINA MELO DE OLIVEIRA

NATURALIDADE RESENDE COSTA-MG DATA DE NASCIMENTO 9/7/1980

COC ORDEM NASC. LV-30.A FL-286

RESENDE COSTA-MG 044998226-29

SELO GIZOTE VO P11-2190 *Monica Basso* .VIA

LEI N° 7.114 DE 20/06/83

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL  
ESTADO DE MINAS GERAIS P11 2190.3  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

DOADOR NÃO PRESUMIDO

ROLAGIMENTO

*Andre Eustaquio Melo de Oliveira*

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL M-1.572.339

**CAMILLO DE SOUSA VALE**

SEBASTIÃO RODRIGUES VALE

MARIA DE SOUSA VALE

RESERVA GUSTA M-1

31/12/1956

10/07/1973

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

POLEGAR DIREITO

*Camilo de Sousa Vale*

ASSINATURA DO PORTADOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**TÍTULO ELEITORAL**

NOME DO ELEITOR  
**CAMILLO DE SOUSA VALE**

DATA DE NASCIMENTO  
**31/12/56**

Nº INSCRIÇÃO  
**13665802/81**

ZONA  
**232**

SEÇÃO  
**0008**

MUNICÍPIO / UF  
**RESENDE GUSTIA / MG**

DATA DE EMISSÃO  
**18/09/86**

PREFÉRETE DO E  
*Camilo de Sousa Vale*

VALIDO EMPOSTO COM MARGEM À DIREITA - JUSTIÇA ELEITORAL

**CIC**

REGISTRO GERAL M-1.572.339

**CAMILLO DE SOUSA VALE**

SEBASTIÃO RODRIGUES VALE

MARIA DE SOUSA VALE

RESERVA GUSTA M-1

31/12/1956

10/07/1973

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

POLEGAR DIREITO

*Camilo de Sousa Vale*

ASSINATURA DO PORTADOR

ACRDATEC/RC  
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG

---

# **"ACRDATEC-RC"**

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO

PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO,

EDUCACIONAL E CULTURAL DE

RESENDE COSTA

MG

## **ESTATUTO**

---

ESTATUTO



ACRDATEC/RC  
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG

---

PREÂMBULO

**ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS, CONSOLIDAÇÃO E FORMATAÇÃO DO  
ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O  
DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURA DE RESENDE COSTA/MG**

Em conformidade com as decisões das assembleias gerais extraordinárias, realizadas nos dias 07 de março de 2008 e 04 de março de 2009, devidamente instrumentalizadas por meio de atas e realizadas na forma da lei, onde foram deliberadas várias alterações e considerando as alterações anteriores no estatuto original, devidamente averbadas e as solicitações do Ministério da Comunicações para reformar o estatuto de forma substancial, bem como a necessidade de adequação jurídica aos moldes da lei federal nº 10.406/02 e 9.612/98, o presente estatuto foi todo reformulado e sistematizado passando a vigorar a partir desta data, consoante as disposições aqui apresentadas.

Devido a natureza das alterações e quantidade de dispositivos alterados e incrementados, tornou-se inviável manter a formatação original do estatuto, motivando nova formatação, sem perder a essência dos dispositivos originais e fundamentados em decisões das assembleias realizadas com a finalidade de promover essas mudanças. Isto posto, o estatuto da ACRDATEC-RC, a partir desta data, passa a ter a redação seguinte.

Resende costa, 12 de março de 2009.



Cláudio Luis Resende -Presidente



## CAPÍTULO I

### CONSTITUIÇÃO, SEDE, FORO, JURISDIÇÃO, OBJETIVOS E OBJETOS

Art. 1º - A Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural da Cidade de Resende Costa/MG - ACRDATEC-RC, denominada por título fantasia "RÁDIO INCONFIDENTES FM", fundada em 02/06/2003, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica distinta de seus associados, sem vínculo patrimonial e responsabilidades diversas, voltada para a defesa da democratização da comunicação e da informação, constituída por uma sociedade civil de radiodifusão comunitária e de difusão cultural de organizações populares de apoio às ações solidárias, cooperativas e de sociedades não religiosas e não partidárias dedicada a serviço comunitário de caráter não comercial, inspirando-se nos princípios da solidariedade social, da livre iniciativa, do direito de propriedade e da economia de mercado, regendo-se por este estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Único - Para os fins deste Estatuto e em todos os documentos a serem utilizados pela associação no desenvolvimento de suas atividades, será facultado usar o nome de fantasia Rádio Inconfidentes FM ou Inconfidentes FM.

Artigo 2º - A Associação terá jurisdição, sede e foro em Resende Costa, Estado de Minas Gerais, à Praça Nossa Senhora de Fátima, s/n, com podendo também ter dependências e representações em outros locais e/ou cidades, com prazo indeterminado de duração.

Parágrafo Único- Na eventual impossibilidade de se conferir o nome de fantasia previsto neste estatuto, face à duplicidade de nomenclatura a associação fará nova denominação, de ofício, cuja outorga de retificação fica, neste ato, conferida ao Presidente, que diligenciará junto ao Órgão de Registro.

Artigo 3º - Os objetivos e atribuições básicas da "ACRDATEC-RC" são:

- a) Pleitear e adotar medidas cabíveis aos interesses da Associação ou de quaisquer outras entidades congêneres, bem como no interesse coletivo ou individual de seus associados;
- b) Tornar-se defensora e cooperadora ativa de tudo quanto possa concorrer para a prosperidade de seus associados;
- c) Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- d) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- e) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- f) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- g) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível;
- h) Executar serviços de radiodifusão;
- i) Celebrar e firmar contratos diversos.

Artigo 4º - Na realização de suas atividades a associação, em sua programação, atenderá aos seguintes princípios:

ESTATUTO



- a) Preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

Artigo 5º - São objetos sociais:

- a) Representar a radiodifusão comunitária da cidade de Resende Costa/MG, defendendo seus interesses e os objetos de desenvolvimento e consolidação da atividade em condições de participação democrática e popular de comunicação;
- b) Representar as organizações populares e cooperativas, independente de outorga específica junto aos órgãos públicos responsáveis pelo setor de telecomunicações, atuando ainda junto aos Poderes Legislativo e Judiciário;
- c) Criar, implantar e administrar um sistema de integração de emissora de radiodifusão e/ou outros meios de comunicação comunitários em Resende Costa, MG, buscando o aperfeiçoamento qualitativo da produção jornalística e cultural e redução de custos de produção e transmissão e agilidade nas mobilizações de interesse civil, emergencial, podendo, para tanto, em nome de seus representantes, assinar convênios, firmar contratos e realizar todos os entendimentos necessários;
- d) Criar, estabelecer e consolidar serviços que possibilitem a plena realização dos objetos da radiodifusão e/ou outros meios de comunicação comunitários;
- e) Promover encontros, eventos e seminários de interesse dos meios de comunicação comunitários;

## CAPITULO II

### INSCRIÇÃO, DEMISSÃO, EXCLUSÃO, DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Artigo 6º - A diretoria poderá conferir título benemérito a pessoas ou entidades que venham efetivamente contribuir para o desenvolvimento da radiodifusão comunitária, sem que obtenham o direito de associado.

Parágrafo Único - Poderão fazer parte da "ACRDATEC-RC" os habitantes de Resende Costa, além de cidadãos que direta ou indiretamente visam o desenvolvimento da cidade, além de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, por meio de representantes legais, com direito a voto e voz nas deliberações da associação, podendo ser subdivididos em sócios contribuintes e beneméritos.

Artigo 7º - O cidadão pretendente à admissão como associado, deverá procurar um membro da diretoria ou a secretaria da emissora para a formalização de seu pedido.

Parágrafo Único - A inscrição do associado deverá ser consignada em ata de reunião ou assembléia, devendo ser lavrado em livro próprio de inscrição de associado, para fins de observar o lapso temporal de, no mínimo, um ano de filiação para o associado ter direito a votar e a ser votado.

Artigo 8º - Constituem direitos dos associados:

**ESTATUTO**



**ACRDATEC/RC**  
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**  
**ARTISTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG**



- a) Participar das reuniões da Associação;
- b) Submeter à Diretoria o exame de assuntos de seu interesse;
- c) Participar, votar e ser votado, presente ou devidamente representado por meio de procuração nas assembleias e reuniões, desde que esteja em dia com suas obrigações estatutárias, em especial, o artigo 7º, parágrafo único;
- d) Consultar a alguma entidade ou associação, caso a emissora seja filiada;
- e) Ter conhecimento das deliberações e demais atividades da emissora.

Artigo 9º - Constituem deveres dos associados:

- a) Contribuir e colaborar, efetivamente, dentro do seu âmbito e limite de atividade para a consecução dos objetivos e finalidades da associação;
- b) Prestar as informações solicitadas por quem de direito, comparecer às reuniões e eventos, exercer cargos, missões e tarefas para as quais for designado, acatar as resoluções das assembleias e da diretoria, bem como cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;
- c) Contribuir com eventuais mensalidades, previamente estabelecidas, votadas em assembleia;
- d) Cumprir, rigorosamente, as normas estabelecidas pela legislação pertinente, especialmente, a que institui o serviço de radiodifusão comunitária e dá outras providências;

Artigo 10º - A demissão do associado dar-se-á a pedido do mesmo, não podendo ser negada. A exclusão dar-se-á por morte física, incapacidade civil ou não atendimento aos requisitos exigidos para a admissão ou permanência na associação.

Artigo 11º - Serão admitidos sócios beneméritos, contudo estes não terão direito a voto ou mandato, podendo, entretanto, participar, opinar, sugerir e debater nas assembleias e nos temas da "ordem do dia".

Artigo 12º - Poderá ser eliminado do quadro associativo quem, por decisão da Assembleia Geral:

- a) Infringir os dispositivos deste estatuto;
- b) Regularmente dissolver-se.

Artigo 13º - A aplicação das penalidades aludidas no artigo anterior será precedida de audiência da parte interessada, que poderá produzir defesa por escrito, dentro do prazo de 10(dez) dias da data da cientificação.

### **CAPÍTULO III**

#### **ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO**

Artigo 14º - A "ACRDATEC" compreende os seguintes órgãos institucionais:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Comunitário.

### **CAPÍTULO IV**

#### **ASSEMBLEIA GERAL**

#### **ESTATUTO**

**ACRDATEC/RC**  
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**  
**ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG**



Artigo 15º - A assembleia geral é órgão soberano da associação e reunirá, ordinariamente, uma vez por ano, e extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste estatuto.

Parágrafo Primeiro - antes do início das reuniões será colhida a presença dos associados, devendo os mesmos assinarem o livro para tal fim;

Parágrafo Segundo - os trabalhos serão abertos pelo presidente da associação, devendo o mesmo presidir os trabalhos, expondo as metas e motivos da reunião, salvo motivo de força maior e aprovado pela assembleia;

Parágrafo Terceiro - o presidente da assembleia, além do seu voto de sócio, deverá sempre votar nos casos de empate;

Parágrafo Quarto - as votações nas assembleias poderão dar-se de forma simbólica, nominal, secreta ou por aclamação;

Parágrafo Quinto - lavrar-se-á uma ata sobre os trabalhos tratados nas reuniões, à qual será elaborada pelo secretário, ao final, assinada pelos componentes da mesa e pelos demais presentes ou pelo secretário e presidente se assim determinar a assembleia;

Parágrafo Sexto - A Assembleia Geral se reunirá, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente, pela Diretoria, pela maioria dos membros do Conselho comunitário ou por, no mínimo, 1/5 dos associados, sendo a convocação feita com antecedência mínima de 8 (oito) dias;

Parágrafo Sétimo - A Assembleia Geral ordinária será convocada pelo presidente;

Parágrafo Oitavo - As deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo um voto para cada associado, podendo ser representado por meio de procuração, exceto nos casos de alteração estatutária ou destituição de membros da diretoria onde se exigirá o quorum qualificado de 2/3 dos membros presentes;

Parágrafo Nono - A assembleia geral não terá início sem a maioria absoluta de seus membros, caso em que o presidente declarará de ofício, uma segunda convocação, aguardando por mais uma hora a presença dos demais membros e, findo o prazo, declarará abertos os trabalhos da assembleia geral, qualquer que seja o número de presentes, dando-se cumprimento à pauta do dia.

Artigo 16º - São atribuições da assembleia geral:

- a) Examinar, aprovar ou reprovare as contas da Diretoria e o balanço social;
- b) Velar pelo reto cumprimento dos fins da associação, sugerindo e votando medidas reparadoras, se for o caso, às quais serão aprovadas mediante voto de maioria simples dos membros presentes;
- c) Eleger, por voto, os cargos vagos na diretoria, em virtude de eventuais afastamentos, sendo candidatos natos todos os membros presentes na assembleia, se de outra forma não dispuser o edital de convocação para este fim;
- d) Deliberar demais assuntos previstos na "ordem do dia", prevalecendo o voto da maioria simples dos membros presentes;
- e) Definir a ação estratégica da "ACRDATEC-RC", através da aprovação de planos e programas de trabalho;

**ESTATUTO**

MSE



- f) Tomar e julgar as contas de cada exercício financeiro, apresentado pela Diretoria, com parecer do Contador da entidade;
- g) Eleger e empossar a Diretoria e se, for o caso, os membros do Conselho Comunitário;
- h) Impor penalidades às eventuais entidades filiadas, à Diretoria e ao Conselho Comunitário;
- i) Reformar este Estatuto;
- j) Dissolver a "ACRDATEC-RC", com obediência ao estabelecido neste Estatuto;
- k) Resolver os casos omissos ou não previstos;

## CAPÍTULO V

### DIRETORIA, CONSELHO COMUNITÁRIO E PROCESSO ELEITORAL

Artigo 17º - A Diretoria, órgão executivo e de comando, eleitos pelo voto direto e secreto dentre seus associados presentes em pleno gozo de seus direitos e deveres na Assembleia Geral, de acordo com disposições do artigo 8º, letra c, com mandato de duração de 4(quatro) anos, podendo ser reeleitos, sendo composta pelos seguintes cargos:

- a) Presidente;
- b) Vice-presidente;
- c) Diretor Comunitário;
- d) Vice-Diretor Comunitário;
- e) Secretário;
- f) Vice-Secretário;
- g) Tesoureiro;
- h) Vice-Tesoureiro.

Parágrafo Único - A Diretoria, sempre que necessário, solicitará o assessoramento das entidades e órgãos públicos que atuam no setor, além de outros profissionais para auxiliá-la em assuntos de seus interesses.

Artigo 18º - O Presidente constituirá uma comissão eleitoral para coordenar os trabalhos da eleição e posse da Diretoria e do Conselho Comunitário, devendo observar os critérios estabelecidos neste estatuto.

Parágrafo Primeiro - A comissão divulgará os critérios de inscrição das chapas, no mínimo, com 15 dias de antecedência ao término do mandato, devendo a chapa ou as chapas concorrentes apresentar-se completas e encaminhadas à Diretoria em até 5 dias antes do término do mandato.

Parágrafo Segundo - A eleição da Diretoria dar-se-á por votação direta, secreta ou por aclamação no caso de haver uma única chapa concorrente.

Parágrafo Terceiro - A convocação será feita pela Diretoria, observando as normas estatutárias.

Parágrafo Quarto - Terão direito a votar e serem votados os associados que estiverem gozando dos seus direitos e deveres na "ACRDATEC-RC".

Parágrafo Quinto - Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver a maioria simples dos votos.





Artigo 19º - O Conselho Comunitário será composto de cinco membros efetivos, podendo ter membros suplentes com número igual ou inferior aos efetivos, representantes dos segmentos sociais existentes na comunidade e entidades como associações de classe, beneméritas, poderes públicos, religiosas, de moradores, dentre outras, atendendo aos princípios elencados no artigo 4º deste estatuto.

Parágrafo Único: O Conselho Comunitário será empossado pela Diretoria ou por meio da Assembléia, sendo seus membros indicados pelas entidades representadas, lavrando termo de posse no livro de atas, com mandato coincidente com a Diretoria, podendo ser reeleito.

Artigo 20º - Compete ao Presidente:

- a) Representar a associação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- b) Constituir procurador para a defesa dos interesses da associação;
- c) Cumprir e fazer cumprir os estatutos e as demais deliberações da diretoria e da Assembléia Geral;
- d) Presidir as reuniões da diretoria e da assembléia geral, bem como efetuar as necessárias convocações;
- e) Firmar contratos trabalhistas e de qualquer outra natureza, observando-se as necessidades e possibilidades da associação;
- f) Assinar os balanços anuais da associação e submetê-lo à apreciação da diretoria e da assembléia geral, na forma deste estatuto;
- g) Administrar a associação, juntamente com os demais Diretores;
- h) Abrir e movimentar contas bancárias, assinar juntamente com o tesoureiro cheques ou documentos que envolvam responsabilidades financeiras da "ACRDATEC-RC";
- i) Organizar o processo eleitoral e promover a eleição, na forma deste estatuto.
- j) Delegar poderes a membros da diretoria;
- k) Deliberar sobre os atos de administração patrimonial e de pessoal;
- l) Constituir comissões para a execução das atividades;
- m) Encaminhar deliberação à Assembléia Geral;
- n) Homologar as inscrições de novos associado, juntamente com a Diretoria;
- o) Resolver e deliberar sobre os casos omissos.

Artigo 21º - Compete ao Vice-Presidente:

- a) Substituir o Presidente durante seus afastamentos, faltas ou impedimentos;
- b) Substituir o Presidente, em definitivo, em caso de renúncia ou quaisquer outros motivos;
- c) Por delegação do Presidente, cumprir missões especiais e outras tarefas peculiares ao cargo de Presidente;
- d) Representar o Presidente sempre que solicitado por este.

Artigo 22º - Compete ao Diretor Comunitário:

- a) Sempre que solicitado, sendo viável e não contrário a lei, atender às entidades de classe, religiosas ou não, bem como associações diversas da comunidade, abrindo a eles espaços na emissora, desde que haja o necessário apoio cultural para custeio, na forma que dispuser as normas internas acerca de custos gerais;
- b) Dirigir e organizar, juntamente com a Diretoria, a programação geral da emissora;
- c) Acompanhar os trabalhos dos locutores e suas reivindicações;
- d) Zelar pela igualdade de direitos às entidades referidas no inciso a, deste artigo;



Parágrafo Único: Os eventuais abusos ou a ocorrência de ofensas, danos morais, difamação, calúnia ou injúria, porventura veiculados na emissora, será de inteira responsabilidade do ofensor, devendo o detentor do espaço a ser ocupado, previamente, assinar um termo de advertência e responsabilidade.

Artigo 23º - Compete ao Secretário:

- a) Assessorar o Presidente durante as reuniões;
- b) Redigir atas e outros documentos;
- c) Manter em dia e atualizados o registro dos associados da "ACRDATEC-RC";
- d) Receber e expedir correspondências, encaminhando-as ao destinatário;
- e) Divulgar, por qualquer meio idôneo, a emissora;
- f) Receber críticas e sugestões diversas;
- g) Cumprir e fazer cumprir o estatuto e outros regulamentos;
- h) Fazer o relatório anual da Diretoria e do Conselho Comunitário;
- i) Outras atribuições, a critério do Presidente, respeitado o previsto neste estatuto.

Artigo 24º - Compete ao Tesoureiro:

- a) Zelar pelo patrimônio da associação, catalogando os bens;
- b) Promover, com auxílio de profissional, a escrituração contábil da associação;
- c) Cuidar da escrituração geral e financeira, promovendo os necessários balanços;
- d) Responder por todas as atividades relativas a finanças da associação;
- e) Conservar organizada e em dia as escritas contábeis e zelar pelos livros e documentos de contabilidade, procurando fazer os registros com honestidade, clareza, capricho e precisão;
- f) Preparar prestação de contas e apresentar em assembleias gerais;
- g) Cumprir e fazer cumprir o estatuto;
- h) Dispor, em conjunto com o Presidente, sobre arrecadações e despesas da associação, assinar cheques e outros documentos financeiros.

Artigo 25º - Compete ao Vice-Diretor Comunitário, Vice-Secretário e Vice-Tesoureiro:

- a) Substituir os membros correspondentes da Diretoria em seus afastamentos, faltas ou impedimentos;
- b) Substituir os membros correspondentes da Diretoria, em definitivo, em caso de renúncia ou quaisquer outros motivos;
- c) Na medida do possível, os membros exercerão os trabalhos compartilhados e em parceria com os membros efetivos da Diretoria.

Parágrafo Único – Em caso de não haver pessoas para substituir cargos vagos na Diretoria, eventuais cargos vagos poderão ser ocupados por membros da Diretoria que estejam na suplência de outros cargos, desde que tenham o perfil correspondente e seja aprovado pela Diretoria. Caso não seja possível a substituição, o Presidente poderá convocar eleições para preenchimento dos cargos vagos.

Artigo 26º - Compete ao Conselho Comunitário:

- a) Acompanhar a programação da emissora e apresentar sugestões;
- b) Encaminhar relatório anual ao Ministério das Comunicações, sempre no aniversário da outorga, relatório resumido contendo a grade de programação, bem como sua avaliação, considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei e outros requisitos que achar necessário;

**ACRADATEC/RC**  
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**  
**ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG**



- c) Planejar o seu trabalho mediante reuniões e outros critérios para melhor avaliar os trabalhos da emissora.

## **CAPÍTULO VI**

### **PATRIMÔNIO, RECEITAS E DESPESAS**

Artigo 27º - O Patrimônio da "ACRADATEC-RC" será constituído de:

- a) Subvenções ou auxílios de entidades Públicas ou Privadas;
- b) Imóveis, benfeitorias, materiais e/ou equipamentos que vier a possuir;
- c) Renda de eventos promovidos pela "ACRADATEC-RC";
- d) Doações, legados e rendas extraordinários não previstos nos itens anteriores.

Parágrafo Primeiro - O patrimônio da "ACRADATEC-RC" não poderá ser aplicado em fins diferentes das finalidades e objetivos da associação previstos neste estatuto.

Parágrafo Segundo - Em caso de dissolução da "ACRADATEC-RC", o que poderá ocorrer por decisão da maioria absoluta em assembleia, seu patrimônio só poderá ser destinado à outra instituição congênere, legalmente constituída, após apuração de eventuais débitos e pendências.

Artigo 28º - A receita da associação será composta de:

- a) Arrecadação de contribuições ordinárias e especiais dos associados inclusive dos beneméritos;
- b) Doações ou receitas provenientes de terceiros;
- c) Receitas provenientes à prestações de serviços a terceiros, nos termos da legislação federal que "instituiu o serviço de radiodifusão comunitária";
- d) Contribuições de sócios beneméritos;
- e) Convênios e contratos com outras instituições e órgãos públicos;
- f) Outros meios idôneos não defesos em lei.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS SANÇÕES E MEDIDAS DISCIPLINARES**

Artigo 29º - Quaisquer infrações ao estatuto ou à legislação pertinente, acarretarão ao associado, dependendo do grau de culpa verificado pela diretoria:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária;
- c) Expulsão.

Parágrafo Primeiro - Em quaisquer das hipóteses previstas nos incisos anteriores, será garantido ao associado o amplo direito de defesa e do contraditório, e da decisão, poderá recorrer com efeito suspensivo, para a assembleia geral, à qual será convocada, extraordinariamente, para deliberar;

Parágrafo Segundo - Sem prejuízo das disposições dos artigos 12º e 13º deste estatuto, o Presidente poderá constituir comissão disciplinar para analisar aspectos disciplinares e de penalidades.

**ESTATUTO**





## CAPÍTULO VIII

### DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 30º - A Diretoria reunir-se-á mensalmente em dia e hora estabelecidos pelo Presidente, podendo reunir-se, extraordinariamente, havendo necessidade;

Artigo 31º - As responsabilidades em geral, reger-se-ão mediante leis específicas, pertinentes à espécie;

Artigo 32º - Não se confunde, em hipótese alguma, a pessoa física e natural do associado ou membro da diretoria com a associação;

Artigo 33º - Os membros da Diretoria e do Conselho Comunitário não serão remunerados, sendo vedados receber bonificações ou vantagens diversas e, expressamente, mediante anuência deste estatuto, desistem e renunciam a quaisquer direitos trabalhistas ou civis, sendo seu trabalho inteiramente filantrópico e social, fazendo jus, entretanto, ao reembolso de despesas efetuadas em proveito da associação;

Artigo 34º - A contabilidade da associação obedecerá às disposições e princípios contábeis e legais, com escrituração regular, sendo o ano contábil coincidente com o calendário civil.

Artigo 35º - A "ACRDATEC-RC" não distribuirá dividendos de espécie alguma, nem qualquer parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas a título de lucro ou participação de seu resultado aos associados.

Artigo 36º - O mandato da atual Diretoria e do Conselho Comunitário tem termo final no prazo de 4 anos, a contar da data da assembléia geral de 04/03/09.

Artigo 37º - Os casos omissos serão dirimidos pela diretoria e, eventuais modificações estatutárias, pela assembléia geral, na forma deste estatuto.

Artigo 38º - O presente Estatuto entra em vigor nesta data, revogadas as alterações anteriores do estatuto original, e demais disposições em contrário.

RESENDE COSTA, ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE.

Cláudio Luís Resende - CPF 504.245.216-87  
Presidente

HSE 04B/MC 69586

ESTATUTO

**CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS**  
**RESENDE COSTA - MG**

Certifico que a 1ª via deste documento  
 foi registrada hoje de nº 0550-06 do livro  
A-4, sob o nº 473, Registro de  
 Pessoas Jurídicas, à referida verdade,  
 do que dou fé.

Resende Costa, 23 de MARÇO de 2009

Adenor Fabio Lanza Chaves  
 ADENOR FÁBIO LANZA CHAVES

[20313102/0001-74]

Registro de Pessoas e Documentos  
 Livro 05 - 2009-25

1ª via - nº 23

CARTÃO DE DEP. 34340/990

RESENDE COSTA - MG



**CONSELHO DE RESENDE COSTA - MG**  
 SECRETARIA DE DEFESA CONSUMIDOR

Feito em 23/03/2009 às 29/9  
 Casos nº 918  
 Valor (R\$) 38,37

Ad

Claudio Lanza Chaves - CPF nº 24.343.78-83

TERMO MODIFICATIVO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE  
RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL  
DE RESENDE COSTA-MG

Conforme decisão em assembléia geral extraordinária, realizada na data de 30 de abril de 2012, na sede da emissora, constante na ata lavrada e devidamente assinada e registrada em cartório de registro de pessoa jurídicas, às fls. 265, do livro A-4, sob o número 988, em 07/05/2012, visando adequação estatutária, o artigo 22, alínea a passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 22 - .....

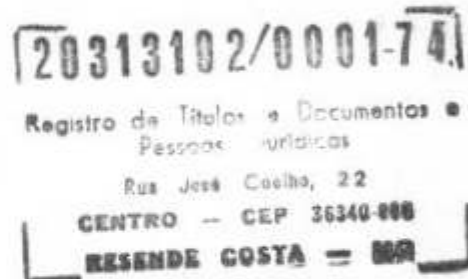
- a) Atender entidades de classe, religiosas ou não, associações e conselhos comunitários, abrindo espaços na emissora para divulgação dos seus trabalhos e projetos;

Resende Costa, em 03 de setembro de 2013.



Cláudio Luís Resende - Diretor Presidente

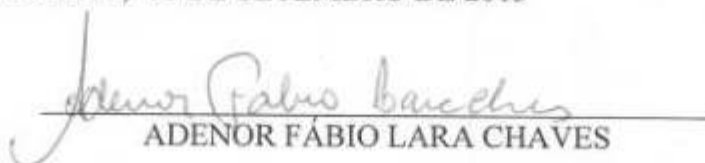
Vistos: Marcio de Sousa Resende - OAB/MG 69586



AVERBAÇÃO

A PRESENTE AVERBAÇÃO RECEBEU NOVO NÚMERO DE REGISTRO, APONTADO SOB O Nº 2.402 DO PROTOCOLO, REGISTRADO SOB O Nº 1.079, LIVRO A-5, fls 060Vº DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS, POR NÃO CONTER ESPAÇO SUFICIENTE PARA AVERBAÇÃO AO REGISTRO INICIAL.

RESENDE COSTA, 12 DE SETEMBRO DE 2013



ADENOR FÁBIO LARA CHAVES



SEGUNDO TERMO MODIFICATIVO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE  
RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE  
RESENDE COSTA-MG


Conforme decisão em assembleia geral extraordinária, realizada na data de 04 de agosto de 2017, na sede da emissora, visando adequação estatutária, o parágrafo único do artigo 7º e o caput do artigo 17º, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art.7º -.....

Parágrafo único – A inscrição do associado, seja pessoa física ou jurídica, será gratuita e deverá ser consignada em ata de reunião ou assembleia, devendo ser lavrado em livro próprio de inscrição de associado, para fins de observar o lapso temporal, de no mínimo, um ano de filiação para o associado ter direito a votar e ser votado.

Art.17º - A Diretoria, órgão executivo e de comando, eleitos pelo voto direto e secreto dentre seus associados presentes em pleno gozo de seus direitos e deveres na Assembleia Geral, de acordo com disposições do artigo 8º, letra c, com mandato de duração de 4(quatro) anos, podendo ser reeleitos e reconduzida, no máximo, uma vez.

Resende Costa, em 07 de agosto de 2017.

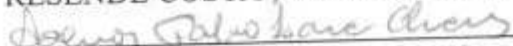
  
Cláudio Luís Resende – Diretor Presidente

Vistos: Márcio de Sousa Resende – OAB/MG 69586 

AVERBAÇÃO

A PRESENTE AVERBAÇÃO RECEBEU NOVO NÚMERO DE REGISTRO, APONTADO SOB O Nº 2798 DO PROTOCOLO, REGISTRADO SOB O Nº 1298, LIVRO B-50, fls 252v DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS, POR NÃO CONTER ESPAÇO SUFICIENTE PARA AVERBAÇÃO AO REGISTRO INICIAL.

RESENDE COSTA, 29 DE AGOSTO DE 2017

  
ADENOR FABIO LARA CHAVES



PODER JUDICIÁRIO - TJMG / CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA  
Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas  
Jurídicas De Resende Costa

SELO ELETRÔNICO Nº BNU31604

COD. SEG.: 1083880110745095

Qtde de Años: 2

Recarga: R\$ 5,77

Emol: R\$ 102,06 TFJ: R\$ 34,55 TOTAL: R\$ 136,61

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA - ACRA DATECIRC E APROVAÇÃO E POSSE DOS MEMBROS INDICADOS PARA O CONSELHO COMUNITÁRIO.

ÀS QUATORZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE, NESTA CIDADE DE RESENDE COSTA, ESTADO DE MINAS GERAIS, DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, APÓS AMPLAMENTE CONVOCADOS POR EDITAL E ATRAVÉS DA RÁDIO INCONFIDENTES FM, REUNIRAM-SE OS SÓCIOS NA SEDE DA ACRA DATECIRC, ÀS 18 HORAS, EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO, E ÀS 20 HORAS, EM SEGUNDA E ÚLTIMA CONVOCAÇÃO, PARA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA / MG - ACRA DATECIRC PARA O PERÍODO DE 15/03/2017 A 15/03/2021, BEM COMO PARA APROVAÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO PARA O MESMO PERÍODO. INICIALMENTE, A SENHORA VANUZA APARECIDA RESENDE, MEMBRO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA ELEIÇÃO, FOI CONVOCADA PELO SENHOR CLÁUDIO LUÍS RESENDE, ATUAL PRESIDENTE DA ACRA DATECIRC, PARA DAR FUNDAMENTO AOS TRABALHOS DA ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA. A SENHORA VANUZA APARECIDA RESENDE DEU INÍCIO À REUNIÃO LENDO O EDITAL DE CONVOCAÇÃO E CONVOCANDO OS MEMBROS DAS CHAPAS INSCRITAS. A ÚNICA CHAPA APRESENTADA FOI A COMPOSTA PELOS SENHORES CLÁUDIO LUÍS RESENDE (PRESIDENTE), A FONSECA CAMILO MA GALHÃES (VICE-PRESIDENTE), EUSTÁQUIO PELUZZI CHAVES (TESOU-



REIRO), DOMINGOS SÁVZO PRNTO (VICE-TERCEIRO),  
ADENOR AMADEU RESENDE COELHO (SECRETÁRIO),  
ÉRICA DELZANE DE ANDRADE (VICE-SECRETÁRIA),  
ANDRÉ EUSTÁQUIO MELO DE OLIVEIRA (DIRETOR  
COMUNITÁRIO), CAMILO DE SOUSA VALE (VICE-  
DIRETOR COMUNITÁRIO). NA REFERIDA CHAPA  
FORAM INDICADOS COMO INTEGRANTES DO CONSELHO  
COMUNITÁRIO OS SEGUINTE CIDADÃOS: O SR.  
JOSÉ GOUVEIA FILHO REPRESENTANDO O STRC -  
SINDICATO RURAL DOS TRABALHADORES DE RESENDE  
COSTA, O SR. LUÍS CLÁUDIO DOS REIS REPRESENTANDO  
O MEC - MOVIMENTO FAMILIAR CRISTÃO, O SR. MARCO  
TÚLIO DE RESENDE REPRESENTANDO A ARPA - ASSOCIA-  
ÇÃO REGIONAL DOS PESQUEIROS E AQUICULTORES,  
FRANCISCO ANTÔNIO DE RESENDE REPRESENTANDO O  
ECC - ENCONTRO DE CASAS COM CRISTO E O SR.  
EDÉSZO DE LARA MELO REPRESENTANDO A AMZRC -  
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CULTURA DE RESENDE  
COSTA. EM PROSSEGUIMENTO A SENHORA VANUZA  
APARECIDA RESENDE INICIOU O PROCESSO  
DE VOTAÇÃO. DE ACORDO COM O ESTATUTO FOI  
ELEITA POR ACLAMAÇÃO, A CHAPA PRESIDIDA  
PELO SENHOR CLÁUDIO LUÍS RESENDE, BEM  
COMO APROVADOS OS NOMES INDICADOS PARA  
O CONSELHO COMUNITÁRIO. EM SEGUIDA, FORAM  
EMPOSSADOS OS MEMBROS ELEITOS DA DIRETORIA  
EXECUTIVA E OS MEMBROS INDICADOS PARA O CON-  
SELHO COMUNITÁRIO DANDO-SE INÍCIO AO NOVO  
MANDATO. NA DA MAÍZ HAVENDO A TRATAR, FOI  
ENCERRADA A ASSEMBLEIA E EU VANUZA APA-  
RECIDA RESENDE, SECRETÁRIA AD-HOC, LAVREI  
A PRESENTE ATA QUE SERÁ LIDA E SE APROVADA  
ASSINADA PELOS MEMBROS DA DIRETORIA E PE



mt

SENTES.

Aparecida Resende, Claudio Luis Resende  
Batista Teixeira, Ruana Chaves, Tereza Carmo  
do Sacramento Almeida, Francisco Antonio de Resende  
da Silva, Idy de Nascer, Camilo de Sousa Vale,  
Antonio Eustaquio de  
Mestre de Souza, Jose  
C. de Figueiredo, Silvio  
de Figueiredo, Erika Wilian de Almeida.

PODER JUDICIÁRIO - TJMG / CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas  
Jurídicas De Resende Costa

SELO ELETRÔNICO Nº AOP78022

COD. SEG.: 6588674237920924

Valor de Ato: 4

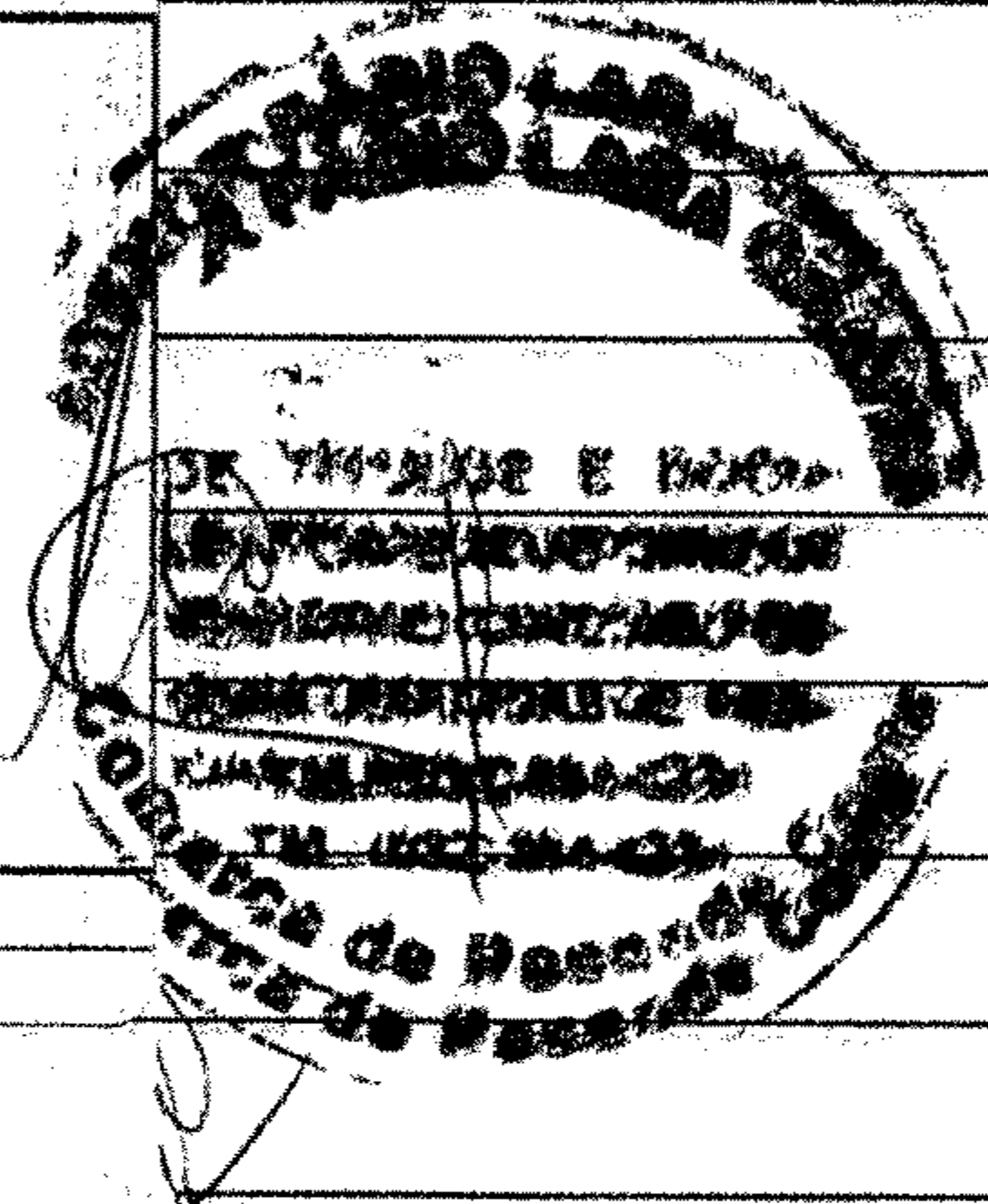
Recompa: R\$ 6,41

Emissão: R\$ 113,54

TFJ: R\$ 38,15

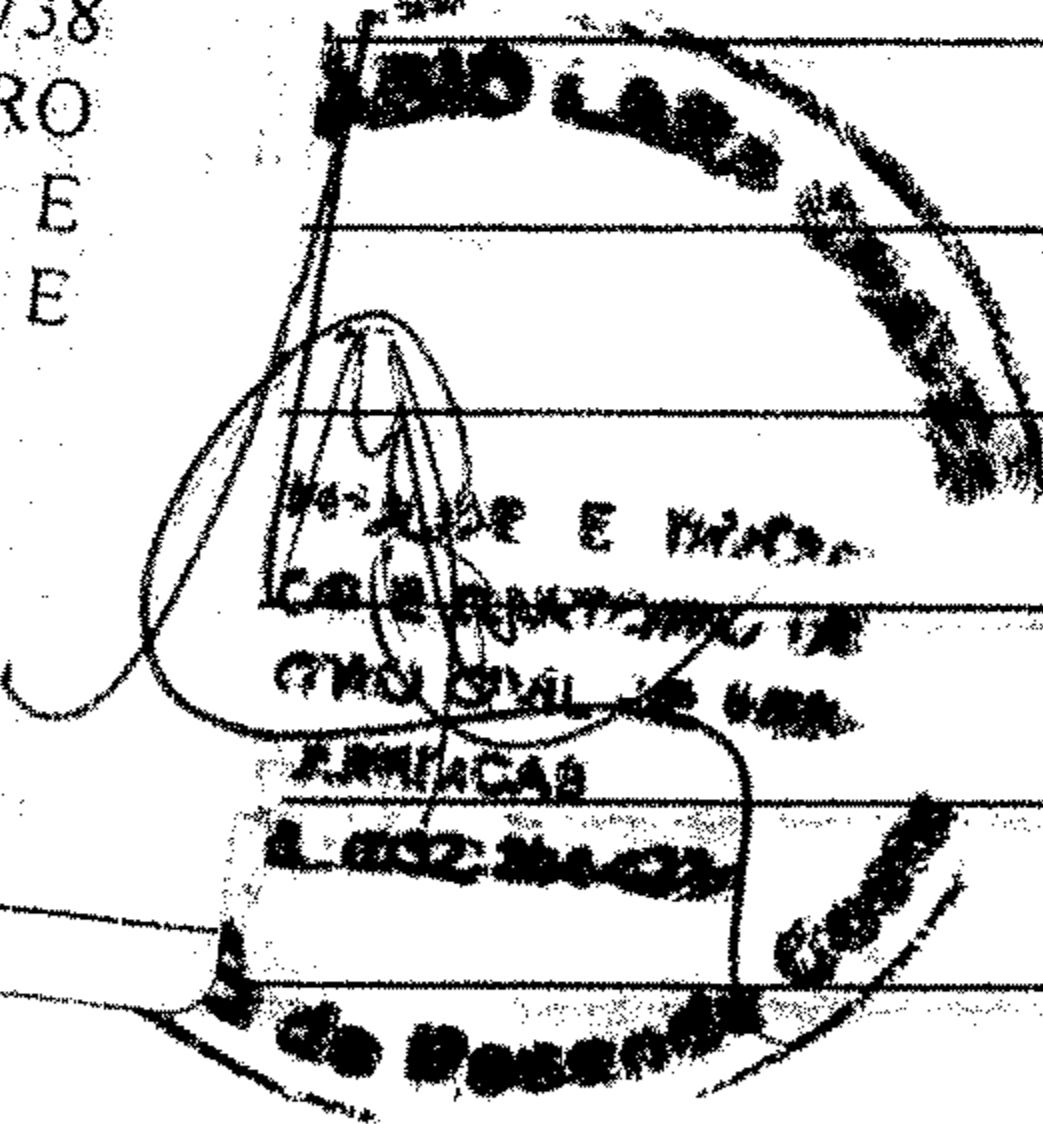
TOTAL: R\$ 151,69

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



HOJE PARA REGISTRO E  
SOB O Nº 2738  
PROTOCOLO REGISTRADO SOB O Nº 1274 DO LIVRO  
A-5, FLS 229 DO REGISTRO DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS, COMARCA E  
CIDADE DE RESENDE COSTA.  
RESENDE COSTA, 22 DE MARÇO DE 2017.

Adenor Fábio Lara Chaves  
ADENOR FÁBIO LARA CHAVES



[20313102/0001-74]

Registro de Títulos e Documentos e  
Pessoas Jurídicas

Rua José Goulart, 22

CENTRO - CEP 38340-000

RESENDE COSTA - MG



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO COM.DE RD.P/DESENV.ART, EDUC.E CULT. DE RESENDE

**CNPJ:** 02.412.405/0001-62

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:44:35 do dia 19/10/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/11/2018.

Certidão expedida gratuitamente.



Imprimir

Voltar

IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 02412405/0001-62  
**Razão Social:** ASSOC COMUNIT DE RAD P DES ART ED CULT DE RES COSTA  
**Nome Fantasia:** AGRADATEC RC  
**Endereço:** PC NOSSA SENHORA DE FATIMA SN / CENTRO / RESENDE COSTA /  
MG / 36340-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 17/10/2018 a 15/11/2018

**Certificação Número:** 2018101722321147682616

Informação obtida em 19/10/2018, às 14:42:03.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

Processo nº 53900.015342/2014-51

Localidade: Resende Costa/MG

Entidade: Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 01 (0126405)

1.1) Data de postagem / Protocolo no SEI: 04/09/2014

1.2) Tempestividade: Abrangida pela Lei 13.424/2017 (art. 6-B, §6º).

1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fls. 01/3 (Petição 3120026 – Processo 01250.037158/2018-93).

2) Declaração de conformidade: fl. 03 (0126405);

3) Estatuto Social: Fls. 03 a 15 (Petição 3120028 – Processo 01250.037158/2018-93) – registrado.

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 3, h;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 7, §único;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 6, §único;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 8, c;

e) Órgão administrativo e cargos: art. 17;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 20 a 25;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 17 (4 anos) – alteração fl. 39;

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 19 e 26;

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1;

b) Fins: art. 3; 5;

c) Sede: art. 2;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 6, §único; 7; 10; 12; 29;

e) Direitos dos associados: art. 8;

f) Deveres dos associados: art. 9;

g) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 27; 28;

h) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 15;

i) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: art. 15, §8º; 27, §2º;

j) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: art. 16, a;

k) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: art. 29;

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 15, §8º; 16;

m) Critérios de eleição dos administradores: art. 18;

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 15, §6º;

o) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: art. 27, §2º.

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 36 (2201215) – registrada.

Mandato de 14/03/2017 a 14/03/2021.

Presidente: Cláudio Luís Resende – 504.245.216-87; 05/12/1964

Vice-Presidente: Afonso Camilo de Magalhães – 010.715.548-67; 05/12/1957 CNH

1º Secretário: Adenor Amadeu Resende Coelho – 194.410.616-20; 10/8/1952



2º Secretário: Érica Deliane de Andrade – 090.160.126-80; 29/1/1986 – fl. 05 (3120027)  
1º Tesoureiro: Eustáquio Peluzi Chaves – 876.161.736-91; 10/5/1972  
2º Tesoureiro: Domingos Sávio Pinto – 119.488.506-30; 11/6/1953  
Diretor Comunitário: André Eustáquio Melo de Oliveira – 044.998.226-29; 09/7/1980  
Vice-Diretor Comunitário: Camilo de Sousa Vale – 281.564.476-20; 31/12/1956

5) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 24 a 35 (2201215); fls. 01 a 10 (Petição 3120027 – Processo 01250.037158/2018-93) – o documento apresentado pelo Vice-Presidente não cumpre exigência.

6) CNPJ: Evento 3042521 – Ativa.

7) Certidão Negativa da Anatel: Evento 3480295 – Negativa.

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 16 a 23 (2201215) – não contém o CNPJ das entidades representadas;

9) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): Certidão FGTS 3480300 – Regular.

10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: Certidão RFB 3042634 – Negativa.

11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: Certidão TST 3042681 – Negativa.

12) Certidões Justiça Federal e Estadual: Consultou-se o sítio da Justiça Estadual de Minas Gerais e não foi possível emitir a certidão negativa criminal, de 1ª instância, relativa ao Presidente, Sr. Cláudio Luís Resende.

### \*\*\*PENDÊNCIAS:

07/06/2018 - Após análise da documentação encaminhada, verificou-se que o Sr. Adenor Amadeu Resende Coelho foi membro de diretório do PSDB, no período de 09/05/2015 a 19/04/2017, conforme certidão 2584426, o que configura vínculo político. No entanto, haja vista o término do mandato, o vínculo indicado foi desfeito.

Por essa razão, tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso III da Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 9/4/2018, que alterou a Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, será retomada a análise do processo a fim de se verificar a viabilidade do deferimento da renovação da outorga.

Dito isso, a entidade será notificada a cumprir o disposto a seguir:

- a) **Estatuto Social:** Adequação ao Código Civil – Não está prevista a Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas; Não consta cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa; Não constam as Condições de extinção da entidade;
- b) Encaminhar novo Requerimento de acordo com o anexo 5 da Portaria;
- c) Encaminhar documentos que comprovem a nacionalidade/maioridade do Vice-Presidente e 2ª Secretária;

**19/10/2018** – Após análise dos autos a entidade foi notificada, pela segunda vez, a cumprir pendências, conforme comunicado por meio da Nota Técnica nº 13212/2018/SEI-MCTIC. Em resposta, a Radiodifusora apresentou, parcialmente, os documentos solicitados.

Assim, após análise da documentação apresentada e tendo em vista a alteração da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, introduzida pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União em 09/04/2018, que concede à interessada o máximo de três oportunidades para o cumprimento de exigências, conforme o previsto no art. 130, §3º e §4º, será concedido a terceira e última oportunidade para o cumprimento das pendências a seguir:

- a) Encaminhar comprovante de nacionalidade/maioridade do Vice-Presidente, tendo em vista que o documento apresentado (CNH) não cumpre exigência;
- b) No Relatório do Conselho Comunitário encaminhado não contém o CNPJ das entidades representadas;
- c) Certidões Justiça Federal e Estadual: Consultou-se o sítio da Justiça Estadual de Minas Gerais e não foi possível emitir a certidão negativa criminal, de 1ª instância, relativa ao **Presidente, Sr. Cláudio Luís Resende**.

Vínculo: Após pesquisa, não foi constatado vínculo.

**\*\*\*CONCLUSÃO:**

Será elaborada Nota Técnica, pela última vez, para solução das pendências indicadas.

**DADOS DOS DIRIGENTES:**

CARGO	NOME	D. NASC.	CPF	RG	FILIAÇÃO	TÍTULO	PARTIDO	OBS
Presidente	Cláudio Luís Resende	05/12/1964	504.245.216-87	2629286	Afonso de Resende e Cleusa Resende	0587.1406.0256	PDT	Certidão criminal estadual, 1ª instância
Vice-Presidente	Afonso Camilo de Magalhães	05/12/1957	010.715.548-67	1308758	Joaquim Mendonça Magalhães e Adolfina Resende Magalhães	1407.6736.0132	PT	
1º Secretário	Adenor Amadeu Resende Coelho	10/8/1952	194.410.616-20	1016607	Adenor de Assis Coelho e Olga Resende Lara Coelho	0081.3759.0256	PSDB	
2ª Secretária	Érica Deliane de Andrade	29/1/1986	090.160.126-80	15200960	Joaquim Lourenço de Andrade e Tânia de Fátima Silva de Andrade	1692.2835.0256	Não	
1º Tesoureiro	Eustáquio Peluzi Chaves	10/5/1972	876.161.736-91	6070741	Tarcísio Chaves de Mendonça e Maria de Lourdes Peluzi Chaves	0921.1734.0213	Não	
2º Tesoureiro	Domingos Sávio Pinto	11/6/1953	119.488.506-30	04520506	Geraldo Magela de Assis e Maria da Conceição de Lourdes	0587.1164.0230	Não	
Diretor Comunitário	André Eustáquio Melo de Oliveira	09/7/1980	044.998.226-29	11947184	Geraldo Maia de Oliveira e Ana Regina Melo de Oliveira	1200.7303.0205	Não	
Vice-Diretor Comunitário	Camilo de Sousa Vale	31/12/1956	281.564.476-20	1572339	Sebastião Rodrigues Vale e Maria de Sousa Vale	0106.6258.0281	Não	

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**NOTA TÉCNICA Nº 23431/2018/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53900.015342/2014-51.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS. EXIGÊNCIA 3 (TRÊS) E ÚLTIMA.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. A **Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa**, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Resende Costa**, estado de **Minas Gerais**, apresentou resposta à exigência, em atendimento à Nota Técnica nº 13212/2018/SEI-MCTIC.

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a alteração da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, introduzida pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União em 09/04/2018, será concedido à interessada o máximo de três oportunidades para o cumprimento de exigências, conforme o disposto no art. 130, §3º e §4º.

3. Diante do exposto, considerando que a radiodifusora já foi notificada por duas vezes, esta será a última oportunidade para o cumprimento das pendências dispostas a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de <b>indeferimento</b> .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
			A Entidade deverá enviar documento que demonstre a maioria e a nacionalidade d o <b>Vice-Presidente, Sr. Afonso Camilo de Magalhães</b> , tendo em vista que a CNH não cumpre exigência, conforme previsão do art. 22, §4º da Portaria.



Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.	Art. 130, § 1º, inciso IV	Comprovante de maioria/nacionalidade.	<p><b>Observação:</b> serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p> <p><b>Não</b> serão aceitos como comprovantes de maioria/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).</p>
	Art. 130, § 1º, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p>O relatório encaminhado não indica o CNPJ das entidades representadas, conforme previsão do art. 114, §4º da Portaria.</p> <p><u>Assim, para prosseguimento do Processo, a Entidade deve encaminhar cópia do comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ de cada entidade representada.</u></p> <p><b>Observação 1:</b> poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p><b>Observação 2:</b> os dirigentes da entidade interessada e os representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p> <p><b>Observação 3:</b> o relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), <u>com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.</u></p>

4. Consultou-se o sítio da Justiça Estadual de Minas Gerais e não foi possível emitir a certidão negativa criminal, de 1ª instância, relativa ao **Presidente, Sr. Cláudio Luís Resende**.

5. Dessa forma, caso a Entidade opte em manter o(s) diretor(es) deve encaminhar a(s) respectiva(s) certidão(ões) negativa(s) ou comprovar adequadamente o cumprimento da pena e extinção da punibilidade, o que somente poderá ser feito por documento oficial emitido pelo Poder Judiciário.

6. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

7. Salienta-se que esta solicitação será a **última** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, a o **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, na forma do que determina o art. 130, § 4º c/c art. 132, inciso II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

---

## CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

9. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. **Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.**

10. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

11. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista**, em 19/10/2018, às 15:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 22/10/2018, às 17:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3480762** e o código CRC **810D0EAD**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.015342/2014-51

SEI nº 3480762





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 41894/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

CLÁUDIO LUÍS RESENDE

Representante Legal da Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional E Cultural de Resende Costa (CNPJ nº 02.412.405/0001-62)

Praça Nossa Senhora de Fátima, 154 - Centro

36.340-000 / Resende Costa - MG

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.015342/2014-51.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 23431/2018/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.

3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

4. Além disso, na resposta a esta notificação, solicito que sejam **indicados o número do processo em referência e o deste Ofício**, a fim de viabilizar o trâmite neste Órgão.

5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html)

6. Por fim, esclareço que a Entidade deve manter o endereço de correspondência sempre atualizado e que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 22/10/2018, às 17:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3480764** e o código CRC **6F9194D4**.

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 41894/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.015342/2014-51 - Nº SEI: 3480764

**Data de Envio:**

29/10/2018 10:38:50

**De:**

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

**Para:**

SDS@MGCONECTA.COM.BR  
casanova@mgconecta.com.br  
peluzi@terra.com.br

**Assunto:**

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 53900.015342/2014-51

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_3480764.html  
Nota\_Tecnica\_3480762.html



\*\*\*\*\*  
\* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S \*  
\*\*\*\*\*

Nome: CLAUDIO LUIS RESENDE

Registro Geral: MG - 2629286

Nome do Pai: AFONSO DE RESENDE

Nome da Mãe: CLEUSA RESENDE

Data de Nascimento: 05/12/1964

Naturalidade: RESENDE COSTA / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA

ATESTO que, nos termos do parágrafo único do art. 20 do Código de Processo Penal, em pesquisa realizada nesta data, às 12 h. 58 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, nenhum registro de antecedente criminal foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Belo Horizonte, 06/11/2018

Autoridade Policial:



JACQUELINE DE OLIVEIRA FERRAZ  
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 17359282

Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: <https://www.pc.mg.gov.br/atestado>
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]

## RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ACRADATEC-RC

De acordo com as disposições estabelecidas pelo Ministério das Comunicações e de acordo com as normas estatutárias, o presente conselho vem apresentar seu relatório anual sobre o trabalho desenvolvido pela Associação Comunitário de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa - ACRADATEC-RC. Dentro das avaliações do Conselho Comunitário, verifica-se que a ACRADATEC-RC tem cumprido seu papel. Tem proporcionado ao município informação, entretenimento, promoção cultural além de ser um espaço de debate e envolvimento social.

Entende-se que a Associação se tornou um veículo de informação indispensável para Resende Costa, diminuindo as distâncias e promovendo conhecimento. Tem uma programação bem variada e atende a todos os seguimentos sem distinção.

Para maior transparência, segue anexo, a este documento, grade de programação apresentada pela Rádio Inconfidentes FM (ACRADATEC-RC) de segunda a domingo, bem como seus respectivos horários.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

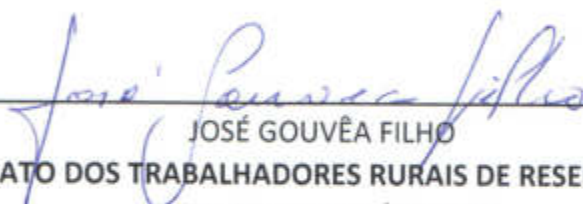
Resende Costa, 06 de novembro de 2018.



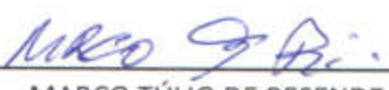
LUÍS CLÁUDIO DOS REIS  
MOVIMENTO FAMILIAR CRISTÃO - MFC  
CNPJ: 20.313.441/001-50



FRANCISCO ANTÔNIO DE RESENDE  
ENCONTRO DE CASAIS EM CRISTO - ECC  
PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA PENHA DE FRANÇA  
CNPJ: 07.344.531/0001-40

  
\_\_\_\_\_  
JOSÉ GOUVÊA FILHO  
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE RESENDE COSTA  
CNPJ: 08.189.121/0001-35

  
\_\_\_\_\_  
EDÉSIO DE LARA MELO  
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CULTURA DE RESENDE COSTA - AMIRCO  
CNPJ: 07.268.413/0001-09

  
\_\_\_\_\_  
MARCO TÚLIO DE RESENDE  
ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE PISCICULTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR - ARPAF  
CNPJ: 08.880.419/0001-97



PODER JUDICIÁRIO - TJMG  
CORREGEDORIA - GERAL DE JUSTIÇA  
Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e  
Tutelas - Sede - MG  
Selo Digital: CJE43368 - Cod. Seg.  
7613.1088.1240.3482 - Cod. e Quantidade do(s) ato(s)  
Praticado(s): 1 (7901), 1 (7802) - Emol.: R\$ 35,83 -  
Tx. Judic.: R\$ 6,76 - Total: R\$ 42,59  
Consulte a validade no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOMES	CPF
AFONSO CAMILO DE MAGALHÃES //	010.715.548-67 //
MARIA GORETTI PINTO MAGALHÃES //	472.457.006-72 //

MATRÍCULA:  
0424570155 1981 2 00014 266 0000333 06

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIROS, DATAS DE NASCIMENTO, NATURALIDADE, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CONJUGES

AFONSO CAMILO DE MAGALHÃES, nascido aos 05/12/1957, natural de Resende Costa - Estado de Minas Gerais, Brasileira, filho de JOAQUIM MENDONÇA MAGALHÃES e ADOLFINA RESENDE MAGALHÃES. //

MARIA GORETTI PINTO, nascida aos 15/05/1957, natural de Resende Costa - Estado de Minas Gerais, Brasileira, filha de GERALDO ACÁCIO PINTO e SEMIDA MARIA PINTO. //

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO)	DIA MÊS ANO
vinte e seis de dezembro de mil novecentos e oitenta e um //	26/12/1981 //

REGIME DE BENS DO CASAMENTO  
COMUNHÃO DE BENS //

NOME QUE CADA UM DOS CONJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)  
O MESMO NOME DE SOLTEIRO e MARIA GORETTI PINTO MAGALHÃES //

AVERBAÇÕES/NOTAÇÕES À ACRESCEER  
Pacto Antenupcial lavrado aos 16/11/1981, no 1º Tabelionato de Notas desta Comarca de Resende Costa-Estado de Minas Gerais, no Livro nº 01, fls. 053. //

O(s) número(s) do(s) CPF/MF do(a) contraente(s) foi(ram) incluído(s) conforme Provimento nº. 63 de 14/11/2017 do Conselho Nacional de Justiça. //

AFONSO CAMILO DE MAGALHÃES //	MARIA GORETTI PINTO MAGALHÃES //
RG	RG
Nº --- Exp. em: --- Órgão Exp. ---	Nº --- Exp. em: --- Órgão Exp. ---
PIS/NIS	PIS/NIS
Nº ---	Nº ---
Passaporte	Passaporte
Nº ---	Nº ---
Cartão Nacional de saúde	Cartão Nacional de saúde
Nº ---	Nº ---
Título de Eleitor	Título de Eleitor
Nº --- Zona/Seção: ---	Nº --- Zona/Seção: ---
Município: ---	Município: ---
CEP Residencial: ---	CEP Residencial: ---
Grupo Sanguíneo: ---	Grupo Sanguíneo: ---

- As anotações de cadastro acima não dispensam a parte interessada de apresentação do documento original, quando exigido pelo órgão solicitante ou quando necessário para identificação de seu portador

Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas -  
Sede

Oficial: Sabrina de Castro Rocha Roscoe  
Rua Gonçalves Pinto, nº. 188 - Centro  
Resende Costa-MG. (032) 3354-1241  
[rcpnresendecosta@hotmail.com](mailto:rcpnresendecosta@hotmail.com)

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
Resende Costa-MG, 01 de novembro de 2018.

Assinatura do Oficial/Substituto

Ana Patrícia Resende Fernandes

Escrevente



TJMG - COMARCA DE RESENDE COSTA

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURIDICA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA PENAL nesta comarca, até a presente data, NADA HAVER E/OU TER HAVIDO CONTRA:

CLAUDIO LUIS RESENDE

CPF: 58424521687 RG: 2629286/MG

NASCIMENTO:05/12/1964 ESTADO CIVIL:Casado

PAI: AFONSO DE RESENDE

MÃE: CLEUSA RESENDE

ENDEREÇO: Rua PADRE JOAQUIM CARLOS 264 CENTRO

RESENDE COSTA/MG CEP:36340000

RESENDE COSTA, 06 de NOVEMBRO de 2018 - 12:04:52

  
ELIETE MARIA AVILA RODRIGUES  
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

FÓRUM DES. MELLO JÚNIOR  
PQ. PROFESSORA ROSA PENIDO,7 BAIRRO: CENTRO CEP: 36340000  
RESENDE COSTA - MINAS GERAIS



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>07.344.531/0001-40</b>		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA <b>20/04/2005</b>	
NOME EMPRESARIAL <b>PAROQUIA NOSSA SENHORA DA PENHA DE FRANCA</b>					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>PARQUIA NOSSA SENHORA DA PENHA DE FRANA</b>					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>91.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas</b>					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIAÇÃO</b>					
LOGRADOURO <b>PRACA CONEGO CARDOSO</b>		NÚMERO <b>61</b>		COMPLEMENTO	
CEP <b>36.340-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>RESENDE COSTA</b>	MUNICÍPIO <b>RESENDE COSTA</b>			UF <b>MG</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>20/04/2005</b>	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	



# Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 07.268.413/0001-09 MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA 16/03/2005
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS AMIGOS DA CULTURA DE RESENDE COSTA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AMIRCO			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV PREF OCACYR ALVES DE ANDRADE	NÚMERO SN	COMPLEMENTO CASA DE CULTURA	
CEP 36.340-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO RESENDE COSTA	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/03/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 30/10/2018 às 08:24:31 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página  
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)

# Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NUMERO DE INSCRIÇÃO <b>08.189.121/0001-35</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>25/07/2006</b>
NOME EMPRESARIAL <b>SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE RESENDE COSTA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.20-1-00 - Atividades de organizações sindicais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>313-1 - Entidade Sindical</b>			
LOGRADOURO <b>PC NOSSA SENHORA DE FATIMA</b>	NUMERO <b>S/N</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>36.340-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>RESENDE COSTA</b>	UF <b>MG</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>STTRDERESENDECOSTA@YAHOO.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(32) 3354-1945</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>25/07/2006</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **30/10/2018** às **08:21:32** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página  
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)

# Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

## Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NUMERO DE INSCRIÇÃO <b>08.880.419/0001-97</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>01/06/2007</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO REGIONAL DE PISCICULTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>R CORONEL SOUSA MAIA</b>	NUMERO <b>139</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>36.340-000</b>	BARRIO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>RESENDE COSTA</b>	UF <b>MG</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>casanova@mgconecta.com.br</b>		TELEFONE <b>(32) 3354-1255</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>01/06/2007</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **30/10/2018** às **08:25:30** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página  
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Atualize sua página](#)





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 20.313.441/0001-50 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 28/03/1984	
NOME EMPRESARIAL MOVIMENTO FAMILIAR CRISTAO					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) M F C				PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada					
LOGRADOURO R GEN JOSE VENTURA PINTO		NÚMERO 153		COMPLEMENTO	
CEP 36.300-195	BAIRRO/DISTRITO MATOSINHOS	MUNICÍPIO SAO JOAO DEL REI		UF MG	
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/1998			
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****			

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 06/11/2018 às 10:23:58 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

João

Alvaro Andrade  
Solange Rende Aguiar

Dulce Neia S. O.

Milton M. O.

Segundo V. O.

De Belém

Ata de reunião da diretoria do MFC de  
Belém - Pará. M6. Lançado São Nossa Senhora  
Jesus Cristo. Aos Dez dias do mês de  
Abril do ano de 2018 às 19:30 horas

Reuniram-se os membros da diretoria  
para uma reunião regulamentar. Com a  
presença de membros e Conselho  
Coordenador Local e Solange seu início a  
reunião com os seguintes costumes.

Local de a palavra livre, falamos sobre  
o encanto de Neiva. A comemoração  
não ficou marcada para o dia 15 de  
maio e vai cobrar R\$ 5,00 mais por pessoa.  
Ficou combinado também que o MFC irá  
pagar toda a dívida ao MFC estadual.  
Falamos também sobre a festa junina.

Encerramos a reunião com uma  
oração. Eu Mateus secretário redigi esta  
ata após ver lida e aprovada será assinada.

Mateus Silva, Guedes José Brito

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O  
DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E  
CULTURAL DE RESENDE COSTA/MG – ACRADATEC/RC  
CNPJ: 02.412.405/0001-62**

---

Resende Costa, 06 de novembro de 2018.

Ofício 021/Diretoria/Acradatec-rc

A Sua Excelência  
*Dra. Vilma de Fátima Alverenga Fanis*  
*Coordenador Geral de Radiodifusão Comunitária*  
Brasília-DF

**REFERÊNCIA: Processo 53900.015342/2014-51**

**Assunto: Encaminha documentos solicitados em Ofício 41894/2018/SEI-MCTIC**

Prezado Senhora,

Com nossa cordial visita, vimos por meio deste, encaminhar documentos, em atendimento às solicitações inscritas no ofício acima referenciado.

Oportunamente, rogamos pelo recebimento e nos colocamos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Atenciosamente



Cláudio Luís Resende  
Presidente

**\* Em tempo - Nº SEI: 3480764**




[Menu Principal](#)

BOA TARDE  
**LUIS FELIPE SOUZA DA SILVA**  
 Sistemas Interativos

[SRD](#) » [RADCOM](#) » [Consultas](#) » [Geral](#) | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

## Consulta Geral - RADCOM

### Identificação do Pedido RADCOM

**UF:** MG  
**Município:** Resende Costa  
**Canal:** 200  
**Fase:** 3

**Distrito:**  
**Sub Distrito:**  
**Local Especifico:**

### Dados da Entidade

**Entidade:** ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO P/ DESENV. ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULT. DE RESENDE COSTA-MG-ACRADATEC-RC  
**Nome Fantasia:** RÁDIO INCONFIDENTES FM  
**Logradouro:** Praça Nossa Senhora de Fátima  
**Telefone:** (32) 33542194  
**Situação:** Entidade não possui débitos

**CNPJ:** 02.412.405/0001-62  
**Bairro:** CENTRO  
**Número:** 154  
**Fax:** Não Informado

### ☐ Dados da Outorga

#### Dados da Entidade

**CNPJ:**

**Razão Social:** ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO P/ DESENV. ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULT. DE RESENDE COSTA-MG-ACRADATEC-RC

**Tipo de Usuário:** Integral

#### Endereço Sede

**País:** Brasil  
**Número do CEP:** 36340000  
**Número:** 154  
**Município:** Resende Costa  
**Telefone:** 32 33542194  
**Logradouro:** Praça Nossa Senhora de Fátima  
**Complemento:**  
**Distrito:**  
**Bairro:** CENTRO  
**SubDistrito:**  
**Estado:** MG  
**Fax:**

#### Endereço de Correspondência

**País:** Brasil  
**Número do CEP:** 36340000  
**Número:** 35 C  
**Município:** Resende Costa  
**Logradouro:** RUA GONÇALVES PINTO  
**Complemento:**  
**Distrito:**  
**Bairro:** CENTRO  
**SubDistrito:**  
**Estado:** MG  
**Telefone:**    
**Fax:**    
**E-mail:**

### Dados da Outorga

**Data Publicação Contrato/Convênio:**   
**Número do Processo:**   
**Caixa:**   
**Data Limite Instalação:**   
**Fistel:**   
**Sequência:**

### ☐ Documentos Emitidos

#### Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="1736"/>	<input type="text" value="Portaria"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="02/09/2002"/>	<input type="text" value="10/09/2002"/>	Autoriza Executar Serviço	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="36073"/>	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="SCM"/>	<input type="text" value="19/05/2003"/>	<input type="text" value="20/05/2003"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<input type="text" value="Téc."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="459"/>	<input type="text" value="Decreto Legislativo"/>	<input type="text" value="CN"/>	<input type="text" value="13/08/2004"/>	<input type="text" value="16/08/2004"/>	Deliber. do C. Nacional	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="46480"/>	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="SCM"/>	<input type="text" value="08/09/2004"/>	<input type="text" value="09/09/2004"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<input type="text" value="Téc."/>

### ☐ Característica da Estação Instalada

## » Endereços

☐ Estação Transmissora

## Endereço

País: Brasil  
Cep: 36340000  
Número: S/N  
Município: Resende Costa

Logradouro: PRAÇA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA  
Complemento:  
Distrito:  
Bairro: CENTRO  
SubDistrito:

UF: MG

## Coordenadas Geográficas do Município

Município: Latitude: 20S550156

Longitude: 44W142651

Raio: 28

## Coordenadas Geográficas Estação

Latitude: 20S553300

Longitude: 44W143000

Distância ao Centro  
do Município: Km

Azimute: (Azimute da estação transmissora em relação ao centro da localidade.)

## Informações da Estação

Cota Base Torre: m

Raio da Área de  
Serviço: km☐ Estúdio Principal

País: Brasil  
Cep: 36340000  
Número: S/N  
Município: Resende Costa

Logradouro: PRAÇA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA  
Complemento:  
Distrito:  
Bairro: CENTRO  
SubDistrito:

UF: MG

## » Estação Principal

☐ Antena Principal

Fabricante: IDEAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ANTENAS LTDA

Modelo: PTB 5/8

Ganho: dBd

Polarização: Vertical

Orient. NV: graus

Beam-Tilt: graus

Preenchimento de  
nulos: (%)

HCI: 8 metros

Descrição:

PLANO TERRA

Máximo: 200 Digitados: 11

☐ Transmissor PrincipalCódigo  
Equipamento: 006800300528 ☒ Ex.: (Produto)(Ano)(Solicitante)(Fabricante)

Potência: 25 W

Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda

Modelo: SP5025

Validade:

Potência  
Equipamento: WOBS.: Para consultar produtos, [Clique Aqui](#).☐ Linha Transmissão

Fabricante: CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTDA

Modelo:

Impedância: ohms

Comprimento: m

Atenuação: dB/100m

## » Potência Efetiva Irradiada

☐ Potência Irradiada

ERP<sub>MAX</sub>(P<sub>T</sub> x G x  W Ex.: 1234,5678  
E<sub>F</sub>):

### » Número do Processo e Observações Gerais

#### ☐ Num. Processo/Observações

Num. do Processo da Portaria:  .  /  Ex.: 53521.000235/2003

Num. do Processo do Ato de RF:  .  /  Ex.:

Observação:



Este campo será apresentado nas observações da Licença.

Máximo: 200 Digitados: 0

#### ☐ Dados do Licenciamento

##### Dados da Estação

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO P/ DESENV. ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULT. DE RESENDE COSTA-MG-ACRADATEC-RC - CNPJ/CPF(02.412.405/0001-62)

Situação: [Entidade não possui débitos](#)

Município/UF: RESENDE COSTA/MG

Canal: 200

Indicativo: ZYT451

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

X



## DESPACHO

Processo nº: **53900.015342/2014-51**.

Assunto: **Processo tecnicamente instruído.**

1. Informo que o processo nº 53900.015342/2014-51, de interesse da **Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa**, entidade que requer renovação da autorização do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Resende Costa / MG**, encontra-se tecnicamente instruído, uma vez que os endereços indicados no requerimento de renovação conferem com os cadastrados no Sistema de Controle de Radiodifusão (SRD) da Agência Nacional de Telecomunicações (3963582).
2. Encaminhem-se os autos para análise dos demais documentos.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Souza da Silva, Analista**, em 12/03/2019, às 15:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3963589** e o código CRC **688B2698**.

### Minutas e Anexos

Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD (3963582)

**Referência:** Processo nº 53900.015342/2014-51

SEI nº 3963589



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO COM.DE RD.P/DESENV.ART, EDUC.E CULT. DE RESENDE

**CNPJ:** 02.412.405/0001-62

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:28:49 do dia 14/03/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/04/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 02412405/0001-62  
**Razão Social:** ASSOC COMUNIT DE RAD P DES ART ED CULT DE RES COSTA  
**Nome Fantasia:** AGRADATEC RC  
**Endereço:** PC NOSSA SENHORA DE FATIMA SN / CENTRO / RESENDE COSTA /  
MG / 36340-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 27/02/2019 a 28/03/2019

**Certificação Número:** 2019022703563695853734

Informação obtida em 14/03/2019, às 16:29:43.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO PARA DESENVOLVIMENTO ARTISTICO EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG**  
**CNPJ: 02.412.405/0001-62**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

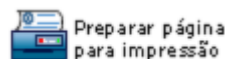
Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 16:30:28 do dia 14/03/2019 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 10/09/2019.

Código de controle da certidão: **ABE5.20C4.2E4A.B2D1**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO PARA DESENVOLVIMENTO ARTISTICO EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.412.405/0001-62

Certidão nº: 169176957/2019

Expedição: 14/03/2019, às 16:31:10

Validade: 09/09/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO PARA DESENVOLVIMENTO ARTISTICO EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA-MG (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.412.405/0001-62**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Processo nº 53900.015342/2014-51

Localidade: Resende Costa/MG

Entidade: Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa

CNPJ 02.412.405/0001-62

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 01 (0126405).

1.1) Data de postagem / Protocolo no SEI: 04/09/2014.

1.2) Tempestividade: Abrangida pela Lei 13.424/2017 (art. 6-B, §6º).

1.3) Novo requerimento assinado por todos os dirigentes: fls. 01/3 (Petição 3120026 – Processo 01250.037158/2018-93).

2) Declaração de conformidade: fl. 03 (0126405);

3) Estatuto Social: Fls. 03 a 15 (Petição 3120028 – Processo 01250.037158/2018-93) – registrado.

3.1) Adequação à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 3, h;

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 7, §único;

c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 6, §único;

d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 8, c;

e) Órgão administrativo e cargos: art. 17;

f) Atribuições do Órgão administrativo: art. 20 a 25;

g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 17 (4 anos) – alteração fl. 39;

h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 19 e 26;

3.2) Adequação ao Código Civil:

a) Denominação: art. 1;

b) Fins: art. 3; 5;

c) Sede: art. 2;

d) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: art. 6, §único; 7; 10; 12; 29;

e) Direitos dos associados: art. 8;

f) Deveres dos associados: art. 9;

g) Fontes de recursos para sua manutenção: art. 27; 28;

h) Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos: art. 15;

i) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: art. 15, §8º; 27, §2º;

j) Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: art. 16, a;

k) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa: art. 29;

l) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral e quórum para as deliberações relativas a esses assuntos: art. 15, §8º; 16;

m) Critérios de eleição dos administradores: art. 18;

n) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: art. 15, §6º;

o) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: art. 27, §2º.

4) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 36 (2201215) – registrada.

Mandato de 14/03/2017 a 14/03/2021.

Presidente: Cláudio Luís Resende

Vice-Presidente: Afonso Camilo de Magalhães

1º Secretário: Adenor Amadeu Resende Coelho

2º Secretário: Érica Deliane de Andrade

1º Tesoureiro: Eustáquio Peluzi Chaves  
2º Tesoureiro: Domingos Sávio Pinto  
Diretor Comunitário: André Eustáquio Melo de Oliveira  
Vice-Diretor Comunitário: Camilo de Sousa Vale

5) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 24 a 35 (2201215); fls. 01 a 10 (Petição 3120027 – Processo 01250.037158/2018-93); Evento SEI 3550890.

6) CNPJ: Evento SEI 3042521 – Ativa.

7) Certidão Negativa da Anatel: Evento SEI 3972179 – Negativa.

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 16 a 23 (2201215); Eventos 3550889 e 3550892.

9) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): Certidão FGTS 3972296 – Regular.

10) Certidão expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal: Certidão RFB 3972337 – Negativa.

11) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho: Certidão TST 3972361 – Negativa.

12) Certidões Justiça Federal e Estadual: Após consulta ao sítio do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Tribunal de Justiça de Minas Gerais e da respectiva Seção/Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes, não foram encontradas irregularidades.

### \*\*\*PENDÊNCIAS:

07/06/2018 - Após análise da documentação encaminhada, verificou-se que o Sr. Adenor Amadeu Resende Coelho foi membro de diretório do PSDB, no período de 09/05/2015 a 19/04/2017, conforme certidão 2584426, o que configura vínculo político. No entanto, haja vista o término do mandato, o vínculo indicado foi desfeito.

Por essa razão, tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso III da Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 9/4/2018, que alterou a Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, será retomada a análise do processo a fim de se verificar a viabilidade do deferimento da renovação da outorga.

Dito isso, a entidade será notificada a cumprir o disposto a seguir:

- a) **Estatuto Social:** Adequação ao Código Civil – Não está prevista a Forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas; Não consta cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa; Não constam as Condições de extinção da entidade;
- b) Encaminhar novo Requerimento de acordo com o anexo 5 da Portaria;
- c) Encaminhar documentos que comprovam a nacionalidade/maioridade do Vice-Presidente e 2ª Secretária;

19/10/2018 – Após análise dos autos a entidade foi notificada, pela segunda vez, a cumprir pendências, conforme comunicado por meio da Nota Técnica nº 13212/2018/SEI-MCTIC. Em resposta, a Radiodifusora apresentou, parcialmente, os documentos solicitados.

Assim, após análise da documentação apresentada e tendo em vista a alteração da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, introduzida pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da

União em 09/04/2018, que concede à interessada o máximo de três oportunidades para o cumprimento de exigências, conforme o previsto no art. 130, §3º e §4º, será concedido a terceira e última oportunidade para o cumprimento das pendências a seguir:

- a) Encaminhar comprovante de nacionalidade/maioridade do Vice-Presidente, tendo em vista que o documento apresentado (CNH) não cumpre exigência;
- b) No Relatório do Conselho Comunitário encaminhado não contém o CNPJ das entidades representadas;
- c) Certidões Justiça Federal e Estadual: Consultou-se o sítio da Justiça Estadual de Minas Gerais e não foi possível emitir a certidão negativa criminal, de 1ª instância, relativa ao **Presidente, Sr. Cláudio Luís Resende**.

**14/03/2019** – A entidade atendeu a contento às exigências impostas. Processo tecnicamente instruído.

OBS: Certidões Justiça Estadual: Após consulta ao sítio do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a entidade foi notificada a apresentar certidão negativa criminal relativa ao Presidente, Cláudio Luís Resende. Em resposta, prestou os esclarecimentos necessários (evento SEI 3550891).

### \*\*\*CONCLUSÕES:

- Após consulta ao sítio da Anatel, constatou-se a inexistência de débitos.
- A entidade não possui vínculos.
- Após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal e da respectiva Seção e Subseção Judiciária e do Tribunal de Justiça do domicílio dos dirigentes, embora tenham sido encontrados registros de ações distribuídas, a Entidade prestou os esclarecimentos necessários, de forma que pode ser dado prosseguimento à renovação da outorga.
- Processo instruído.
- Será elaborado e-mail solicitando informações à CGFI acerca de processos de apuração de infração em andamento ou já concluídos.

CARGO	NOME	D. NASC.	CPF	RG	FILIAÇÃO	TÍTULO	PARTIDO	OBS
Presidente	Cláudio Luís Resende	05/12/1964	504.245.216-87	2629286	Afonso de Resende e Cleusa Resende	0587.1406.0256	PDT	
Vice-Presidente	Afonso Camilo de Magalhães	05/12/1957	010.715.548-67	1308758	Joaquim Mendonça Magalhães e Adolfina Resende Magalhães	1407.6736.0132	PT	
1º Secretário	Adenor Amadeu Resende Coelho	10/8/1952	194.410.616-20	1016607	Adenor de Assis Coelho e Olga Resende Lara Coelho	0081.3759.0256	PSDB	
2ª Secretária	Érica Deliane de Andrade	29/1/1986	090.160.126-80	15200960	Joaquim Lourenço de Andrade e Tânia de Fátima Silva de Andrade	1692.2835.0256	Não	
1º Tesoureiro	Eustáquio Peluzi Chaves	10/5/1972	876.161.736-91	6070741	Tarcísio Chaves de Mendonça e Maria de Lourdes Peluzi Chaves	0921.1734.0213	Não	
2º Tesoureiro	Domingos Sávio Pinto	11/6/1953	119.488.506-30	04520506	Geraldo Magela de Assis e Maria da Conceição de Lourdes	0587.1164.0230	Não	
Diretor Comunitário	André Eustáquio Melo de Oliveira	09/7/1980	044.998.226-29	11947184	Geraldo Maia de Oliveira e Ana Regina Melo de Oliveira	1200.7303.0205	Não	
Vice-Diretor Comunitário	Camilo de Sousa Vale	31/12/1956	281.564.476-20	1572339	Sebastião Rodrigues Vale e Maria de Sousa Vale	0106.6258.0281	Não	



**Data de Envio:**

14/03/2019 17:19:38

**De:**

MCTIC/Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária <cgrc.sei@mctic.gov.br>

**Para:**

Lilian <lilian.misquita@mctic.gov.br>

leandro.lima@mctic.gov.br

**Assunto:**

Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga

**Mensagem:**

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO-DIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de RESENDE COSTA / MG (processo nº 53900.015342/2014-51), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,


Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária.

Zimbra

natalia.froemming@mctic.gov.br

**Re: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga****De :** Lilian Magalhaes de Misquita Vieira  
<lilian.misquita@mctic.gov.br>

Sex, 15 de mar de 2019 15:23

 1 anexo**Assunto :** Re: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga**Para :** MCTIC <cgrc.sei@mctic.gov.br>

À Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária – CGRC

Em atenção ao e-mail, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	53900.053228/2015	<ul style="list-style-type: none"><li>• Em trâmite;</li><li>• Processo em fase de apuração de possível irregularidade;</li></ul>
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	-	NADA CONSTA

\* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão

**De:** "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>**Para:** "lilian misquita" <lilian.misquita@mctic.gov.br>, "Leandro Pedro de Lima" <leandro.lima@mctic.gov.br>**Enviadas:** Quinta-feira, 14 de março de 2019 17:19:39**Assunto:** Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de RESENDE COSTA / MG (processo nº 53900.015342/2014-51), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária.

--

**Lilian Magalhães de Misquita Vieira**

**SEDEG/CGFI/DECEF/SERAD-MCTIC**

Ramal: 6811

MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



**SRD - RESENDE COSTA.pdf**

228 KB

---




[Menu Principal](#)

Sistemas Interativos

[SRD](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

## Consulta Geral - RADCOM

### Identificação do Pedido RADCOM

**UF:** MG  
**Município:** Resende Costa  
**Canal:** 200  
**Fase:** 3

**Distrito:**  
**Sub Distrito:**  
**Local Especifico:**

### Dados da Entidade

**Entidade:** ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO P/ DESENV. ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULT. DE RESENDE COSTA-MG-ACRDATEC-RC  
**Nome Fantasia:** RÁDIO INCONFIDENTES FM  
**Logradouro:** Praça Nossa Senhora de Fátima  
**Telefone:** (32) 33542194  
**Situação:** Entidade não possui débitos

**CNPJ:** 02.412.405/0001-62  
**Bairro:** CENTRO  
**Número:** 154  
**Fax:** Não Informado

### Dados da Outorga

#### Dados da Entidade

**CNPJ:** 02412405000162

**Razão Social:** ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO P/ DESENV. ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULT. DE RESENDE COSTA-MG-ACRDATEC-RC

**Tipo de Usuário:** Integral

#### Endereço Sede

**País:** Brasil  
**Número do CEP:** 36340000  
**Número:** 154  
**Município:** Resende Costa  
**Telefone:** 32 33542194  
**Logradouro:** Praça Nossa Senhora de Fátima  
**Complemento:**  
**Bairro:** CENTRO  
**Estado:** MG  
**Distrito:**  
**SubDistrito:**  
**Fax:**

#### Endereço de Correspondência

**País:** Brasil  
**Número do CEP:** 36340000  
**Número:** 35 C  
**Município:** Resende Costa  
**Logradouro:** RUA GONÇALVES PINTO  
**Complemento:**  
**Bairro:** CENTRO  
**Estado:** MG  
**Distrito:**  
**SubDistrito:**  
**Telefone:**    
**Fax:**    
**E-mail:**

### Dados da Outorga

**Data Publicação Contrato/Convênio:** 16/08/2004

**Data Limite Instalação:**

**Número do Processo:** 537100004331999

**Fistel:** 50012581976

**Caixa:**

**Sequência:**

### Documentos Emitidos

#### Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	1736	Portaria	MC	02/09/2002	10/09/2002	Autoriza Executar Serviço	Jur.
<input type="text"/>	36073	ATO	SCM	19/05/2003	20/05/2003	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
<input type="text"/>	459	Decreto Legislativo	CN	13/08/2004	16/08/2004	Deliber. do C.	Jur.

Nacional

Autoriza o Uso  
de  
Radiofrequência  
de RADCOM 46480 ATO SCM 08/09/2004 09/09/2004 Téc. ▼

## + Característica da Estação Instalada

## - Dados do Licenciamento

## Dados da Estação

**Entidade:** ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO P/ DESENV. ARTÍSTICO,  
EDUCACIONAL E CULT. DE RESENDE COSTA-MG-ACRADATEC-RC - CNPJ/CPF  
(02.412.405/0001-62)**Município/UF:** RESENDE COSTA/MG**Indicativo:** ZYT451**Situação:** Entidade não  
possui débitos**Canal:** 200**Dia Início****Dia Fim****Hora Início****Hora Fim****X**

Domingo ▼

Sábado ▼

06:00 ▼

24:00 ▼

X



Tela Inicial



Imprimir

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 02412405/0001-62  
**Razão Social:** ASSOC COMUNIT DE RAD P DES ART ED CULT DE RES COSTA  
**Nome Fantasia:** AGRADATEC RC  
**Endereço:** PC NOSSA SENHORA DE FATIMA SN / CENTRO / RESENDE COSTA /  
MG / 36340-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 18/03/2019 a 16/04/2019

**Certificação Número:** 2019031802072400593102

Informação obtida em 04/04/2019, às 17:02:17.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



HENSA-FARMA S/A INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA  
1.01022-1  
VITEX AGNUS - CASTUS L.  
1201034 FITOTERÁPICO SIMPLES  
UTERIN 25351.001028/02-69 09/2007  
Comercial 1.1022.0008.001-4 24 MESES  
40 MG CAP GEL DURA CT 3 BL AL PLAS INC X 10  
122 REGISTRO DE MEDICAMENTO FITOTERÁPICO TRADI-  
CIONAL  
INDÚSTRIA FARMACÊUTICA SANTA TEREZINHA LTDA-ME  
1.01570-4  
EUCALIPTUS GLOBULUS  
1201034 FITOTERÁPICO SIMPLES  
XAROPÉ DE EUCALIPTO E MEL STª T. 25024.003238/94-  
09/2007  
Comercial 1.1570.0030.001-8 36 MESES  
0,1 ML/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML  
122 REGISTRO DE MEDICAMENTO FITOTERÁPICO TRADI-  
CIONAL  
Comercial 1.1570.0030.002-6 36 MESES  
0,1 ML/ML XPE CT FR VD AMB X 240 ML  
142 RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO TRADI-  
CIONAL  
LABORATÓRIO AMERICANO DE FARMACOTERAPIA S.A.  
1.00394-0  
ITRACONAZOL  
0704008 ANTIMICOTICO  
TRANAZOL 25000.012124/96-11 03/2007  
Comercial 1.0394.0443.001-6 24 MESES  
100 MG CAP GEL MICROG CT BL AL PLAS INC X 4  
142 RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMI-  
LAR  
104 ALTERAÇÃO DE REGISTRO POR MODIFICAÇÃO DE EX-  
CIPIENT  
Comercial 1.0394.0443.002-4 24 MESES  
100 MG CAP GEL MICROG CT BL AL PLAS INC X 10  
142 RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMI-  
LAR  
104 ALTERAÇÃO DE REGISTRO POR MODIFICAÇÃO DE EX-  
CIPIENT  
Comercial 1.0394.0443.003-2 24 MESES  
100 MG CAP GEL MICROG CT BL AL PLAS INC X 15  
142 RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMI-  
LAR  
104 ALTERAÇÃO DE REGISTRO POR MODIFICAÇÃO DE EX-  
CIPIENT  
Comercial 1.0394.0443.004-0 24 MESES  
100 MG CAP GEL MICROG CT 2 BL AL PLAS INC X 5  
142 RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMI-  
LAR  
104 ALTERAÇÃO DE REGISTRO POR MODIFICAÇÃO DE EX-  
CIPIENT  
Comercial 1.0394.0443.005-9 24 MESES  
100 MG CAP GEL MICROG CT 3 BL AL PLAS INC X 5  
142 RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMI-  
LAR  
104 ALTERAÇÃO DE REGISTRO POR MODIFICAÇÃO DE EX-  
CIPIENT  
Comercial 1.0394.0443.006-7 24 MESES  
100 MG CAP GEL MICROG CT FR PLAS OPC X 4  
111 REGISTRO DE NOVO ACONDICIONAMENTO  
Comercial 1.0394.0443.007-5 24 MESES  
100 MG CAP GEL MICROG CT FR PLAS OPC X 10  
111 REGISTRO DE NOVO ACONDICIONAMENTO  
Comercial 1.0394.0443.008-3 24 MESES  
100 MG CAP GEL MICROG CT FR PLAS OPC X 15  
111 REGISTRO DE NOVO ACONDICIONAMENTO  
LABORATORIO TEUTO BRASILEIRO LTDA 1.00370-7  
CETOCONAZOL  
0704024 ANTIMICOTICOS PARA USO TOPICO  
LOZAN 25000.021775/95-39 12/2006  
Comercial 1.0370.0162.001-5 24 MESES  
20 MG/G CREM DERM CT BG AL X 30 G  
104 ALTERAÇÃO DE REGISTRO POR MODIFICAÇÃO DE EX-  
CIPIENT  
LIBRA PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA. 1.02069-1  
ACICLOVIR  
0703011 ANTIVIROTICOS (INIBE REPLICACAO VIOTICA)  
VIRULAX 25025.003013/94- 02/2002  
Comercial 1.2069.0012.001-8 60 MESES  
250 MG PO LIOF CT FA VD AMB  
140 CADUCIDADE DE REGISTRO DO MEDICAMENTO  
ORGANON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.  
1.00171-1  
DESOGESTREL + ETINILETRADIOL  
0502014 ANTICONCEPCIONAIS  
LAURINA 25351.000124/00-55 09/2006  
Comercial 1.0171.0099.001-0 36 MESES  
50 +35 MCG 7 COM REV + 100 +30 MCG 7 COM REV +150 + 30  
MCG 7 COM REV  
CT 03 ENV BL AL PLAS INC X 21  
138 ALTERAÇÃO NO TEXTO DE BULA  
Comercial 1.0171.0099.002-9 36 MESES  
50 +35 MCG 7 COM REV + 100 +30 MCG 7 COM REV +150 + 30  
MCG 7 COM REV  
CT 03 ENV BL AL PLAS INC X 21  
138 ALTERAÇÃO NO TEXTO DE BULA  
SOCIEDADE FARMACÊUTICA HENFER LTDA. 1.01033-1  
MELOXICAM  
1101013 ANTINFAMATORIOS  
MELOPAXCAN 25351.040744/01-26 09/2007  
Comercial 1.1033.0031.001-1 24 MESES  
7,5 MG COM CT BL AL X 10  
150 REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR  
Comercial 1.1033.0031.002-8 24 MESES  
15 MG COM CT BL AL X 10  
150 REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR  
Total de Petições: 61  
(Of. El. nº 396)

**Ministério das Comunicações****GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 1.309, DE 16 DE JULHO DE 2002**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, resolve:

Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 7 de outubro de 1997, a permissão outorgada à Rádio Jornal do Povo Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo. A permissão ora renovada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição. (Processo nº 53830.000824/97).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(080-7 - 06.08.2002 - 95,23)

**PORTARIA Nº 1.310, DE 16 DE JULHO DE 2002**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no artigo 101 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, resolve:

Autorizar a Rádio Educadora de Afonso Cláudio Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo, a efetuar alteração de seu contrato social com o objetivo de transferir 5.000 (cinco mil) cotas de Seliô Dias, para o sócio Judário Seibel, mudar a atual denominação social para Rádio Educadora de Afonso Cláudio Ltda.-ME; mudar o endereço da sede da entidade para Avenidade Presidente Vargas, nº 449 - Centro, CEP 29.600-000, na cidade de Afonso Cláudio/ES; consolidar o contratos social, nos termos da minuta apresentada; homologar a adaptação e o capital social, que

**PORTARIAS DE 2 DE SETEMBRO DE 2002**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve autorizar as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de autorização somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
1723	53710.000697/01	Associação Comunitária de Radiodifusão da Cidade de Cássia-MG	Cássia/MG
1724	53740.001482/98	Associação Comunitária do Município de Laranjal - "ASCOM"	Laranjal/PR
1725	53780.000007/99	Associação Comunitária de Radiodifusão de Campo Grande-RN	Campo Grande/RN
1726	53840.000390/98	Associação Cultural Imaculada Conceição - ACIC	Propriá/SE

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
1727	53770.001299/99	ACIR - Associação Comunitária Itaipava de Radiodifusão	Petrópolis/RJ
1728	53640.001198/98	Associação Comunitária Sideral de Radiodifusão para o Desenvolvimento Cultural, Artístico e Esportivo	Buerarema/BA
1729	53740.001681/98	Associação do Núcleo Comunitário da Vila Simone	Nova Aurora/PR
1730	53103.000176/01	Fundação Rimidia Gayoso de Sousa para o Desenvolvimento Comunitário de Santa Terezinha - PB - FRGS	Santa Terezinha/PB

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
1731	53650.000923/00	Associação Beneficente de Altaneira	Altaneira/CE
1732	53730.000428/99	Associação Comunitária de Santo André	Santo André/PB
1733	53720.000647/99	Instituto de Desenvolvimento de Paraibano - INDESPA	Paraibano/MA
1734	53710.001111/98	Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de São Gonçalo do Rio Abaixo	São Gonçalo do Rio Abaixo/MG

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
1735	53800.000275/98	Associação Rádio Comunitária Educativa Verde Amazônia - FM	Ariquemes/RO
1736	53710.000433/99	Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa, Minas Gerais - ACRA-DATEC - RC	Resende Costa/MG

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

**PORTARIA Nº 1.737, DE 2 DE SETEMBRO DE 2002**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53820.000877/98, resolve:

Art. 1º Alterar os artigos 1º e 3º da Portaria nº 257, de 07 de junho de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 21 subsequente, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Autorizar a ACB - Associação Comunitária Braçortense, com sede na Rua Felipe Schimidt, nº 2511 - Centro, na cidade de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina, a executar, pelo

prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária naquela localidade.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 28º16'48"S e longitude em 49º09'45"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(726-0 - 06.08.2002 - 97,92)

**PORTARIA Nº 1.473, DE 2 DE AGOSTO DE 2002**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no artigo 101 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, resolve:

Autorizar a Rádio Centro Oeste de Pinhalzinho Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, a efetuar alteração de seu contrato social, com o objetivo de transferir 15.010 cotas de Valério Braun, para o sócio entrante Darci Fiorini. Aprovar o quadro societário da entidade. (Processo nº 53740.000502/2002).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(129-3 - 16.08.2002 - 97,92)

**PORTARIA Nº 1.478, DE 2 DE AGOSTO DE 2002**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, resolve:

Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 19 de setembro de 1996, a permissão outorgada à Rádio Recôncavo FM Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia. A permissão ora renovada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição. (Processo nº 53640.000405/96).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(136-5 - 20.08.2002 - 95,23)

prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária naquela localidade.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 28º16'48"S e longitude em 49º09'45"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(Of. El. nº 371/02/SE/MC)





O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 795, de 20 de maio de 2002, que autoriza a Associação de Comunicação, Cultura e Desporto do Município de Dom Expedito Lopes do Piauí (ACCDEL) a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Expedito Lopes, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 456, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à DEMOCRACIA - EMPRESA JORNALÍSTICA E EDITORA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patu, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 276, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Democracia - Empresa Jornalística e Editora Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patu, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 457, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à SUPREMA COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cacoal, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 724, de 10 de maio de 2002, que outorga permissão à Suprema Comércio e Empreendimentos Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cacoal, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 458, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM D.A. LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 292, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Rádio FM D.A. Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 459, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA, MINAS GERAIS - ACRADATEC - RC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Resende Costa, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.736, de 2 de setembro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa, Minas Gerais, ACRADATEC - RC a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Resende Costa, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 460, DE 2004

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JULIUS AUGUST MARISCHEN para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de dezembro de 2002, que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Julius August Marischen para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

## Atos do Poder Executivo

### DECRETO Nº 5.177, DE 12 DE AGOSTO DE 2004

Regulamenta os arts. 4º e 5º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 5º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004,

#### D E C R E T A :

##### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica autorizada a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sob regulação e fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

§ 1º A CCEE tem por finalidade viabilizar a comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, nos termos do art. 4º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004.

§ 2º O Estatuto Social da CCEE e suas alterações serão aprovados pela Assembléia Geral e homologados pela ANEEL.

Art. 2º A CCEE terá, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - promover leilões de compra e venda de energia elétrica, desde que delegado pela ANEEL;

II - manter o registro de todos os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e os contratos resultantes dos leilões de ajuste, da aquisição de energia proveniente de geração distribuída e respectivas alterações;

III - manter o registro dos montantes de potência e energia objeto de contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre - ACL;

IV - promover a medição e o registro de dados relativos às operações de compra e venda e outros dados inerentes aos serviços de energia elétrica;

V - apurar o Preço de Liquidação de Diferenças - PLD do mercado de curto prazo por submercado;

VI - efetuar a contabilização dos montantes de energia elétrica comercializados e a liquidação financeira dos valores decorrentes das operações de compra e venda de energia elétrica realizadas no mercado de curto prazo;

VII - apurar o descumprimento de limites de contratação de energia elétrica e outras infrações e, quando for o caso, por delegação da ANEEL, nos termos da convenção de comercialização, aplicar as respectivas penalidades; e

VIII - apurar os montantes e promover as ações necessárias para a realização do depósito, da custódia e da execução de garantias financeiras relativas às liquidações financeiras do mercado de curto prazo, nos termos da convenção de comercialização.

§ 1º Para a realização das atribuições tratadas neste Decreto, a CCEE deverá:

I - manter o sistema de coleta de dados de energia elétrica, a partir de medições, e o registro de informações relativas às operações de compra e venda;

II - manter o sistema de contabilização e de liquidação financeira;

III - celebrar acordo operacional com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, estabelecendo o relacionamento técnico-operacional entre as duas entidades;

IV - manter intercâmbio de dados e informações com a ANEEL e com a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, observada a regulamentação específica quanto à guarda e ao sigilo de tais dados; e

V - manter contas-correntes específicas para depósito e gestão de recursos financeiros advindos da aplicação de penalidades e para outras finalidades específicas.

§ 2º A ANEEL deverá estabelecer mecanismos para que os concessionários, permissionários e autorizados de transmissão e outros agentes vinculados a serviços e instalações de energia elétrica, quando cabível, forneçam os dados necessários ao processo de contabilização do mercado de curto prazo.

§ 3º As operações realizadas no âmbito da CCEE deverão ser objeto de auditoria independente, nos termos da convenção de comercialização.

Art. 3º A convenção de comercialização referida no § 1º do art. 1º do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, deverá tratar das seguintes disposições, dentre outras:

I - obrigações e direitos dos agentes do setor elétrico referidos na Lei nº 10.848, de 2004, e no Decreto nº 5.163, de 2004;

II - garantias financeiras;

III - penalidades e sanções a serem impostas aos agentes participantes, na hipótese de descumprimento das normas aplicáveis à comercialização, sem prejuízo da imposição, pela ANEEL, das penalidades administrativas cabíveis;

IV - convenção arbitral;

V - diretrizes para a elaboração das regras e dos procedimentos de comercialização, incluindo o mecanismo de compensação de sobras e déficits entre os agentes de distribuição de que trata o Decreto nº 5.163, de 2004; e

VI - diretrizes para garantir a publicidade e transparência de dados e informações das transações contabilizadas e liquidadas na CCEE.

§ 1º As regras e os procedimentos de comercialização explicitarão os critérios e as condições para alocação de receitas financeiras resultantes dos fluxos de energia entre os submercados.

§ 2º O Conselho de Administração da CCEE ou qualquer agente dessa Câmara poderão encaminhar à ANEEL proposta de alteração das regras e procedimentos de comercialização.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6535/6196

---

**PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.011668/2016-79**

**INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

**I – Relatório**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

**II.I. Preliminarmente**

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

**II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

*"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.*

*O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:*

*I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.*

*II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.*

*Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014*

*LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"*

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regimento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

### **II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

*“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”*

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

*“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.*

*Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:*

*(...)*

*§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.*

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

*“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:*

*I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.*

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

*“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.*

*§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.*

*§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.*

*§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:*

*I - na hipótese do § 2º deste artigo; e*

*II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.*



20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

*“Art. 131. (omissis)*

*(...)*

*§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.*

*Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:*

*(...)*

*II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.*

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inocorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

### III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União  
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

**ANEXO**

**PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**  
**RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

---

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.011668/2016-79**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -  
MCTIC**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO  
ADVOGADO DA UNIÃO  
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

---

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53900.015342/2014-51.**

Entidade: **Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal e da respectiva Seção e Subseção Judiciária e do Tribunal de Justiça do domicílio dos dirigentes, embora tenham sido encontrados registros de ações distribuídas, a Entidade prestou os esclarecimentos necessários (evento SEI 3550891), de forma que pode ser dado prosseguimento à renovação da outorga.
2. Encaminhem-se os autos para revisão final.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista**, em 04/04/2019, às 17:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4034315** e o código CRC **A5AA5FB7**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.015342/2014-51

SEI nº 4034315

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## **NOTA TÉCNICA Nº 5184/2019/SEI-MCTIC**

Processo nº: **53900.015342/2014-51.**

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA. REVISÃO FINAL.**

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. O processo versa sobre a renovação da outorga para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa**, na localidade de **Resende Costa**, estado de **Minas Gerais**, por meio da Portaria nº 1736, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 10/09/2002 (evento S E I 4034305), e Decreto Legislativo nº 459, publicado no DOU de 16/08/2004 (evento SEI 4034312).

### **ANÁLISE**

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 16/07/2014. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, apresentou pedido de renovação da outorga em 04/09/2014, à fl. 01 (evento SEI 0126405), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU, respectivamente, em 9/4/2018 e em 13/4/2018. O pleito da Requerente é tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, EDUCACIONAL E CULTURAL DE RESENDE COSTA

QUADRO DIRETIVO
<p>Presidente: Cláudio Luís Resende</p> <p>Vice-Presidente: Afonso Camilo de Magalhães</p> <p>1º Secretário: Adenor Amadeu Resende Coelho</p> <p>2º Secretário: Érica Deliane de Andrade</p> <p>1º Tesoureiro: Eustáquio Peluzi Chaves</p> <p>2º Tesoureiro: Domingos Sávio Pinto</p> <p>Diretor Comunitário: André Eustáquio Melo de Oliveira</p> <p>Vice-Diretor Comunitário: Camilo de Sousa Vale</p>

3. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e na Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se a completa instrução do processo, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação tempestivo.	fl. 01 (0126405); Novo Requerimento: fls. 01/3 (3120026)
1.1	Após diligências deste Ministério, a entidade atendeu a contento às exigências impostas.	Sim.
2	Estatuto social atualizado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	fls. 03 a 15, evento SEI 3120028.
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	fl. 36, evento SEI 2201215.
3.1	Mandato da diretoria em exercício	de 14/3/2017 a 14/3/2021.
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	fls. 24 a 35 (2201215); fls. 01 a 10 (3120027); Evento SEI 3550890.
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018).	fls. 16 a 23 (2201215); Eventos 3550889 e 3550892.
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência,	fl. 02, evento SEI 0126405



6	Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	II. 03, EVENTO SEI 0120403.
7	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, válido e atual.	Evento SEI 3042521.
8	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	Evento SEI 3972179.
9	Certidão que comprove a regularidade da entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Evento SEI 4034268.
10	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	Evento SEI 3972337.
11	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	Evento SEI 3972361.
12	Relatório de apuração de infrações.	E-mail CGFI (3978485)
12.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?	Não.

## CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (4034314).

À consideração superior.

MINUTA  
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.015342/2014-51, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa, inscrita no CNPJ nº 02.412.405/0001-62, explore pelo prazo de dez anos a partir de 16, de agosto, de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resende Costa, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5184/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX, XXXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA Nº \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2019.

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000433/1999 e nº 53900.015342/2014-51, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa, inscrita no CNPJ nº 02.412.405/0001-62, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resende Costa, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista**, em 05/04/2019, às 08:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 02/05/2019, às 14:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karine Braga Monteiro, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização substituto**, em 14/05/2019, às 11:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 20/05/2019, às 17:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador



**4034336** e o código CRC **FBCBF1B8**.

---

## **Minutas e Anexos**

Não Possui.

---

---

**Referência:** Processo nº 53900.015342/2014-51

SEI nº 4034336



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53900.015342/2014-51.**

Entidade: **Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos.**

À Secretaria de Radiodifusão,

Em razão da Nota Técnica nº 5184/2019/SEI-MCTIC (evento SEI 4034336), que opinou pelo deferimento do pedido de renovação de outorga apresentado pela **Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa**, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resende Costa, estado de Minas Gerais, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária substituto**, em 22/05/2019, às 09:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karine Braga Monteiro, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização substituto**, em 22/05/2019, às 16:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 23/05/2019, às 18:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



## Minutas e Anexos

### MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.015342/2014-51, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa, inscrita no CNPJ nº 02.412.405/0001-62, explore pelo prazo de dez anos a partir de 16, de agosto, de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resende Costa, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5184/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX, XXXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000433/1999 e nº 53900.015342/2014-51, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa, inscrita no CNPJ nº 02.412.405/0001-62, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resende Costa, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Gabinete da Secretaria de Radiodifusão

## DESPACHO

**Processo nº:** 53900.015342/2014-51

De ordem do Secretário de Radiodifusão, encaminha-se a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro para providências subseqüentes, tendo em vista o que consta no despacho SEARC (4220584), encaminha-se minuta (4232464).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 27/05/2019, às 11:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4232470** e o código CRC **A6634561**.

**Referência:** Processo nº 53900.015342/2014-51

SEI nº 4232470



## MINUTA DE

### Portaria

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000433/1999 e nº 53900.015342/2014-51, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa, inscrita no CNPJ nº 02.412.405/0001-62, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resende Costa, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCOS CESAR PONTES**

**Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**

### AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 27/05/2019, às 11:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4232464** e o código CRC **437F41B7**.

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão para a SEXEC

## DESPACHO

**Processo nº:** 53900.015342/2014-51

**Referência:**

**Interessado:** Associação Comunitária de Radiodifusão Para Desenvolvimento Artístico Educacional E Cultural de Resende Costa-mg (acradatec-rc).

**Assunto: Renovação de Outorga.**

Trata-se de minuta de portaria e de exposição de motivos, que visa a renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa, inscrita no CNPJ nº 02.412.405/0001-62, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resende Costa, estado de Minas Gerais.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

**JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO**

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário Executivo**, em 15/08/2019, às 15:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4436983** e o código CRC **935C4817**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.015342/2014-51

SEI nº 4436983



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA Nº 4754/2019/SEI-MCTIC**  
**DE 16 DE SETEMBRO DE 2019**

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000433/1999 e nº 53900.015342/2014-51, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa, inscrita no CNPJ nº 02.412.405/0001-62, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resende Costa, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCOS CESAR PONTES**



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 17/09/2019, às 12:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4626937** e o código CRC **588049CD**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 19/09/2019 11:50:59  
**Origem:** Secretaria de Radiodifusão  
**Operador:** ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA  
**Ofício:** 5507660  
**Data prevista de publicação:** 20/09/2019  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Nota de Crédito

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
12035376	ATO PORTARIA Nº 4749 MIN.rtf	8e3b6d62c2aafc45 3e6985bf827ec6b2	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035377	ATO PORTARIA Nº 4761 MIN.rtf	04b6f45135171e36 d3ef09ec0cb28c4d	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035378	ATO PORTARIA Nº 4762 MIN.rtf	06d9f8c1638ac491 863d1d261cffc633	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035379	ATO PORTARIA Nº 4763 MIN.rtf	605f384e2b411d9a f55470c1ec4584d4	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035380	ATO PORTARIA Nº 4764 MIN.rtf	bc84b6b43c01c4d0 a156dee4061fe265	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035381	ATO PORTARIA Nº 4765 MIN.rtf	0e59c5c2c35c3c1d 49e07de7ceac4ce0	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035422	ATO PORTARIA Nº 4766 MIN.rtf	a55d9df5c031e560 22a07289f0a718b8	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035423	ATO PORTARIA Nº 4767 MIN.rtf	5a0bb7f99e27ed95 d06b7b294fc9fbaf	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035424	ATO PORTARIA Nº 4768 MIN.rtf	440ddd7d6c957869 26712127bab67365	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035425	ATO PORTARIA Nº 4752 MIN.rtf	e22dfafd0aa5beef cf0b4545a7e1e44a	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035426	ATO PORTARIA Nº 4753 MIN.rtf	f2747003dd97bcbe 0c0d6dcb9f2be096	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>



12035427	ATO PORTARIA Nº 4754 MIN.rtf	9f7fe1ba361352b9 8ec8db37d84c3f53	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035428	ATO PORTARIA Nº 4755 MIN.rtf	ceb8b2e030e71d4e ccb7bbdc049e2018	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035429	ATO PORTARIA Nº 4757 MIN.rtf	32d77ccecde382f4 76af43b0d87988bc	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035430	ATO PORTARIA Nº 4758 MIN.rtf	e48a4947b483713b 0d360125441996bd	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035431	ATO PORTARIA Nº 4759 MIN.rtf	ba8510a8dd2d5c60 940d4e4cf8747bd1	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
12035432	ATO PORTARIA Nº 4760 MIN.rtf	ada99200ad23a27c 3dcfa5b811b1be14	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>119,00</b>	<b>R\$ 3.931,76</b>

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de fevereiro de 2018, a autorização outorgada à Associação Para O Desenvolvimento Comunitário de Mamanguape, CNPJ nº 05.996.981/0001-92, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mamanguape, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.749-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.000923/1998 e nº 01250.058938/2017-96, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de fevereiro de 2018, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Capitão Leônidas Marques, CNPJ nº 02.083.205/0001-03, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Capitão Leônidas Marques, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.750-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000176/2001 e nº 53900.044203/2015-15, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Fundação Rimidia Gayoso de Sousa, inscrita no CNPJ nº 03.413.152/0001-04, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Santa Teresinha, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.751-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000105/2000 e nº 53900.047742/2015-14, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de maio de 2016, a autorização outorgada à Associação Cultural de Heliodora - ACHÉ, CNPJ nº 03.591.911/0001-29, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Heliodora, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.752-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53630.000148/1999 e nº 53900.047507/2015-34, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de maio de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Humaitá, CNPJ nº 02.497.263/0001-83, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Humaitá, estado do Amazonas.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.753-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000859/1998 e nº 53900.050457/2016-53, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de agosto de 2017, a autorização outorgada à Associação Educativa e Cultural de Itabira MG, inscrita no CNPJ nº 01.771.601/0001-60, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itabira, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.754-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000433/1999 e nº 53900.015342/2014-51, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa, inscrita no CNPJ nº 02.412.405/0001-62, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resende Costa, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.755-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.000861/1998 e nº 53900.024981/2014-15, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária de Varjão de Minas, inscrita no CNPJ nº 01.492.549/0001-03, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Varjão de Minas, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.757-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53700.001209/1998 e nº 53000.008996/2012-18, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de fevereiro de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Itapoã, CNPJ nº 02.568.540/0001-00, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ivinhema, estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.758-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53650.002571/1998 e nº 53900.010451/2014-81, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Beneficente dos Moradores de Correguinho - ABEMOC, CNPJ nº 01.591.057/0001-75, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Bela Cruz, estado do Ceará.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.759-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.001094/1998 e nº 53000.056236/2011-28, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de novembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Missão, inscrita no CNPJ nº 01.743.929/0001-73, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Passos, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.760-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53730.000820/1998-37 e nº 53900.009931/2014-08, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Acauã Produções Culturais, CNPJ nº 12.724.456/0001-83, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Aparecida, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.761-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.000916/1998 e nº 01250.058970/2017-71, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de fevereiro de 2018 a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Skala, CNPJ nº 02.686.187/0001-54, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Paranavaí, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.762-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.001460/1998 e nº 01250.058961/2017-81, resolve:



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53900.015342/2014-51.**

Entidade: **Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa.**

Assunto: **Encaminhamento de Processo à Presidência da República.**

Por meio da Portaria nº 4754 de 16 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 20/09/2019, renovou-se a outorga da **Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa** para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Resende Costa, estado de Minas Gerais. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho o processo nº 53900.015342/2014-51, acompanhado do ato de renovação de outorga, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para inclusão no Sistema SIDOF e posterior envio dos autos ao setor responsável pelo encaminhamento à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/10/2019, às 17:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4669408** e o código CRC **CEF3A046**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53900.015342/2014-51

SEI nº 4669408

Brasília, 30 de outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.015342/2014-51, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa, inscrita no CNPJ nº 02.412.405/0001-62, explore pelo prazo de dez anos a partir de 16, de agosto, de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resende Costa, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5184/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 4.754/2019, de 17 de Setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 20/09/2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 42555/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.015342/2014-51.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 05/11/2019, às 17:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4811184** e o código CRC **C7E28E56**.